Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ nº 18.328.118/0001-09

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.2	172.929	659.570	185.411	673.672
Aplicações financeiras	4.3	–	12.757	–	14.532
Contas a receber	5	306.494	231.993	328.299	259.605
Estoques	6	386.675	310.940	428.092	334.524
Impostos e contribuições a recuperar	7	92.346	59.231	118.407	61.834
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	2.801	6.359	2.805	6.359
Outros créditos		25.063	13.548	26.218	12.178
Total do ativo circulante		986.308	1.294.398	1.089.232	1.362.704
Não Circulante					
Outros créditos		23.088	13.089	28.743	16.033
Impostos e contribuições a recuperar	7	22.797	2.038	22.797	3.760
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	56.171	39.287	56.470	39.287
Investimentos	9	661.927	568.166	–	–
Imobilizado	10	1.690.894	1.370.439	1.744.660	1.401.390
Intangível	11	110.975	82.574	705.227	624.173
Total do ativo não circulante		2.565.852	2.075.593	2.557.897	2.084.643
Total do Ativo		3.552.160	3.369.991	3.647.129	3.447.347

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Fornecedores	12	334.361	296.875	366.585	339.433
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	74.948	125.379	86.269	128.268
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	13	69.013	71.404	76.078	74.957
Obrigações tributárias	14	31.975	23.002	39.010	27.039
Imposto de renda e contribuição social a recolher	14	384	–	3.978	504
Arrendamento a pagar	23	120.001	92.369	123.626	96.043
Contas a pagar		13.437	6.084	13.701	6.524
Dividendos a pagar		12.027	17.816	12.027	17.816
Contas a pagar pela aquisição de controladas	9	11.297	5.684	12.798	5.684
Programa de fidelização	16	3.141	3.336	3.141	3.336
Total do passivo circulante		670.584	641.949	737.213	699.604
Não Circulante					
Contas a pagar		–	–	1.043	1.073
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	23.171	97.813	26.832	97.813
Arrendamento a pagar	23	928.656	785.224	938.586	797.384
Contas a pagar pela aquisição de controladas	9	86.789	84.540	86.789	86.041
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17	2.388	1.209	16.094	6.176
Total do passivo não circulante		1.041.004	968.786	1.069.344	988.487
Total passivo		1.711.588	1.610.735	1.806.557	1.688.091
Patrimônio Líquido					
Capital social	18.1	1.724.444	1.578.065	1.724.444	1.578.065
Reserva de capital	18.2 e 18.3	39.505	39.505	39.505	39.505
Reserva para opção outorgadas	18.4	41.675	14.856	41.675	14.856
Reserva especial de ágio		24.825	24.825	24.825	24.825
Ajuste de avaliação patrimonial		(129.594)	–	(129.594)	–
Reserva de lucros		139.717	102.005	139.717	102.005
Lucros acumulados		–	–	–	–
Total do patrimônio líquido		1.840.572	1.759.256	1.840.572	1.759.256
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		3.552.160	3.369.991	3.647.129	3.447.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais – R$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita Operacional Líquida	20	2.645.576	2.096.149	2.834.533	2.097.525
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	21	(1.399.658)	(1.084.054)	(1.483.961)	(1.084.659)
Lucro Bruto		1.245.918	1.012.095	1.350.572	1.012.866
Despesas Operacionais					
Com vendas	21	(790.685)	(619.196)	(847.683)	(619.457)
Gerais e administrativas	21	(231.564)	(185.026)	(301.661)	(185.839)
Outras despesas operacionais, líquidas	21	(68.195)	(45.366)	(65.558)	(45.366)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(26.674)	(345)	–	–
Lucro antes do Resultado Financeiro		128.800	162.162	135.670	162.204
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	22	60.157	16.874	64.334	16.874
Despesas financeiras	22	(118.539)	(84.207)	(125.565)	(84.217)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		70.418	94.829	74.439	94.861
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Corrente	8.4	(36.712)	(35.378)	(40.733)	(35.410)
Diferido	8.4	16.884	15.585	16.884	15.585
		(19.828)	(19.793)	(23.849)	(19.825)
Lucro Líquido do Exercício		50.590	75.036	50.590	75.036
Lucro Líquido do Exercício por Ação – R$					
Básico	25	0,10983	0,18961	0,10983	0,18961
Diluído	25	0,10983	0,18957	0,10983	0,18957

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro Líquido do Exercício	50.590	75.036	50.590	75.036
Outros resultados abrangentes	(809)	–	(809)	–
Resultado Abrangente Total do Exercício	49.781	75.036	49.781	75.036

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais – R$)

	Nota explicativa	Capital social: Subscrito e a integralizar	Reservas de Capital: Reserva especial de ágio	Reservas de Capital: Reserva de capital	Reservas de Capital: Reserva para opções outorgadas	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de Lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		387.250	24.825	54.639	1.754	5.770	40.521	–	–	514.759
Aumento de capital		800.859	–	–	–	–	–	–	–	800.859
Aumento de capital através de transferência de ações na aquisição da controlada Zee.Dog		389.956	–	–	–	–	–	–	–	389.956
Custos de transação na emissão de ações		–	–	(15.134)	–	–	–	–	–	(15.134)
Opções outorgadas reconhecidas		–	–	–	13.102	–	–	–	–	13.102
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	75.036	75.036
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal		–	–	–	–	3.752	–	–	(3.752)	–
Dividendos		–	–	–	–	–	–	–	(4.322)	(4.322)
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	–	–	–	(15.000)	(15.000)
Reserva de lucros		–	–	–	–	–	51.962	–	(51.962)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.578.065	24.825	39.505	14.856	9.522	92.483	–	–	1.759.256
Deságio na emissão de ações	18.1	145.045	–	–	–	–	–	(145.045)	–	–
Aumento de capital	18.1	1.205	–	–	–	–	–	–	–	1.205
Capital social a integralizar		–	–	–	–	–	–	–	–	–
Aumento de capital através de transferência de ações na aquisição da controldada Petix		129	–	–	–	–	–	–	–	129
Ágio na emissão de ações	18.1	–	–	–	–	–	–	16.260	–	16.260
Opções outorgadas reconhecidas	18.4	–	–	–	26.819	–	–	–	–	26.819
Lucro líquido do período		–	–	–	–	–	–	–	50.590	50.590
Destinação do lucro líquido do exercício:										
Reserva legal		–	–	–	–	2.530	–	–	(2.530)	–
Dividendos		–	–	–	–	–	–	–	(4.878)	(4.878)
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	–	–	–	(8.000)	(8.000)
Reserva de lucros		–	–	–	–	–	35.182	–	(35.182)	–
Variação cambial na conversão de controladas		–	–	–	–	–	–	(809)	–	(809)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.724.444	24.825	39.505	41.675	12.052	127.665	(129.594)	–	1.840.572

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de reais – R$)*

Receitas	Nota explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Vendas de mercadorias e serviços	20	3.120.255	2.469.886	3.420.733	2.471.533
Outras receitas		2.633	6.883	5.579	6.886
		3.122.888	2.476.769	3.426.312	2.478.419
Insumos Adquiridos de Terceiros					
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados		(1.717.968)	(1.329.793)	(1.855.553)	(1.330.398)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(374.993)	(322.658)	(459.350)	(322.959)
		(2.092.961)	(1.652.451)	(2.314.903)	(1.653.357)
Valor Adicionado Bruto		1.029.927	824.318	1.111.409	825.062
Depreciação e Amortização	10, 11 e 23	(256.653)	(189.012)	(267.070)	(189.130)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Sociedade		773.274	635.306	844.339	635.932
Valor Adicionado Recebido em Transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		(26.674)	(345)	–	–
Receitas financeiras	22	60.157	16.874	64.333	16.874
		33.483	16.529	64.333	16.874
Valor Adicionado Total a Distribuir		806.757	651.835	908.672	652.806
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal:					
Remuneração direta		277.013	225.149	307.481	225.633
Benefícios		59.106	45.000	63.968	45.016
FGTS		23.683	17.870	25.050	17.905
Honorários da Administração		–	442	–	442
Pagamentos baseados em ações		26.819	13.102	26.819	13.102
	21	386.621	301.563	423.318	302.098
Impostos, taxas e contribuições:					
Estaduais		107.128	81.703	140.986	81.803
Municipais		4.169	3.334	5.765	3.377
Federais:					
Indiretos		106.926	78.329	126.600	78.548
Imposto de renda e contribuição social		19.828	19.793	23.849	19.825
		238.051	183.159	297.200	183.553
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros	22	118.539	88.623	124.252	88.633
Aluguéis		12.956	3.454	13.312	3.486
		131.495	92.077	137.564	92.119
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos distribuídos		–		–	
Dividendos a distribuir		12.878	19.322	12.878	19.322
Lucros retidos do exercício		37.712	55.714	37.712	55.714
		50.590	75.036	50.590	75.036
Valor Adicionado Distribuído		806.757	651.835	908.672	652.806

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais – R$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		70.418	94.829	74.439	94.861
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10 e 11	120.284	85.595	127.365	85.713
Depreciação – direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	23	136.369	103.417	140.877	103.417
Despesa de juros – direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	23	88.401	61.028	90.007	61.028
Opções outorgadas reconhecidas	18.4	26.819	13.102	26.819	13.102
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15	20.393	22.119	21.606	22.119
Baixa do imobilizado e intangível	10 e 11	624	914	1.252	914
Baixa líquida de direito de uso e passivo de arrendamento (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	23	(94)	(217)	(228)	(217)
Programa de fidelização	16	(195)	321	(195)	321
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	17	1.520	(277)	1.225	(277)
Provisão para perdas nos estoques	6	141	213	(35)	213
Rendimento de aplicações financeiras		(153)	(1.181)	(153)	(1.181)
Atualização de contas a pagar por aquisição de empresas		(4.445)	–	(4.445)	–
Atualização monetária sobre imposto de renda e da contribuição social		–	(281)	–	(281)
Depreciação de reembolso de benfeitorias		(265)	(266)	(265)	(266)
Resultado de equivalência patrimonial	9	26.674	345	–	–
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		(78.962)	(72.496)	(65.716)	(73.030)
Estoques		(75.876)	(125.452)	(81.196)	(125.327)
Impostos e contribuições a recuperar		(57.464)	(18.295)	(75.313)	(18.295)
Outros créditos		(27.352)	(11.110)	(23.210)	(11.237)
Fornecedores		51.702	89.614	27.849	89.470
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(2.391)	17.688	(289)	17.830
Obrigações tributárias		8.722	(15.860)	12.728	(16.802)
Contas a pagar		13.472	(109)	13.231	(110)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		318.342	243.641	286.353	241.965
Imposto de renda e contribuição social pagos		(29.181)	(33.210)	(33.202)	(33.242)
Juros pagos sobre direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	23	(29.360)	(22.295)	(30.426)	(22.295)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15	(19.427)	(21.234)	(19.935)	(21.234)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		240.374	166.902	202.790	165.194
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 11	(358.104)	(272.321)	(382.544)	(272.321)
Adição em investimentos – aquisição de controladas	9	(29.307)	–	(29.306)	(86.533)
Adição em investimentos – aportes de capital em controladas	9	(59.483)	(88.330)	183	–
Caixa de abertura das controladas adquiridas		–	–	596	14.013
Aplicações financeiras		12.910	32.185	14.665	32.185
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(433.984)	(328.466)	(396.406)	(312.656)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento					
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15	(126.038)	(274.038)	(130.798)	(274.038)
Captação de empréstimos e financiamentos	15	–	–	8.409	–
Pagamento de direito de uso (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	23	(149.109)	(113.227)	(154.372)	(113.227)
Aumento de capital	18.1	1.205	800.859	1.205	800.859
Custos de transação na emissão de ações pagos		(973)	(22.345)	(973)	(22.345)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(18.116)	(13.872)	(18.116)	(13.872)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(293.031)	377.377	(294.645)	377.377
Redução no Caixa e Equivalentes de Caixa		(486.641)	215.813	(488.261)	229.915
Saldo no início do exercício		659.570	443.757	673.672	443.757
Saldo no fim do exercício		172.929	659.570	185.411	673.672

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Companhia" ou "Petz"), sociedade anônima listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob o código PETZ3, possui sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Miguel Paulo Capalbo, 135. A Companhia tem como atividade principal a comercialização de artigos para pets, como alimentos, medicamentos, itens de higiene & limpeza e acessórios por meio de sua rede de lojas "Petz". A Companhia presta serviços na área veterinária através da marca "Seres" e de embelezamento animal e também comercializa pequenos animais de estimação. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 218 lojas (168 em 31 de dezembro de 2021), 155 centros veterinários (incluindo 17 hospitais), 4 centros de distribuição, e as plataformas digitais website "www.petz.com.br" e aplicativo Petz, além das parcerias com "market places" e "super app". Em 11 de setembro de 2020 foi concluída a Oferta Pública de Ações inicial da Companhia, passando esta a ser listada na B3 sob o código PETZ3, e em 22 de novembro de 2021 foi concluída uma segunda Oferta Pública de Ações (vide composição acionária em 31 de dezembro de 2022 na nota explicativa nº 18.1). O montante ingressado na Companhia pelas ofertas primárias acima mencionadas reforçou o caixa e tem sido utilizado na expansão de lojas e hospitais, além de investimentos em Tecnologia e Digital e aquisição de empresas. A partir do segundo semestre de 2021 a Companhia realizou seus primeiros movimentos inorgânicos na jornada de criação de valor de longo prazo para os *stakeholders* da Petz, com a aquisição de 100% do capital social das empresas abaixo, que passaram a ser controladas pela Companhia e incluídas nas suas demonstrações financeiras e informações trimestrais: Cansei de Ser Gato Serviços de Produção de Conteúdo Ltda. ("CDSG"): Plataforma digital de conteúdo e produtos exclusivos para gatos, atuando principalmente com a criação e venda de produtos para a categoria e criação de conteúdo para propaganda e publicidade e engajamento do público. Cão Cidadão Administração de Franchising Ltda. ("Cão Cidadão"): Plataforma de adestramento e de prestação de serviços de consultoria sobre comportamento e bem-estar dos pets, atuando principalmente através da capacitação treinadores franqueados. Zee Dog S.A. ("Zee.Dog"): Plataforma pet que atua em (i) "branding", produto e tecnologia, (ii) diversificação de canais, (iii) presença global e (iv) time de empreendedores com mindset de inovação, atuando principalmente com a criação e venda de produtos exclusivos e diferenciados para o mercado pet e venda de produtos através de seu aplicativo de entregas Zee.Now, exclusivo para o segmento. Selected Participações S.A. ("Petix"): Empresa que atua principalmente com a industrialização e comercialização de tapetes higiênicos no mercado Pet, sendo sua principal marca SuperSecão.

continua …

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09

... continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

2 Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Declaração de conformidade – As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB" e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). A Administração da Companhia afirma que aplicou a orientação técnica OCPC 7, aprovada pela Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de março de 2023 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo: • Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; • Instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo; • Títulos de dívida e patrimoniais a VJORA mensurados pelo valor justo; • Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) – Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **2.3. Continuidade operacional:** A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Companhia continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar tanto o exercício corrente presente quanto os exercícios futuros. As principais estimativas e julgamentos aplicado pela Administração estão divulgados nas seguintes notas explicativas:

Estimativa	Nota explicativa
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	5
Perda estimada em estoque	6
Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos	8
Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios	9
Análise do valor recuperável ("impairment") do ativo imobilizado e do ativo intangível	10 e 11
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17
Direito de uso locação de imóveis (Arrendamento – CPC 06 (R2)/IFRS 16)	23

2.6. Políticas contábeis: As principais políticas e práticas contábeis usadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas abaixo e nas respectivas notas explicativas, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios. **2.6.1. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso tais evidências estejam presentes, estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs), que, no caso da Companhia, representam cada uma de suas lojas. A Companhia não identificou fatores internos e externos que levassem à necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável. **2.6.2. Consolidação:** As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas diretas. As informações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas em 31 de dezembro de 2022. A Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida, ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de conduzir as atividades da investida. • Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida. • A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados. Quando necessário, são efetuados ajustes nas informações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre empresas do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Nas informações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3 Novas Normas e Interpretação ainda não Efetivas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23); • IFRS 17 Contratos de seguros; • Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26); • Definição de estimativa contábil (alterações ao CPC 23); e • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32).

4 Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

4.1. Política contábil: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas que possuem data de vencimento superior a 90 dias ou que foram oferecidos como garantia. **4.2. Composição de caixa e equivalente de caixa:**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	13.522	11.086	25.479	15.807
Aplicações financeiras (*)	159.407	648.484	159.932	657.865
Total	172.929	659.570	185.411	673.672

(*) Representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDBs e remunerados a uma taxa média de 102,7% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 31 de dezembro de 2022 (103,9% em 31 dezembro de 2021).

4.3. Composição de aplicações financeiras	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Aplicações em CDBs (*)	–	12.757	–	14.532
Total	–	12.757	–	14.532

(*) Em 31 de dezembro de 2021 o saldo, na controladora, refere-se a CDBs oferecidos como garantia dos Empréstimos e Notas Promissórias contratados no primeiro semestre de 2020, representando 20% do saldo devedor das referidas dívidas e remunerados a uma taxa média de 100% da variação do CDI. No primeiro trimestre de 2022 as operações que tinham essas garantias como exigência foram liquidadas, motivo pelo qual o saldo está zerado em 31 de dezembro de 2022.

5 Contas a Receber

5.1. Política contábil: As contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e deduzidas da provisão para perdas esperadas. Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado. As vendas efetuadas pela Companhia são substancialmente à vista e podem ser parceladas pelos clientes em até dez vezes por meio dos cartões de crédito conveniados, sendo o preço praticado nas vendas a prazo o mesmo praticado nas vendas à vista.

5.2. Composição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Operadoras de cartões (*)	292.856	226.542	299.127	232.585
Contas a receber com partes relacionadas	10.501	–	–	–
Duplicatas a receber	3.137	5.451	29.172	27.020
Total	306.494	231.993	328.299	259.605

(*) Apresentadas líquidas das taxas de administração por elas cobradas. O prazo médio de recebimento das contas a receber, representado substancialmente por operadoras de cartões, é de 35 dias em 31 de dezembro de 2022 (34 dias em 31 de dezembro de 2021). A exposição máxima ao risco de crédito nas datas dos balanços é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento dos títulos a receber, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Vencidos (*)	873	885	713	885
A vencer:				
De 1 a 30 dias	193.927	150.682	218.751	178.294
De 31 a 60 dias	68.291	44.298	64.284	44.298
De 61 a 90 dias	25.207	18.834	26.355	18.834
Acima de 90 dias	18.196	17.294	18.196	17.294
Total	306.494	231.993	328.299	259.605

(*) Líquido de provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa no valor de R$347 em 31 de dezembro de 2022 (R$634 em 31 de dezembro de 2021).

6 Estoques

6.1. Política contábil: Registrados pelo custo de aquisição, incluindo tributos não recuperáveis, custos de transportes e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais. Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas na data das transações quando aplicável, incluindo a análise de produtos vencidos, provisão de obsolescência para itens sem giro há mais de 180 dias e provisão de avarias identificadas, mas ainda não baixadas.

6.2. Composição	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Mercadorias para revenda	384.514	292.221	426.115	316.165
Adiantamento de importação	2.569	18.978	2.569	18.978
Outros	136	144	136	144
	387.219	311.343	428.820	335.287
Provisão para perdas	(544)	(403)	(728)	(763)
Total	386.675	310.940	428.092	334.524

O custo dos estoques vendidos reconhecido no resultado da Controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R$1.302.087 (R$1.002.674 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). No resultado do Consolidado, o custo dos estoques vendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R$1.460.080 (R$1.003.279 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

6.3. Perdas estimadas em estoques	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	(403)	(190)	(763)	(190)
Adição de controladas	–	–	–	(360)
Adição/Reversão da provisão, líquido	(141)	(213)	35	(213)
Saldo no fim do exercício	(544)	(403)	(728)	(763)

7 Impostos e Contribuições a Recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – Substituição Tributária ICMS ST (a)	101.699	51.057	101.699	51.057
Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	1.027	958	15.787	2.213
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	366	200	4.389	380
Outros	12.051	9.054	19.329	11.944
Total	115.143	61.269	141.204	65.594
Circulante	92.346	59.231	118.407	61.834
Não circulante	22.797	2.038	22.797	3.760
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.801	6.359	2.805	6.359

(a) Refere-se a créditos de ICMS-ST relacionados à CAT 42, os quais são realizados em um período médio de 14 meses.

8 Imposto de Renda e Contribuição Social

8.1. Política contábil: A despesa com Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL representa a soma dos impostos correntes e diferidos. Impostos correntes: A provisão para IRPJ e CSLL está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A alíquota de IRPJ é de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240, e a da CSLL é de 9% sobre o lucro tributável, conforme legislação tributária vigente. Impostos diferidos: O IRPJ e a CSLL diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim do exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, quando aplicável. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada nas datas dos balanços, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

8.2. Composição	Controladora			
	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Arrendamentos Operacionais (CPC 06 (R2)/IFRS 16)	104.981	104.981	67.202	67.202
Provisão de participação nos lucros e resultados	11.764	11.764	19.144	19.144
Programa de fidelização – "Vale a Pena Ser Fiel"	3.141	3.141	3.336	3.336
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	2.388	2.388	1.209	1.209
Provisão para perdas nos estoques	544	544	403	403
Plano de opção de compra de ações	41.675	41.675	14.856	14.856
Provisão de parcela a pagar referente às adquiridas	6.145	6.145	–	–
Ajuste a valor justo de provisão de parcelas a pagar referentes às adquiridas	(14.212)	(14.212)	–	–
Outras diferenças temporárias	8.780	8.780	9.403	9.403
Total	165.206	165.206	115.553	115.553
Alíquotas nominais ponderadas	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	41.302	14.869	28.887	10.400
Total		56.171		39.287

8.3. Análise da alíquota efetiva do imposto de renda e da contribuição social: A conciliação entre a despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	70.418	94.829
Alíquota nominal – %	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(23.942)	(32.242)
Diferenças permanentes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(9.069)	(117)
Juros sobre capital próprio	2.720	5.100
Lei do Bem	10.679	8.178
Outras adições e exclusões, líquidas	(216)	(712)
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(19.828)	(19.793)
Corrente	(36.712)	(35.378)
Diferido	16.884	15.585
	(19.828)	(19.793)
Alíquota efetiva	28,2%	20,9%

A despesa de imposto de renda e contribuição social consolidada do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é de R$23.849, e é composta por R$19.828 de despesa da controladora, conforme conciliação acima, R$91 de despesa da controlada Cão Cidadão, que foi apurada pelo método do lucro presumido, e R$3.930 da controlada Petix, que foi apurada pelo método do lucro real.

9 Investimentos

9.1. Política contábil: Investimentos em controladas: Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, a partir da data de controle. Combinação de negócios: As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método da aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos incorridos pela Companhia na data da aquisição, em relação aos antigos controladores da entidade adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos. Na data da aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: • Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios aos empregados, que são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 (CPC 32) – Tributos sobre o Lucro e IAS 19 (CPC 33) – Benefícios a Empregados, respectivamente. • Passivos ou intrumentos patrimoniais relacionados a acordo de pagamento baseados em ações da entidade adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações do Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da entidade adquirida, são mensurados de acordo com a IFRS 2 (CPC 10 – R1) – Pagamentos Baseados em Ações, na data da aquisição. • Ativos classificados como mantidos para venda conforme IFRS 5 (CPC 31) – Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas são mensurados conforme essa norma. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida (se houver) sobre os valores líquidos na data da aquisição dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificáveis. Se, após a reavaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificáveis na data da aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho por compra vantajosa. Quando a contraprestação transferida em uma combinação de negócios inclui um acordo de contraprestação contingente, essa contraprestação é mensurada pelo valor justo na data da aquisição e incluída no valor da contraprestação transferida. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com reflexos na apuração do ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" (não superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. A contabilização subsequente das variações no valor justo da contraprestação contingente não classificadas como ajustes do "período de mensuração" depende da forma de classificação da contraprestação contingente. A contraprestação contingente classificada como patrimônio líquido não é remensurada nas datas de relatórios subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio líquido. Outras contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo nas datas de relatórios subsequentes e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado. Nas combinações de negócios realizadas em etapas, a participação anteriormente detida na entidade adquirida é remensurada ao seu valor justo na data de aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na entidade adquirida antes da data de aquisição, anteriormente reconhecido em "outros resultados abrangentes", são reclassificados no resultado, na mesma medida em que esse tratamento seja adequado, caso essa participação tivesse sido alienada. Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o "período de mensuração" ou os ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data. Ágio: O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável anualmente alocando-o a cada uma das unidades geradoras de caixa que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo na alienação. Os ágios resultantes das aquisições são atribuídos às sinergias esperadas na integração das entidades aos negócios existentes da Companhia, bem como ampliação dos negócios do mercado endereçável da Companhia. Espera-se que o ágio seja dedutível para fins do imposto de renda mediante a incorporação da controlada no futuro, visto que as transações foram realizadas no Brasil e os laudos serão protocolados na Junta Comercial para cumprimento dos requerimentos para dedutibilidade da despesa de amortização de ágio gerada nas transações. Nas informações financeiras consolidadas, os saldos dos ágios e ativos intangíveis são apresentados na rubrica ativo intangível. **9.2. Movimentação dos investimentos**

	Saldo em 2021	Aquisição de Controlada	Aportes de capital	Equivalência patrimonial	Ajustes (2)	Ajuste de conversão	Saldo em 2022
CDSG	5.536	–	3.083	(2.637)	–	–	5.982
Cão Cidadão	33.693	–	–	(938)	–	–	32.755
Zee.Dog (1)	528.937	–	43.500	(25.120)	–	(809)	546.508
Petix	–	44.586	22.900	2.021	7.175	–	76.682
Total	568.166	44.586	69.483	(26.674)	7.175	(809)	661.927

(1) Além do montante de R$38.500 em aportes realizados no exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022, houve também R$5.000 de aumento de capital referente à conversão de mútuo que a Petz tinha a receber da Zee.Dog. (2) Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu R$7.083 de ajuste de preço a ser pago aos acionistas da Petix. De acordo com o CPC 15, estes valores referem-se a ajuste de período de mensuração e, portanto, devem ser reconhecidos no investimento como se tivessem ocorrido na data de aquisição. **9.3. Informações financeiras das controladas**

Em 31 de dezembro de 2022	CDSG	Cão Cidadão	Zee.Dog	Petix (*)	Total
Participação no capital %	100%	100%	100%	100%	
Patrimônio líquido	1.032	(73)	69.043	45.960	115.962
Total de ativos	1.367	218	125.647	87.388	214.620
Total de passivo	335	291	56.604	41.428	98.658
Resultado do exercício	(2.637)	(938)	(25.120)	2.021	(26.674)

(*) A Petix foi adquirida em 1º de julho de 2022, portanto, o resultado apresentado na tabela acima compreende o período de seis meses findo em 31 de dezembro de 2022. O resultado da Petix para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$5.006.

Em 31 de dezembro de 2021	CDSG	Cão Cidadão	Zee.Dog	Total
Participação no capital %	100%	100%	100%	
Patrimônio líquido	551	369	48.261	49.181
Total de ativos	884	686	132.058	133.628
Total de passivo	333	317	83.797	84.447
Resultado do exercício	(292)	(53)	–	(345)

9.4. Contas a pagar pela aquisição de investimentos por ano de vencimento: Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui contas a pagar pela aquisição de investimentos, com vencimentos conforme abaixo:

	Controladora
Circulante	11.297
Não circulante	
2024	1.702
2025	2.943
2026	78.762
2027	2.228
2028	1.154
	86.789
Total	98.086

Abaixo demonstramos a movimentação das contas a pagar pela aquisição de controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.224
Adições	16.753
Atualização CDI (registrado em despesas financeiras, nota explicativa nº 22)	9.767
Atualização a valor justo (registrado em receitas financeiras, nota explicativa nº 22)	(14.212)
Pagamentos	(4.446)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	98.086

9.5. Aquisição CDSG: Em 30 de julho de 2021, a Companhia adquiriu 100% do capital social e obteve controle do Cansei de Ser Gato Serviços de Produção de Conteúdo Ltda. ("CDSG"), plataforma digital de conteúdo e produtos exclusivos para gatos. A seguir estão apresentados os valores justos de ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. **a) Mensuração a Valor Justo:** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos identificados foram (i) rentabilidade excedente em múltiplos períodos ("multi-period excess earnings") para a carteira de contratos; e (ii) royalties evitados ("relief from royalty") para marca, as quais consideram o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados com base nos pagamentos hipotéticos a título de royalties que seriam economizados pelo detentor do ativo, considerado uma vida útil estimada de 14 anos. **b) Ágio**: O ágio apurado na aquisição do investimento foi reconhecido no balanço patrimonial da Companhia na rubrica Investimentos:

Parcela à vista	3.728
Parcelas subsequentes (*)	1.499
Valor justo da contraprestação transferida	5.227
Patrimônio líquido contábil adquirido	25
Excesso a ser alocado	5.202
Ajuste a valor justo de ativos identificados:	
Estoques	194
Ativo intangível – Carteira de contratos	12
Ativo intangível – Marca	500
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	4.496

(*) Do valor total a pagar, R$320 foi pago em 21 de julho de 2022 e R$1.180 tem vencimentos anuais em 21 de julho de 2023 a 2026 em parcelas iguais. Estas parcelas são atualizadas pelo CDI desde a data de aquisição até a data dos respectivos pagamentos. Para determinação do valor recuperável da CDSG, fizemos projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos, considerando as seguintes premissas: i. Receitas projetadas de 2023 a 2032, considerando crescimento histórico das vendas, crescimento por inflação e o incremento a partir do plano de distribuição dos produtos da CDSG em toda a rede de lojas Petz no Brasil, além de integração nos canais digitais da Companhia. ii. Custos e despesas projetados para os mesmos exercícios das receitas projetadas de acordo com a dinâmica das lojas e buscando sinergia das despesas com a Controladora. iii. Taxa de desconto de 14,5% ao ano. O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC. O valor contábil desta UGC era menor que o seu valor recuperável e, portanto, nenhum ajuste para redução ao valor recuperável foi necessário. **9.6. Aquisição Cão Cidadão:** Em 9 de novembro de 2021 a Companhia adquiriu 100% do capital social e obteve controle da Cão Cidadão Administração de Franchising Ltda. ("Cão Cidadão"), plataforma de adestramento e de prestação de serviços de consultoria sobre comportamento e bem-estar dos *pets*. A seguir estão apresentados os valores justos de ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. **a) Mensuração a Valor Justo:** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos identificados foram (i) rentabilidade excedente em múltiplos períodos ("multi-period excess earnings") para a carteira de contratos; e (ii) royalties evitados ("relief from royalty") para marca, as quais consideram o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados com base nos pagamentos hipotéticos a título de royalties que seriam economizados pelo detentor do ativo, considerado uma vida útil estimada de 16

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/03/2023

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09

... continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

anos. **b) Ágio:** O ágio apurado na aquisição do investimento foi reconhecido no balanço patrimonial da Companhia na rubrica Investimentos:

Parcela à vista	2.805
Parcelas subsequentes (*)	29.745
Valor justo da contraprestação transferida	32.550
Patrimônio líquido contábil adquirido	(871)
Excesso a ser alocado	33.421
Ajuste a valor justo de ativos identificados:	
Ativo intangível – Carteira de contratos	2.943
Ativo intangível – Marca	176
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	30.302

(*) Do valor total a pagar, R$5.365 foi pago em 8 de novembro de 2022 (valor efetivamente pago de R$4.088, devido à atualização a valor justo da parcela baseada em preços das ações da Petz), e R$24.380 tem vencimentos anuais em 8 de novembro de 2023 a 2028, sendo que R$8.706 com vencimento em 2026 estão atrelados à construção do ecossistema de serviços Petz pela Cão Cidadão, incluindo i. a implementação de metodologias e processos que garantam a qualidade e excelência nos serviços prestados pelos profissionais e estabelecimentos envolvidos, e ii. penetração mínima dos diversos serviços nas cidades cobertas pela operação Petz. Para R$21.419 das parcelas subsequentes (incluindo os R$8.706 condicionados), a Administração tem a opção de realizar os pagamentos com a entrega de ações da Companhia, mediante aviso aos vendedores com 30 dias de antecedência de cada vencimento. Em 31 de dezembro de 2022, após pagamento das parcelas vencidas em novembro de 2022 e avaliação a valor justo das parcelas baseadas em preços de ações da Petz, com aplicação do modelo de *valuation* Monte Carlo, o saldo em aberto é de R$12.850. Para determinação do valor recuperável da Cão Cidadão, fizemos projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos, considerando as seguintes premissas: i. Receitas projetadas de 2023 a 2032, considerando crescimento histórico das receitas com treinadores franqueados, crescimento por inflação e o incremento a partir do plano de lançamento de novos serviços, integrados com o ecossistema do Grupo. ii. Custos e despesas projetados para os mesmos exercícios das receitas projetadas de acordo com a dinâmica dos serviços prestados e buscando sinergia das despesas com a Controladora. iii. Taxa de desconto de 16,1% ao ano: O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso continuo da UGC. O valor contábil desta UGC era menor que o seu valor recuperável e, portanto, nenhum ajuste para redução ao valor recuperável foi necessário. **9.7. Aquisição Zee.Dog:** Em 30 de dezembro de 2021 a Companhia adquiriu 100% do capital social e obteve controle da Zee Dog S.A. ("Zee.Dog"), uma plataforma pet que atua em (i) "branding", produto e tecnologia, (ii) diversificação de canais, (iii) presença global e (iv) time de empreendedores com "mindset" de inovação. A seguir estão apresentados os valores justos de ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. **a) Mensuração a Valor Justo**: As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos identificados foram (i) royalties evitados ("relief from royalty") para marca, as quais consideram o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados com base nos pagamentos hipotéticos a título de royalties que seria economizados pelo detentor do ativo, considerado uma vida útil indeterminada; (ii) rentabilidade excedente em múltiplos períodos ("multi-period excess earnings") para a carteira de contratos, com vida útil remanescente estimada em 5 anos; (iii) aplicação de uma margem estimada para contemplar os esforços de venda e demais despesas para o valor justo dos estoques; (iv) método de custo de reprodução ou reposição, com base nos custos com pessoal alocado no desenvolvimento do software Zee.Now, com vida útil remanescente estimada em 5 anos; (v) baixa do ágio que a Zee.Dog possuí pela aquisição da empresa Lolopet Alimentos Naturais S.A. ("Eleven Chimps"), adquirida pela Zee.Dog S.A. em maio de 2021, no valor de R$13.864 e (vi) baixa do saldo de relacionamento com clientes da Eleven Chimps, devido avaliação do valor justo com base nas premissas de taxa de atrito/rotatividade dos clientes e estratégia da Zee.Dog de lançar uma nova marca para o segmento de alimentos. **b) Ágio**: O ágio apurado na aquisição do investimento foi reconhecido no balanço patrimonial da Companhia na rubrica Investimentos:

Número de ações da Petz a serem transferidas	23.777.778
Valor por ação na data de fechamento (em reais)	16,40
Parcela em Ações	389.956
Parcela à vista	80.000
Parcelas subsequentes (*)	58.980
Valor justo da contraprestação transferida	528.936
Patrimônio líquido contábil adquirido	48.261
Excesso a ser alocado	480.675
Ajuste a valor justo de ativos identificados:	
Ativo intangível – Marca (i)	356.613
Ativo intangível – Relacionamento com clientes (ii)	2.548
Estoques (iii)	695
Ativo intangível – Software (iv)	9.343
Ativo Intangível – Ágio (Eleven Chimps) (v)	(13.864)
Ativo intangível – Relacionamento com clientes (Eleven Chimps) (vi)	(7.105)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	132.445

(*) O montante de R$58.980 será pago aos acionistas da Zee.Dog, excluindo os acionistas fundadores, no dia 30 de dezembro de 2026, ajustado pela variação positiva do CDI, desde que todos os acionistas fundadores tenham permanecido, até a data do pagamento, no quadro de funcionários ou administradores da Petz, Zee.Dog ou suas afiliadas (em 31 de dezembro de 2022, o saldo atualizado pelo CDI é de R$66.300. Aos acionistas fundadores, o valor contingente de R$30.727 está sujeito a permanência dos mesmos no quadro de funcionários ou administradores da Petz, Zee.Dog ou de suas afiliadas até 30 de dezembro de 2026. Desta forma, de acordo com as definições do CPC 15 – Combinação de Negócios, este montante não foi considerado no cálculo da contraprestação transferida. Em 31 de dezembro de 2022, a parcela reconhecida no resultado da Companhia referente a esta parcela foi de R$6.908, incluindo R$763 de atualização pelo CDI. Para determinação do valor recuperável da Zee.Dog, fizemos projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 10 anos, considerando as seguintes premissas: i. Receitas projetadas de 2023 a 2032, considerando crescimento histórico das vendas, crescimento por inflação e o incremento a partir do plano de integração das operações da Zee.Dog nos canais digitais da Petz, com o aproveitamento de toda a plataforma de omnicanalidade já existente em toda a rede de lojas Petz no Brasil. ii. Custos e despesas projetados para os mesmos exercícios das receitas projetadas de acordo com a dinâmica das lojas e plataforma de omnicanalidade, buscando sinergia das despesas com a Controladora. iii. Taxa de desconto de 13,0% ao ano. O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso continuo da UGC. O valor contábil desta UGC era menor que o seu valor recuperável e, portanto, nenhum ajuste para redução ao valor recuperável foi necessário. **9.8. Aquisição Petix:** Em 1º de julho de 2022 a Companhia adquiriu 100% do capital social e obteve controle da Selected Participações S.A. ("Petix"), empresa que atua principalmente com a industrialização e comercialização de tapetes higiênicos no mercado Pet, sendo sua principal marca SuperSecão. A seguir estão apresentados os ajustes a valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. A mensuração foi realizada de forma preliminar, devendo sua finalização ocorrer dentro de período de até doze meses após a data de aquisição, conforme previsto no CPC 15 – Combinação de Negócios. A Companhia não espera ajustes materiais sobre os valores justos preliminares divulgados a seguir. **a) Mensuração a Valor Justo:** As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos e passivos identificados foram (i) royalties evitados ("relief from royalty") para marca, as quais consideram o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados com base nos pagamentos hipotéticos a título de royalties que seria economizados pelo detentor do ativo, considerado uma vida útil de 19 anos; (ii) rentabilidade excedente em múltiplos períodos ("multi-period excess earnings") para a carteira de contratos, com vida útil remanescente estimada em 14 anos; (iii) aplicação de uma margem estimada para contemplar os esforços de venda e demais despesas para o valor justo dos estoques; (iv) avaliação de valor justo do ativo imobilizado com base em custo de reposição; (v) baixa do ágio que a Petix possuí pela aquisição da empresa Petix Company, LLC ("Petix LLC"), adquirida em março de 2022, no valor de R$12.244 e (vi) baixa do saldo de outros ativos intangíveis inexistentes. **b) Ágio:** O ágio apurado na aquisição do investimento foi reconhecido no balanço patrimonial da Companhia na rubrica Investimentos:

Número de ações da Petz a serem transferidas	1.650.450
Valor por ação na data de fechamento (em reais)	9,93
Parcela em Ações	16.389
Parcela à vista	24.861
Parcelas subsequentes (*)	3.336
Ajuste de preço	7.175
Valor justo da contraprestação transferida	51.761
Patrimônio líquido contábil adquirido	19.066
Excesso a ser alocado	32.695
Ajuste a valor justo de ativos identificados:	
Ativo intangível – Marcas (i)	19.028
Ativo intangível – Relacionamento com clientes (ii)	12.578
Estoques (iii)	1.578
Ativo imobilizado (iv)	947
Ativo Intangível – Ágio (Petix LLC) (v)	(10.244)
Ativo intangível – Outros ativos (vi)	(4.033)
Contingências	(8.903)
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	21.744

(*) As parcelas subsequentes, que têm vencimentos em 2024, 2025 e 2026, estão sujeitas ao atingimento de resultados futuros pela Petix e foram avaliadas de acordo com as projeções realizadas pela Companhia, bem como os termos e fórmulas definidas no contrato.

10 Imobilizado

10.1. Política contábil: Registrado ao valor de custo de aquisição, deduzido de depreciação e, quando aplicável, de perda por redução ao valor de recuperação. A depreciação inicia-se quando da abertura da loja e do início da utilização dos ativos, exceto para o caso dos ativos de direito de uso locação de imóveis, cuja depreciação inicia a partir do início de vigência do contrato, o que pode ocorrer antes da inauguração da loja. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, conforme as taxas demonstradas no quadro abaixo. A depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Vida útil dos bens do imobilizado: A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente nas datas dos balanços. Quando aplicável, os efeitos decorrentes de alterações na vida útil remanescente são registrados prospectivamente. Avaliação do valor recuperável: Os testes de recuperação são realizados anualmente conforme descrito na nota explicativa nº 2.6.1 das demonstrações financeiras.

10.2. Composição

		Controladora					
	Taxa média anual de depreciação % (a)	2022			2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	762.977	(229.535)	533.442	577.967	(162.290)	415.677
Móveis e utensílios	10	158.401	(41.445)	116.956	109.192	(28.152)	81.040
Máquinas e equipamentos	10	91.438	(23.840)	67.598	65.199	(16.304)	48.895
Veículos	20	1.035	(1.031)	4	955	(895)	60
Instalações	20	1.325	(1.007)	318	1.221	(735)	486
Equipamentos de informática	20	49.297	(25.917)	23.380	35.841	(18.429)	17.412
Direito de uso locação de imóveis	(a)	1.322.576	(391.636)	930.940	1.040.757	(247.268)	793.489
Adiantamento a fornecedores		18.256	–	18.256	13.380	–	13.380
Total		2.405.305	(714.411)	1.690.894	1.844.512	(474.073)	1.370.439

(a) A depreciação é calculada linearmente, com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros, que variam de 2 a 21 anos.

		Consolidado					
	Taxa média anual de depreciação % (a)	2022			2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(a)	774.011	(231.030)	542.981	586.351	(162.909)	423.442
Móveis e utensílios	10	161.947	(42.198)	119.749	111.410	(28.480)	82.930
Máquinas e equipamentos	10	124.209	(28.979)	95.230	71.119	(16.423)	54.696
Veículos	20	1.035	(1.031)	4	955	(895)	60
Instalações	20	1.325	(1.007)	318	1.221	(735)	486
Equipamentos de informática	20	50.825	(26.663)	24.162	36.828	(18.827)	18.001
Direito de uso locação de imóveis	(a)	1.348.546	(404.586)	943.960	1.064.183	(255.789)	808.394
Adiantamento		18.256	–	18.256	13.380	–	13.380
Total		2.480.154	(735.494)	1.744.660	1.885.447	(484.058)	1.401.390

(a) A depreciação é calculada linearmente, com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros, que variam de 2 a 21 anos.

10.3. Movimentação do imobilizado

	Controladora				
	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Reclassificação (1)	Saldo em 2022
Custo:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	577.967	185.432	(422)	–	762.977
Móveis e utensílios	109.192	49.451	(242)	–	158.401
Máquinas e equipamentos	65.199	26.483	(244)	–	91.438
Veículos	955	80	–	–	1.035
Instalações	1.221	104	–	–	1.325
Equipamentos de informática	35.841	13.526	(70)	–	49.297
Direito de uso locação de imóveis	1.040.757	262.747	(1.522)	20.594	1.322.576
Adiantamento	13.380	4.876	–	–	18.256
Total do custo	1.844.512	542.699	(2.500)	20.594	2.405.305
Depreciação:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(162.290)	(67.476)	231	–	(229.535)
Móveis e utensílios	(28.152)	(13.295)	2	–	(41.445)
Máquinas e equipamentos	(16.304)	(7.607)	71	–	(23.840)
Veículos	(895)	(136)	–	–	(1.031)
Instalações	(735)	(272)	–	–	(1.007)
Equipamentos de informática	(18.429)	(7.540)	52	–	(25.917)
Direito de uso locação de imóveis	(247.268)	(136.369)	–	(7.999)	(391.636)
Total da depreciação	(474.073)	(232.695)	356	(7.999)	(714.411)
Total do imobilizado	1.370.439	310.004	(2.144)	12.595	1.690.894

(1) Refere-se à reclassificação dos pontos comerciais que estavam classificados como intangível, dada que os mesmos estão diretamente relacionados aos arrendamentos e devem ser considerados como ativo de direito de uso, conforme definido pelo CPC 06(R2)/IFRS 16.

Custo:	Saldo em 2020	Adições	Baixas	Saldo em 2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	415.176	164.662	(1.871)	577.967
Móveis e utensílios	72.514	37.102	(424)	109.192
Máquinas e equipamentos	44.962	20.375	(138)	65.199
Veículos	955	–	–	955
Instalações	786	458	(23)	1.221
Equipamentos de informática	25.705	10.229	(93)	35.841
Direito de uso locação de imóveis	660.809	384.221	(4.273)	1.040.757
Adiantamento	3.839	9.541	–	13.380
Total do custo	1.224.746	626.588	(6.822)	1.844.512
Depreciação:				
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(113.750)	(49.909)	1.369	(162.290)
Móveis e utensílios	(19.234)	(9.076)	158	(28.152)
Máquinas e equipamentos	(10.918)	(5.422)	36	(16.304)
Veículos	(711)	(184)	–	(895)
Instalações	(603)	(145)	13	(735)
Equipamentos de informática	(12.960)	(5.528)	59	(18.429)
Direito de uso locação de imóveis	(145.147)	(103.417)	1.296	(247.268)
Total da depreciação	(303.323)	(173.681)	2.931	(474.073)
Total do imobilizado	921.423	452.907	(3.891)	1.370.439

	Consolidado						
	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Reclassificação	Conversão de balanço das controladas	Aquisição de controladas	Saldo em 2022
Custo:							
Benfeitorias em imóveis de terceiros	586.351	186.688	(422)	–	(102)	1.496	774.011
Móveis e utensílios	111.410	50.071	(242)	–	–	708	161.947
Máquinas e equipamentos	71.119	44.277	(807)	–	(2)	9.622	124.209
Veículos	955	80	–	–	–	–	1.035
Instalações	1.221	104	–	–	–	–	1.325
Equipamentos de informática	36.828	13.944	(70)	–	(13)	136	50.825
Direito de uso locação de imóveis	1.064.183	266.670	(2.936)	20.594	35	–	1.348.546
Adiantamento	13.380	4.876	–	–	–	–	18.256
Total do custo	1.885.447	566.710	(4.477)	20.594	(82)	11.962	2.480.154
Depreciação:							
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(162.909)	(67.897)	231	–	–	(455)	(231.030)
Móveis e utensílios	(28.480)	(13.592)	2	–	–	(128)	(42.198)
Máquinas e equipamentos	(16.423)	(8.884)	86	–	–	(3.758)	(28.979)
Veículos	(895)	(136)	–	–	–	–	(1.031)
Instalações	(735)	(272)	–	–	–	–	(1.007)
Equipamentos de informática	(18.827)	(7.784)	69	–	–	(121)	(26.663)
Direito de uso locação de imóveis	(255.789)	(140.877)	–	(7.999)	79	–	(404.586)
Total da depreciação	(484.058)	(239.442)	388	(7.999)	79	(4.462)	(735.494)
Total do imobilizado	1.401.390	327.268	(4.089)	12.595	(3)	7.500	1.744.660

	Consolidado				
	Saldo em 2020	Adições	Baixas (*)	Aquisição de empresas	Saldo em 2021
Custo:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	415.176	164.662	(1.871)	8.384	586.351
Móveis e utensílios	72.514	37.102	(424)	2.218	111.410
Máquinas e equipamentos	44.962	20.375	(138)	5.920	71.119
Veículos	955	–	–	–	955
Instalações	786	458	(23)	–	1.221
Equipamentos de informática	25.705	10.229	(93)	987	36.828
Direito de uso locação de imóveis	660.809	384.221	(4.273)	23.426	1.064.183
Adiantamento	3.839	9.541	–	–	13.380
Total do custo	1.224.746	626.588	(6.822)	40.935	1.885.447
Depreciação:					
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(113.750)	(49.909)	1.369	(619)	(162.909)
Móveis e utensílios	(19.234)	(9.076)	158	(328)	(28.480)
Máquinas e equipamentos	(10.918)	(5.422)	36	(119)	(16.423)
Veículos	(711)	(184)	–	–	(895)
Instalações	(603)	(145)	13	–	(735)
Equipamentos de informática	(12.960)	(5.528)	59	(398)	(18.827)
Direito de uso locação de imóveis	(145.147)	(103.417)	1.296	(8.521)	(255.789)
Total da depreciação	(303.323)	(173.681)	2.931	(9.985)	(484.058)
Total do imobilizado	921.423	452.907	(3.891)	30.950	1.401.390

Ativos cedidos em garantia: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia ou penhora em operações de empréstimos e financiamentos bancários, tampouco arrolados em defesa de processos judiciais, exceto pelos ativos imobilizados da loja de Sorocaba, dados em garantia do contrato de locação, no montante de R$281. 10.4. Transação do imobilizado e do intangível que não envolveram caixa: As adições de imobilizado apresentadas nas demonstrações dos fluxos de caixa estão líquidas das parcelas a serem pagas nos próximos anos. Assim, para cada um dos exercícios, temos:

	Controladora	
	2022	2021
Total das adições do exercício:		
Imobilizado	542.699	626.588
Intangível – nota explicativa nº 11	64.956	41.005
Remensuração/adições do IFRS 16 (Direito de uso de locação de imóveis) – nota explicativa nº 23.3	(262.747)	(384.221)
Saldo de fornecedores do ano anterior pago no ano corrente – nota explicativa nº 12	22.102	11.100
Saldo a pagar de fornecedores no ano corrente – nota explicativa nº 12	(8.858)	(22.102)
Outros	(48)	(49)
Total das adições no imobilizado e intangível conforme demonstração de fluxo de caixa	358.104	272.321

	Consolidado	
	2022	2021
Total das adições do exercício:		
Imobilizado	566.710	626.588
Intangível – nota explicativa nº 11	69.452	41.005
Remensuração/adições do IFRS 16 (Direito de uso de locação de imóveis) – nota explicativa nº 23.3	(266.670)	(384.221)
Saldo de fornecedores do ano anterior pago no ano corrente – nota explicativa nº 12	22.102	11.100
Saldo a pagar de fornecedores no ano corrente – nota explicativa nº 12	(8.858)	(22.102)
Outros	(192)	(49)
Total das adições no imobilizado e intangível conforme demonstração de fluxo de caixa	382.544	272.321

11 Intangível

11.1. Política contábil: Os ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, conforme as taxas demonstradas no quadro abaixo. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

11.2. Composição

		Controladora					
	Taxa média anual de amortização – %	2022					
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Licença de software	20	30.508	(10.967)	19.541	17.539	(7.741)	9.798
Projetos de T.I. (a)	20	133.694	(42.727)	90.967	82.807	(24.094)	58.713
Pontos comerciais	(b)	–	–	–	19.718	(5.952)	13.766
Acordo de não competição	10	124	(107)	17	124	(95)	29
Outros intangíveis	–	561	(111)	450	339	(71)	268
Total		164.887	(53.912)	110.975	120.527	(37.953)	82.574

		Consolidado					
	Taxa média anual de amortização – %	2022			2021		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Licença de software	20	31.793	(11.392)	20.401	18.880	(8.045)	10.835
Projetos de T.I. (a)	20	147.416	(44.886)	102.530	92.150	(24.094)	68.056
Pontos comerciais	(b)	–	–	–	19.718	(5.952)	13.766
Acordo de não competição	10	124	(107)	17	124	(95)	29
Marcas	(c)	377.573	(961)	376.612	358.443	(222)	358.221
Carteira de clientes	(d)	18.314	(2.314)	16.000	5.736	(335)	5.401
Ágio		188.987	–	188.987	167.243	–	167.243
Outros intangíveis	–	803	(123)	680	809	(187)	622
Total		765.010	(59.783)	705.227	663.103	(38.930)	624.173

(a) Os projetos de TI se referem a desenvolvimento e implantação de sistemas de Tecnologia da Informação e Licenciamentos. (b) A amortização é calculada linearmente, com base no prazo dos contratos de aluguel firmados com terceiros, que variam de 10 a 15 anos. (c) Conforme detalhado na nota explicativa nº 9, as marcas da CDSG, Cão Cidadão e Petix possuem vida útil definida e, portanto, são amortizadas. (d) Conforme detalhado na nota explicativa nº 9, as carteiras de clientes da CDSG, Cão Cidadão, Zee.Dog e Petix possuem vida útil definida e, portanto, são amortizadas.

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/03/2023

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09

... continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

11.3. Movimentação do intangível

	Controladora				
	Saldo em 2021	Adições	Reclassificação [1]	Baixas	Saldo em 2022
Custo:					
Licença de software	17.539	12.969	–	–	30.508
Projetos de T.I.	82.807	50.889	–	(2)	133.694
Pontos comerciais	19.718	876	(20.594)	–	–
Acordo de não competição	124	–	–	–	124
Outros intangíveis	339	222	–	–	561
Total do custo	120.527	64.956	(20.594)	(2)	164.887
Amortização:					
Licença de software	(7.741)	(3.226)	–	–	(10.967)
Projetos de T.I.	(24.094)	(18.633)	–	–	(42.727)
Pontos comerciais	(5.952)	(2.047)	7.999	–	–
Acordo de não competição	(95)	(12)	–	–	(107)
Outros intangíveis	(71)	(40)	–	–	(111)
Total da amortização	(37.953)	(23.958)	7.999	–	(53.912)
Total do intangível	82.574	40.998	(12.595)	(2)	110.975

[1] Refere-se à reclassificação dos pontos comerciais, dado que os mesmos estão diretamente relacionados aos arrendamentos e devem ser considerados como ativo de direito de uso, conforme definido pelo CPC 06(R2)/IFRS 16.

	Controladora			
	Saldo em 2020	Adições	Baixas	Saldo em 2021
Custo:				
Licença de software	10.610	6.930	(1)	17.539
Projetos de T.I.	48.920	33.888	(1)	82.807
Pontos comerciais	19.718	–	–	19.718
Acordo de não competição	124	–	–	124
Outros intangíveis	152	187	–	339
Total do custo	79.524	41.005	(2)	120.527
Amortização:				
Licença de software	(5.420)	(2.321)	–	(7.741)
Projetos de T.I.	(13.141)	(10.953)	–	(24.094)
Pontos comerciais	(3.947)	(2.005)	–	(5.952)
Acordo de não competição	(83)	(12)	–	(95)
Outros intangíveis	(31)	(40)	–	(71)
Total da amortização	(22.622)	(15.331)	–	(37.953)
Total do intangível	56.902	25.674	(2)	82.574

	Consolidado					
	Saldo em 2021	Adições	Baixas	Reclassificação	Conversão de controladas	Aquisição de controladas	Saldo em 2022
Custo:							
Licença de software	18.880	12.984	–	–	(71)	–	31.793
Projetos de T.I.	92.150	55.268	(2)	–	–	–	147.416
Pontos comerciais	19.718	876	–	(20.594)	–	–	–
Acordo de não competição	124	–	–	–	–	–	124
Marcas (i)	358.443	102	–	–	–	19.028	377.573
Carteira de clientes	5.736	–	–	–	–	12.578	18.314
Ágios:							
CDSG	4.496	–	–	–	–	–	4.496
Cão Cidadão	30.302	–	–	–	–	–	30.302
Zee.Dog	132.445	–	–	–	–	–	132.445
Petix	–	–	–	–	–	21.744	21.744
Ágio total	167.243	–	–	–	–	21.744	188.987
Outros intangíveis	809	222	(228)	–	–	–	803
Total do custo	663.103	69.452	(230)	(20.594)	(71)	53.350	765.010
Amortização:							
Licença de software	(8.045)	(3.348)	–	–	1	–	(11.392)
Projetos de T.I.	(24.094)	(20.792)	–	–	–	–	(44.886)
Pontos comerciais	(5.952)	(2.047)	–	7.999	–	–	–
Acordo de não competição	(95)	(12)	–	–	–	–	(107)
Marcas	(222)	(739)	–	–	–	–	(961)
Carteira de clientes	(335)	(1.979)	–	–	–	–	(2.314)
Outros intangíveis	(187)	(67)	131	–	–	–	(123)
Total da amortização	(38.930)	(28.984)	131	7.999	1	–	(59.783)
Total do intangível	624.173	40.468	(99)	(12.595)	(70)	53.350	705.227

	Consolidado				
	Saldo em 2020	Adições	Baixas	Aquisição de empresas	Saldo em 2021
Custo:					
Licença de software	10.610	6.930	(1)	1.341	18.880
Projetos de T.I.	48.920	33.888	(1)	9.343	92.150
Pontos comerciais	19.718	–	–	–	19.718
Acordo de não competição	124	–	–	–	124
Marcas (i)	–	–	–	358.443	358.443
Carteira de clientes	–	–	–	5.736	5.736
Ágios:					
CDSG (nota 9.5)	–	–	–	4.496	4.496
Cão Cidadão (nota 9.6)	–	–	–	30.302	30.302
Zee.Dog (nota 9.7)	–	–	–	132.445	132.445
Ágio total	–	–	–	167.243	167.243
Outros intangíveis	152	187	–	470	809
Total do custo	79.524	41.005	(2)	542.576	663.103
Amortização:					
Licença de software	(5.420)	(2.321)	–	(304)	(8.045)
Projetos de T.I.	(13.141)	(10.953)	–	–	(24.094)
Pontos comerciais	(3.947)	(2.005)	–	–	(5.952)
Acordo de não competição	(83)	(12)	–	–	(95)
Marcas	–	(17)	–	(205)	(222)
Carteira de clientes	–	(102)	–	(233)	(335)
Outros intangíveis	(31)	(40)	–	(116)	(187)
Total da amortização	(22.622)	(15.450)	–	(858)	(38.930)
Total do intangível	56.902	25.555	(2)	541.718	624.173

Para maiores detalhes das transações do intangível que não envolveram caixa, vide nota explicativa nº 10 do imobilizado.

12 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Produtos para revenda	271.774	217.642	302.580	257.854
Imobilizado e intangível	8.858	22.102	8.858	22.102
Outros (*)	53.729	57.131	55.147	59.477
Total	334.361	296.875	366.585	339.433

(*) Referem-se principalmente a fornecedores relacionados ao segmento Digital (e.g. suporte e manutenção das plataformas digitais, marketing digital etc.), consumo e logística. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não praticou operações denominadas de "forfait" (também conhecidas como "confirming", "risco sacado" ou "securitização de contas a pagar").

13 Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisão de férias	29.327	25.373	32.572	25.443
Provisão de participação nos lucros e resultados	11.764	19.144	12.114	19.144
Salários a pagar	9.435	9.670	10.693	11.557
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS	2.375	2.047	2.648	2.181
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	6.888	6.858	7.740	7.318
Outras	9.224	8.312	10.311	9.314
Total	69.013	71.404	76.078	74.957

14 Obrigações Tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS e COFINS	4.251	3.745	4.402	4.062
ICMS	21.836	13.524	28.082	16.731
Imposto Sobre Serviços – ISS	911	573	936	587
Impostos retidos	3.109	2.929	3.154	2.947
Outros	1.868	2.231	2.436	2.712
Total	31.975	23.002	39.010	27.039
Imposto de renda e contribuição social a recolher	384	–	3.978	504

15 Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

15.1. Política contábil: Inicialmente, os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos pelo valor justo no momento do recebimento e, em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado conforme previstos contratualmente (acrescidos de encargos, juros calculados pela taxa efetiva, variações monetárias e amortizações incorridos até as datas dos balanços). Os empréstimos ainda vigentes em 31 de dezembro de 2022 não são suscetíveis a capitalização de custos a um ativo qualificável.

15.2. Composição

	Encargos	Vencimento	Garantias	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Petz							
Empréstimo bancário	3,49% a.a. + Selic Anual	Março de 2022	Cessão fiduciária	–	29.983	–	29.983
Debênture:							
1ª Emissão de debêntures	1,40% a.a. + Selic Anual	Julho de 2023	Cessão fiduciária	28.428	77.015	28.428	77.015
2ª Emissão de debêntures	1,30% a.a. + Selic Anual	Junho de 2024	Cessão fiduciária	69.691	116.194	69.691	116.194
Zee.Dog							
Empréstimo bancário	0,35% a.m. + CDI	Maio de 2022	Aplicação financeira	–	–	–	2.889
Petix							
Empréstimo bancário	12,92 % a.a.	Agosto de 2023	Cessão fiduciária	–	–	261	–
Empréstimo bancário	10,06 % a.a.	Agosto de 2025	Aval	–	–	14.721	–
Total				98.119	223.192	113.101	226.081
Circulante				74.948	125.379	86.269	128.268
Não circulante				23.171	97.813	26.832	97.813

15.3. Características: Características da 1ª Emissão de Debêntures: Em 10 de julho de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures (não conversíveis em ações) da Companhia no montante de R$200.000, que possuem prazo de vencimento de 60 meses (julho de 2023) ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado conforme cláusulas na escritura de emissão, conforme segue: • A relação entre a dívida financeira líquida ajustada e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization – EBITDA" – ajustado não deve ser maior a 2,5x. • Decretação de vencimento antecipado originada de outra dívida bancária. Além das cláusulas financeiras acima, cujas medições são efetuadas anualmente, há cláusulas não financeiras que também podem ocasionar o vencimento antecipado das obrigações. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia estava adimplente com todas as cláusulas financeiras e não financeiras. De acordo com a escritura não haverá repactuação programada das debêntures, e determinadas condições e restrições em relação à solvência, mudança de controle, legislação socioambiental, trabalhista e anticorrupção, além do fornecimento de informações acessórias solicitadas conforme os prazos estipulados na escritura de emissão das debêntures, devem ser atendidas. Os custos incorridos com as emissões das debêntures da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R$3.177 e estão classificados na própria rubrica das respectivas debêntures e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31 de dezembro de 2022, o valor a ser apropriado era de R$371 (R$1.006 em 31 de dezembro de 2021, sendo apresentado líquido no saldo das debêntures. A amortização do principal das debêntures ocorre em 49 parcelas consecutivas, sendo a primeira a partir do 12º mês após a emissão. O pagamento da remuneração ocorre mensalmente, sendo o primeiro pagamento devido efetuado em 10 de agosto de 2018. Características da 2ª Emissão de Debêntures:Em 28 de junho de 2019, foi realizada a 2ª emissão de debêntures (não conversíveis em ações) da Companhia no montante de R$200.000, que possuem prazo de vencimento de 60 meses (junho de 2024) ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado conforme cláusulas na escritura de emissão, conforme segue: • A relação entre a dívida financeira líquida ajustada e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization – EBITDA" – ajustado não deve ser maior a 2,5x. • Decretação de vencimento antecipado originada de outra dívida bancária. Além das cláusulas financeiras acima, cujas medições são efetuadas anualmente, há cláusulas não financeiras que também podem ocasionar o vencimento antecipado das obrigações. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia estava adimplente com todas as cláusulas financeiras e não financeiras. De acordo com a escritura não haverá repactuação programada das debêntures, e determinadas condições e restrições em relação à solvência, mudança de controle, legislação socioambiental, trabalhista e anticorrupção, além do fornecimento de informações acessórias solicitadas conforme os prazos estipulados na escritura de emissão das debêntures, devem ser atendidas. Os custos incorridos com as emissões das debêntures da Companhia, incluindo taxas, comissões e outros custos, totalizaram R$3.087 e estão classificados na própria rubrica das respectivas debêntures e são apropriados ao resultado durante o período da dívida. Em 31 de dezembro de 2022, o valor a ser apropriado era de R$977 (R$1.595 em 31 de dezembro de 2021), sendo apresentado líquido no saldo das debêntures. A amortização do principal das debêntures ocorre em 17 parcelas trimestrais consecutivas, sendo a primeira a partir do 12º mês após a emissão. O pagamento da remuneração ocorre trimestralmente, sendo o primeiro pagamento devido efetuado em 28 de setembro de 2019. **15.4. Movimentações dos empréstimos:** A movimentação dos empréstimos e financiamentos no exercício foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Saldo no início do exercício	223.192	496.345	226.081	496.345
Aquisição de controladas	–	–	7.739	2.889
Captações	–	–	8.409	–
Amortizações de principal	(126.038)	(274.038)	(130.798)	(274.038)
Pagamento de juros	(19.427)	(21.234)	(19.935)	(21.234)
Encargos financeiros incorridos	20.392	22.119	21.605	22.119
Saldo no final do exercício	98.119	223.192	113.101	226.081

Em 31 de dezembro de 2022, os montantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	74.948	86.269
De 1 a 2 anos	23.171	26.832
Total	98.119	113.101

Garantias – Cessão fiduciária: Os Empréstimos e Financiamentos da Companhia exigem garantias no formato de Recebíveis de Cartões de Crédito, controlados e checados diariamente pelo Agente Fiduciário (no caso das Debêntures) ou pelos bancos emissores das Cédulas de Crédito Bancário. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava adimplente com as referidas exigências.

16 Programa de Fidelização

O programa de fidelização "Vale a Pena Ser Fiel" promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas, que são transformadas em crédito para compras futuras. De acordo com o regulamento do programa, é concedido um bônus de até 10% do valor pago, para ser utilizado única e exclusivamente no mês subsequente ao da compra, em qualquer loja. O valor justo é calculado com base nos valores obtidos pelos clientes, no ato da compra, ajustado por uma parcela relacionada à expectativa de utilização. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização, é registrada em receita diferida e reconhecida ao resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a receita diferida do programa de fidelização é de R$3.141 (R$3.336 em 31 de dezembro de 2021), e o efeito no resultado do exercício foi positivo em R$195 (negativo em R$383 no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

17 Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas e Tributários

17.1. Política Contábil: Reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Quando aplicável, a provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo ou pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. **17.2. Composição:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía riscos de natureza cível, trabalhista e tributária, cuja possibilidade de desfecho foi considerada desfavorável pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos externos e pela controladoria interna, sendo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhistas (a)	2.328	1.140	15.757	6.107
Cíveis (b)	38	47	38	47
Tributárias	22	22	299	22
Total	2.388	1.209	16.094	6.176

(a) A Companhia é parte passiva de reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e terceiros, cujos pedidos, em sua maioria, se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão de responsabilidade subsidiária. A provisão também envolve valores relacionados ao recolhimento previdenciário de INSS e IRRF. (b) A provisão de risco cível está relacionada a pedidos de indenização por supostos incidentes ocorridos nas lojas. **17.3. Movimentação das provisões:** A movimentação das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, bem como dos depósitos judiciais no exercício foi como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Provisão				
Saldo no início do exercício	1.209	1.902	6.176	1.902
Adição de controladas	–	–	9.034	4.967
Adições/reversões, líquido	1.520	(277)	1.225	(277)
Pagamentos	(341)	(416)	(341)	(416)
Saldo no final do exercício	2.388	1.209	16.094	6.176
Depósitos judiciais (*)				
Saldo no início do exercício	8.039	2.884	10.982	2.884
Aquisição de controlada	–	–	–	2.943
Adições	16.059	5.582	18.740	5.582
Resgates/perdas	(1.010)	(427)	(1.010)	(427)
Saldo no final do exercício	23.088	8.039	28.712	10.982

(*) Registrados na rubrica "outros créditos" no ativo não circulante.

Processos com risco de perda possível: A Administração não considerou necessária a constituição de provisão para eventual perda sobre discussões tributárias em andamento, para os quais na sua avaliação, com o auxílio de seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda é possível. Adicionalmente, informamos que, com base no julgamento do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Resp 1.221.170/PR, que definiu o conceito de insumos para fins de cálculo dos créditos de PIS e COFINS, levando em consideração os critérios da essencialidade e/ou relevância da despesa para o desenvolvimento das atividades econômicas do contribuinte, apropriamos créditos de PIS e COFINS em relação às despesas consideradas essenciais e/ou relevantes para nossas operações no montante de R$98.630. Como a avaliação da Companhia, com o auxílio de seus assessores jurídicos, é de que a probabilidade de perda é possível, nenhuma provisão foi constituída. A Companhia também possui exposição a um risco com probabilidade de perda possível de R$15.519 relacionado ao conceito de cálculo em relação à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS de produtos com tributação concentrada. Abaixo demonstramos os valores de processos e de tais exposições não materializadas cuja probabilidade de perda foi avaliada como possível:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Trabalhistas	18.380	20.534	18.566	20.720
Cíveis	13.327	1.422	13.495	1.590
Tributários	123.149	2.827	123.149	2.827
Total	154.856	24.783	155.210	25.137

18 Patrimônio Líquido

18.1. Capital Social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R$1.724.444, e é representado por 461.642.885 ações ordinárias, sem valor nominal, assim distribuídas:

	Ações		
	Ordinárias	%	Valor
Sergio Zimerman	122.968.204	26,64%	459.342
Wasatch Advisors, Inc.	25.331.159	5,49%	94.623
Oceana Investimentos	23.556.100	5,10%	87.993
Navi Capital e Navi International	23.445.990	5,08%	87.581
Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda.	23.086.092	5,00%	86.237
Outros	243.255.340	52,69%	908.668
Total	461.642.885	100,00%	1.724.444

Em 31 de dezembro de 2022, com uma participação indireta de 26,6%, Sergio Zimerman é o acionista controlador da Companhia. Em 26 de fevereiro de 2021 foi deliberado e aprovado na Reunião do Conselho de Administração – RCA o aumento do capital social da Companhia no montante de R$21.791, mediante a emissão de 21.135.402 novas ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de compra de ações, conforme detalhado na nota explicativa nº 18.4.4. O aumento de capital foi mediante capital próprio dos beneficiários. Após o aumento, o capital social passou de R$387.250 para R$409.041, representado por 393.991.198 ações ordinárias. Em 30 de setembro de 2021 foi deliberado e aprovado na Reunião do Conselho de Administração – RCA o aumento do capital social da Companhia no montante de R$68, mediante a emissão de 66.716 novas ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de compra de ações, conforme detalhado na nota explicativa nº 18.4.4. O aumento de capital foi integralizado mediante capital próprio dos beneficiários. Após o aumento, o capital social passou de R$409.041para R$409.109, representado por 394.057.914 ações ordinárias. Em 18 de novembro de 2021 na Reunião do Conselho de Administração – RCA, foi deliberado e aprovado, no âmbito de uma segunda Oferta Pública de Ações, o aumento do capital social, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R$779.000, o qual passou de R$409.109 para R$1.188.109, mediante a emissão de 41.000.000 novas ações ordinárias, cada uma no valor de R$19,00, que foram objeto da Oferta, passando o capital social da Companhia de 394.057.914 ações ordinárias para 435.057.914 ações ordinárias. Os gastos com essa oferta, líquidos do imposto de renda e contribuição social, totalizaram R$15.134, os quais estão classificados como redutora do patrimônio líquido na rubrica "Custos de transação na emissão de ações" de acordo com o preconizado no pronunciamento técnico CPC 08 (R1). Em 30 de dezembro de 2021, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.4, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Zee.Dog, sendo que parte da contraprestação transferida foi mediante entrega de 23.777.778 ações da Petz. De acordo com o CPC 15 – Combinação de Negócios, a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida deve ser mensurada pelo valor justo na data de aquisição. Assim, ao se avaliar a contraprestação a ser transferida em instrumentos patrimoniais da Companhia na data de fechamento, a Companhia observou uma variação de valor justo com o montante reconhecido como aumento de capital. Essa variação foi reconhecida na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial como deságio na emissão de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$145.045. Em 25 de fevereiro de 2022 foi deliberado e aprovado na Reunião do Conselho de Administração – RCA o aumento do capital social da Companhia no montante de R$1.149, mediante a emissão de 1.104.503 novas ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de compra de ações. Em 1º de julho de 2022, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.8, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Petix, sendo que parte da contraprestação transferida foi mediante entrega de 1.650.450 ações da Petz. De acordo com o CPC 15 – Combinação de Negócios, a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida deve ser mensurada pelo valor justo na data de aquisição. Assim, ao se avaliar a contraprestação a ser transferida em instrumentos patrimoniais da Companhia na data de fechamento, a Companhia observou uma variação de valor justo com o montante reconhecido como aumento de capital. Essa variação foi reconhecida na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial, como ágio na emissão de ações, no montante de R$16.260. Em 16 de setembro de 2022 foi deliberado e aprovado na Reunião do Conselho de Administração – RCA o aumento do capital social da Companhia no montante de R$56, mediante a emissão de 52.240 novas ações ordinárias, em decorrência do exercício de opções de compra de ações. O aumento de capital foi integralizado mediante capital próprio dos beneficiários. **18.2. Reserva de capital:** Em setembro de 2020 e novembro de 2021 a Companhia realizou ofertas pública de distribuição primária e secundária de Ações, sendo que os gastos com essas ofertas totalizaram R$40.313, os quais foram registrados como redução do saldo da reserva de capital. Desta forma, o saldo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R$39.505. **18.3. Reserva Legal:** Do lucro líquido apurado no exercício, deverá ser deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo da reserva legal era de R$12.052. **18.4. Reserva para plano de opção de compra de ações: 18.4.1. Política Contábil:** A Companhia possui dois planos de opção de compra de ações vigentes, ambos aprovados em assembleia geral extraordinária, sendo uma realizada em 06 de dezembro de 2013 ("1º SOP") e outro aprovado em 18 de agosto de 2020 ("2º SOP"), os quais estabelecem condições gerais para a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia. Determinados membros da Administração e os executivos da Companhia ("Participantes") são elegíveis a participar do plano de opção de compra de ações preferenciais de emissão da Companhia ("Opção"), concedendo a eles a possibilidade de investirem e se tornarem sócios da Companhia. O Conselho de Administração poderá criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações ("Programas"), nos quais serão definidos: (i) os termos e as condições de cada outorga de Opções; (ii) as pessoas às quais as Opções serão concedidas (Participantes); (iii) o número, o percentual e a espécie de ações da Companhia que os Participantes terão o direito de subscrever com o exercício da Opção; (iv) os prazos (mínimo e máximo) para o exercício da Opção; (v) o eventual escalonamento das Opções concedidas em lotes sujeitos a prazos mínimos; e (vi) quaisquer restrições às ações recebidas pelo exercício de Opções e disposições sobre penalidades eventualmente aplicáveis, observadas as linhas básicas estabelecidas no Plano. **18.4.2. Característica:** As condições para exercício das ações foram definidas da seguinte forma: • "1ºSOP" – O preço de exercício fixado está sujeito à variação do CDI, desde 6 de dezembro de 2013 até a data do efetivo pagamento, com carência para livre negociação após cinco anos da data de outorga das Opções. As Opções podem ser exercidas a partir de 6 meses após o "Evento de Liquidez", o que ocorreu em 10 de março de 2021 (vide nota explicativa nº 18.4.4 com a movimentação das Opções do 1ºSOP. • "2ºSOP" – O preço de exercício para as outorgas realizadas nos 12 meses contados da data da Oferta, será ao preço por ação praticado na Oferta. Para as outorgas após esse período será equivalente à média ponderada das cotações das ações de emissão da Companhia na B3 em determinado período anterior a outorga. As Opções do Primeiro Programa do 2ºSOP, cujas outorgas ocorreram em 28 de julho de 2021, podem ser exercidas a partir de 9 de março de 2023. Em 26 de maio de 2022 foram outorgadas novas ações referente ao Segundo Programa do 2ºSOP, cujo exercício se iniciará a partir de 1 de outubro de 2023. As Opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Companhia, conforme Opção a ser tomada pelo Conselho de Administração quando do exercício. Enquanto não forem exercidas e convertidas em ações, as Opções não farão jus a dividendos ou juros sobre o capital próprio, nem outro direito patrimonial ou político na Companhia. **18.4.3. Despesas com o plano de opção de compra de ações:** O valor justo para os Planos de Opção de Compra de Ações foi calculado na data de outorga de cada plano com base no método "Black and Scholes". Os efeitos foram refletidos nas despesas operacionais, no resultado, e na rubrica "Reservas de lucros", no patrimônio líquido, como segue:

Data da outorga e programa	No exercício findo em 2022	Valores a registrar
"1ºSOP"		
2 de janeiro de 2018 – 1ºSOP Quinto Programa	25	–
2 de janeiro de 2019 – 1ºSOP Sexto Programa	3	1
2 de janeiro de 2019 – 1ºSOP Sétimo Programa	9	–
1º de março de 2019 – 1ºSOP Oitavo Programa	1	–
30 de junho de 2019 – 1ºSOP Nono Programa	2	1
31 de dezembro de 2019 – 1ºSOP Décimo Programa	6	3
31 de dezembro de 2019 – 1ºSOP Décimo Primeiro Programa	3	–
18 de agosto de 2020 – 1ºSOP Décimo Segundo Programa	11	9
"2ºSOP"		
28 de julho de 2021 – 2ºSOP Primeiro Programa	25.785	54.870
26 de maio de 2022 – 2ºSOP Segundo Programa	974	2.454
Total	26.819	57.338

continua ...

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09

... continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

18.4.4. Movimentação: A movimentação das opções de compra de ações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir (por mil ações):

	Primeiro Programa	Segundo Programa	Terceiro Programa	Quarto Programa	Quinto Programa	Sexto Programa	Sétimo Programa	Oitavo Programa	Nono Programa	Décimo Programa	Décimo Primeiro Programa	Décimo Segundo Programa	Décimo Terceiro Programa	Décimo Quarto Programa	"2ºSOP" Primeiro Programa	"2ºSOP" Segundo Programa	Total
Total de opção de compra de ações	7.828	2.376	800	140	5.826	1.206	5.770	148	372	2.158	932	522	18	36	10.825	1.200	40.157
Outorga de opções adicionais	–	1.108	940	1.136	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3.184
Opções canceladas	(4.942)	(160)	(320)	–	(1.118)	–	(745)	–	(149)	(44)	–	(246)	–	–	(1.225)	–	(8.949)
Ações exercidas	(2.886)	(3.324)	(1.420)	(1.276)	(4.708)	(1.206)	(4.244)	(148)	(223)	(1.980)	(746)	(119)	(14)	(36)	–	–	(22.330)
Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2022	–	–	–	–	–	–	781	–	–	134	186	157	4	–	9.600	1.200	12.062
Opções exercidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022	–	–	–	–	–	–	780	–	223	74	187	52	4	–	–	–	1.320

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	Primeiro Programa	Segundo Programa	Terceiro Programa	Quarto Programa	Quinto Programa	Sexto Programa	Sétimo Programa	Oitavo Programa	Nono Programa	Décimo Programa	Décimo Primeiro Programa	Décimo Segundo Programa	Décimo Terceiro Programa	Décimo Quarto Programa	"2ºSOP" Primeiro Programa	"2ºSOP" Segundo Programa
Data da outorga	31/01/14	31/01/15	25/02/16	02/01/17	02/01/18	02/01/19	02/01/19	01/03/19	30/06/19	31/12/19	31/12/19	18/08/20	18/08/20	18/08/20	28/07/21	26/05/22
Início do prazo de exercício das opções	31/01/15	31/01/16	25/02/17	02/01/18	02/01/19	02/01/20	02/01/20	01/03/20	31/12/19	31/12/20	31/12/20	18/08/21	18/08/21	18/08/21	08/03/21	01/10/23
Período de "vesting"	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	5 anos	4,5 anos	5 anos	4 anos	5 anos	4 anos	5 anos	5 anos	5 anos
Término do prazo de exercício das opções	31/01/24	31/01/25	25/02/26	02/01/27	02/01/28	02/01/29	02/01/29	01/03/29	31/12/28	31/12/29	31/12/28	31/12/29	31/12/29	31/12/29	08/03/26	
Taxa de juros livre de risco	12,84%	16,19%	10,92%	7,18%	6,78%	6,41%	6,41%	6,44%	5,87%	6,41%	6,41%	2,04%	2,04%	2,04%	8,48%	01/01/27 11,78%
Número de administradores e executivos elegíveis	8	8	6	5	1	16	5	2	1	4	1	4	10	19	38	3
Indexador	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	CDI	–	–
Número de opções em aberto	2.886	3.324	1.420	1.276	4.708	1.206	5.770	148	372	2.158	932	522	18	36	10.825	1.200
Valor justo das opções no momento da outorga em reais	0,72	0,80	0,91	0,91	1,27	1,21	1,21	1,21	1,26	1,26	1,26	1,29	1,29	1,29	11,11	11,17

18.4.5. Movimentação: Aos acionistas é assegurado, em cada exercício social, o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido em conformidade com o Estatuto da Companhia e a Lei das Sociedades por Ações. Em 23 de junho de 2022 e em 20 de dezembro de 2022 em Reuniões do Conselho de Administração – RCA, foram deliberadas e aprovadas a destinação de juros sobre capital próprio nos montantes brutos de R$3.000 e R$5.000, respectivamente, com imposto de renda retido na fonte nos valores de R$313 e R$550, respectivamente, registrados na rubrica "Obrigações tributárias". O montante total dos juros sobre o capital próprio se encontra dentro dos limites estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 9 da Lei nº 9.249/95, e foi imputado ao dividendo mínimo obrigatório pelo seu valor líquido, conforme demonstrado abaixo:

Base de cálculo dos dividendos e juros sobre capital próprio	2022	2021
Lucro líquido do exercício	50.590	75.036
(-) Reserva legal	(2.530)	(3.752)
Lucro líquido do exercício ajustado	48.060	71.284
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	12.015	17.821
Composição da distribuição	**2022**	**2021**
Distribuído na forma de JSCP	8.000	15.000
(-) IRRF sobre os juros sobre capital próprio	(863)	(1.501)
Complemento dividendo mínimo obrigatório	4.878	4.322
Total dividendo mínimo obrigatório	12.015	17.821

19 Partes Relacionadas

Transações com partes relacionadas foram realizadas com base em condições negociadas entre as partes, que refletem condições similares às que seriam realizadas com terceiros.

19.1. Saldos e transações

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Saldos				
Ativo circulante:				
Contas a receber (i)	10.501	–	–	–
Outros créditos (ii)	–	5.000	–	–
Passivo circulante:				
Arrendamento mercantil (ii)	40.027	37.201	40.027	37.201
Fornecedores (i)	2.091	2.093	–	–
Transações				
Despesa com depreciação e juros (ii)	7.117	6.000	7.117	6.000
Compras (i)	36.830	–	–	–
Vendas	37.398	–	–	–

(i) A Controladora possui operações de compra e venda, e consequentemente saldos de fornecedores e contras a receber, de produtos de revenda com as controladas Zee.Dog, Petix e CDSG. (ii) Refere-se a mútuo realizado pela Companhia à sua controlada Zee.Dog. (iii) A Companhia possui contratos de locação firmados com a Zimerman Participações Ltda., correspondentes à locação do escritório e depósito da loja Marginal Tietê. O saldo indicado está considerando os efeitos do CPC06(R2)/IFRS 16. **19.2. Remuneração dos administradores:** As despesas relativas à remuneração total do pessoal da Alta Administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração), registradas na demonstração do resultado dos exercícios, foram as seguintes:

	Controladora e Consolidado 2022	Controladora e Consolidado 2021
Diretores estatutários:		
Proventos e encargos sociais	6.610	8.229
Benefícios indiretos	15.862	7.826
Total Diretores estatutários	22.472	16.055
Conselho de Administração	5.588	3.548
Total Geral (*)	28.060	19.603

(*) Em 31 de dezembro de 2022 inclui R$18.781 referentes às despesas com o plano de opção de compra de ações (R$9.176 em 31 de dezembro de 2021).

20 Receita Operacional Líquida

20.1. Política contábil: O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente e da determinação do preço de venda. A Companhia reconhece receita das seguintes atividades realizadas: • Venda de produtos para animais de estimação, como rações, alimentos, acessórios e medicamentos, como também animais de estimação. • Prestação de serviços nas áreas veterinária e embelezamento de animais. • Receita com propaganda e publicidade da CDSG. • Receita de royalties dos treinadores de pets franqueados da Cão Cidadão. A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber do cliente. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou presta o serviço ao cliente. A receita de vendas é apresentada líquida de deduções, incluídos os impostos calculados sobre as vendas. Venda de mercadorias: Para vendas de mercadorias para clientes no varejo e no e-commerce, a receita é reconhecida quando o controle das mercadorias é transferido, isto é, quando o cliente adquire as mercadorias no ponto de venda e/ou quando recebe as mercadorias. O pagamento do preço da transação é devido imediatamente no momento em que o cliente adquire as mercadorias. No ponto de venda, uma obrigação de restituição e o correspondente ajuste da receita são reconhecidos para os produtos devolvidos e/ou quando uma venda é cancelada. Ao mesmo tempo, a Companhia tem o direito de recuperar o produto quando os clientes exercem o direito de devolução; portanto, consequentemente, a Companhia reconhece o direito às mercadorias devolvidas e o correspondente ajuste do custo das vendas. Devoluções e cancelamento: O valor da receita reconhecida é contabilizado líquido das devoluções e cancelamentos esperados. Prestação de serviços: A Companhia fornece serviços nas áreas veterinária e embelezamento de animais. As receitas de serviços são reconhecidas à medida que os serviços são prestados e os riscos e benefícios correspondentes aos serviços são transferidos para os clientes. O pagamento do preço da transação é devido imediatamente no momento em que o serviço é realizado ao cliente. Programa de fidelização: O programa de fidelização é registrado na rubrica "Programa de fidelização" ("Vale a Pena Ser Fiel") pelo valor justo dos créditos acumulados e reconhecido no resultado pela efetiva utilização dos créditos pelos clientes, pelo vencimento do direito de uso dos créditos ou pela amortização de parte do saldo, relativa à expectativa de expiração do direito de uso dos pontos, calculada com base histórica de ocorrências. O desconto prometido ao cliente é, portanto, uma obrigação de desempenho separada. As vendas que resultam na emissão de bônus aos clientes do programa de fidelização da Companhia ("Vale a Pena Ser Fiel") são contabilizadas como receita diferida pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas. A receita diferida é reconhecida ao resultado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas.

20.2. Composição:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Venda de mercadorias	3.045.378	2.403.261	3.294.113	2.404.037
Venda de serviços e demais receitas	135.637	112.746	138.914	113.620
Devoluções e cancelamento de venda – Mercadorias	(60.916)	(45.745)	(66.334)	(45.748)
Devoluções e cancelamento de venda – demais receitas	(39)	(55)	(43)	(56)
Programa de fidelização – "Vale a Pena Ser Fiel"	195	(321)	195	(321)
Receita bruta de vendas	3.120.255	2.469.886	3.366.845	2.471.532
Tributos federais, estaduais e municipais	(474.679)	(373.737)	(532.312)	(374.007)
Total	2.645.576	2.096.149	2.834.533	2.097.525

21 Despesa por Natureza

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.342.827)	(1.033.339)	(1.426.593)	(1.033.944)
Despesa com pessoal	(431.283)	(344.347)	(474.418)	(344.974)
Custo de ocupação e consumo	(133.069)	(109.434)	(138.386)	(109.483)
Depreciação e amortização (i)	(110.400)	(78.587)	(117.481)	(78.705)
Depreciação – Direito de uso locação de imóveis (i)	(126.570)	(95.930)	(130.879)	(95.930)
Logística	(77.116)	(59.894)	(98.112)	(59.957)
Créditos fiscais de PIS e COFINS – (nota explicativa nº 21.1)	–	6.304	–	6.304
Plano de opção de compra de ações (nota explicativa nº 18.4.3)	(26.819)	(13.102)	(26.819)	(13.102)
Perda trabalhista	(2.446)	277	(2.151)	277
Outras (ii)	(239.572)	(205.590)	(284.024)	(205.807)
Total	(2.490.102)	(1.933.642)	(2.698.863)	(1.935.321)
Classificadas como:				
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(1.399.658)	(1.084.054)	(1.483.961)	(1.084.659)
Despesas com vendas	(790.685)	(619.196)	(847.683)	(619.457)
Despesas gerais e administrativas	(231.564)	(185.026)	(301.661)	(185.839)
Outras despesas operacionais, líquidas	(68.195)	(45.366)	(65.558)	(45.366)
Total	(2.490.102)	(1.933.642)	(2.698.863)	(1.935.321)

(i) Valores líquidos de créditos de PIS e COFINS. (ii) A variação de outras despesas entre os exercícios de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 se deve principalmente ao aumento de despesas relacionadas ao segmento Digital (e.g. suporte e manutenção das plataformas digitais, marketing digital etc.), além de despesas variáveis com taxas de cartões de crédito e mão-de-obra terceirizada do centro de distribuição.

21.1. Outras despesas operacionais, líquida

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Gastos com abertura e fechamento de lojas	(19.110)	(15.270)	(19.110)	(15.270)
Depreciação – Direito de uso locação de imóveis (lojas não inauguradas)	(4.133)	(5.105)	(4.133)	(5.105)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(2.446)	277	(2.151)	277
Plano de opção de compra de ações (nota explicativa nº 18.4.3)	(26.819)	(13.102)	(26.819)	(13.102)
Créditos fiscais de PIS e COFINS (a)	–	6.304	–	6.304
Resultado na baixa de ativo fixo	(120)	(863)	(444)	(863)
Baixa de arrendamento – IFRS 16	94	217	260	217
Outras (b)	(15.661)	(17.824)	(13.161)	(17.824)
Total	(68.195)	(45.366)	(65.558)	(45.366)

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 refere-se a créditos extemporâneos de PIS e COFINS. (b) Refere-se principalmente a (i) remuneração baseada em *success fee* de consultoria estratégica focada em eficiência operacional; (ii) despesas com integração das empresas adquiridas; (iii) closing da transação de Petix e (iv) reconhecimento de parcela a pagar aos sócios fundadores da Zee.Dog.

22 Resultado Financeiro

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	43.380	15.298	45.931	15.298
Atualização de contas a pagar por aquisição de empresas	14.212	–	14.212	–
Descontos obtidos de fornecedores por antecipação	670	406	1.341	406
Outras	1.895	1.170	2.850	1.170
Total	60.157	16.874	64.334	16.874
Despesas financeiras:				
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(20.348)	(22.119)	(21.638)	(22.119)
Juros sobre arrendamento – IFRS16	(82.048)	(56.612)	(83.549)	(56.612)
Despesas bancárias	(266)	(439)	(433)	(441)
Despesas com obtenção de empréstimos e financiamentos	(1.834)	(3.283)	(1.834)	(3.283)
Atualização de contas a pagar por aquisição de empresas	(9.767)	–	(9.767)	–
Outras	(4.276)	(1.754)	(8.344)	(1.762)
Total	(118.539)	(84.207)	(125.565)	(84.217)

23 Arrendamentos de Direito de Uso

23.1. Política contábil: Dos contratos que foram escopo da norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, considerou-se como componente de arrendamento somente o valor do aluguel fixo e mínimo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos (bruto de impostos), descontados a uma taxa de juros. A taxa de desconto foi construída pela taxa real de desconto correspondente as cotações de mercado (referência em % do Certificado de Depósito Interbancário – CDI), adicionando o spread e reduzindo as garantias conforme taxas de mercado dos principais bancos com os quais a Companhia opera. Foi considerada curva de taxa do CDI futura em função dos diferentes prazos de amortização dos contratos de arrendamento firmado, uma vez que a taxa do CDI futura apresentou aumentos ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022. **23.2. Características:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 280 contratos de locação de lojas e centros administrativo e de distribuição com terceiros (254 em 31 de dezembro de 2021). Deste total, 240 contratos foram classificados como direito de uso de locação e possuem prazos de vencimentos entre 2 e 21 anos e a taxa média ponderada de desconto no período está demonstrada na tabela abaixo. Os outros contratos de aluguéis variáveis, contratos de curto prazo ou de baixo valor que não foram reconhecidos como direito de uso do exercício estão registrados na rubrica "Custo com ocupação e consumo", demonstrada na nota explicativa nº 21, e totalizam R$1.027. A tabela abaixo evidencia as taxas nominais praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Prazo dos contratos	Taxa % a.a.
Até 5 anos	De 5,20% a 13,23%
De 6 a 10 anos	De 6,58% a 15,01%
De 11 a 21 anos	De 6,83% a 10,54%

23.3. Movimentação dos arrendamentos: Os saldos e a movimentação dos ativos de direito de uso no exercício são:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Saldo no início do exercício	793.489	515.662	808.394	515.662
Conversão de controladas	–	–	114	–
Aquisição de controladas	–	–		14.905
Baixa	(1.522)	(2.977)	(2.936)	(2.977)
Reclassificação (a)	12.595	–	12.595	–
Adição de novos contratos	140.280	205.135	144.203	205.135
Remensuração	122.467	179.086	122.467	179.086
	1.067.309	896.906	1.084.837	911.811
Depreciação	(136.369)	(103.417)	(140.887)	(103.417)
Saldo no final do exercício	930.940	793.489	943.960	808.394

(a) Refere-se à reclassificação dos pontos comerciais, antes classificados como ativo intangível, dado que os mesmos estão diretamente relacionados aos arrendamentos e devem ser considerados como ativo de direito de uso, conforme definido pelo CPC 06(R2)/IFRS 16. Os saldos e a movimentação dos passivos de direito de uso no exercício são:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Saldo no início do exercício	877.593	571.060	893.427	571.060
Conversão de controladas	–	–	69	–
Aquisição de controladas	–	–	–	15.834
Adição de novos contratos	140.280	205.135	144.203	205.135
Remensuração	122.467	179.086	122.467	179.086
Baixa de contratos	(1.615)	(3.194)	(3.163)	(3.194)
	1.138.725	952.087	1.157.003	967.921
Pagamentos de arrendamentos	(149.109)	(113.227)	(154.372)	(113.227)
Pagamento de juros e encargos	(29.360)	(22.295)	(30.426)	(22.295)
Encargos financeiros	88.401	61.028	90.007	61.028
Saldo no final do exercício	1.048.657	877.593	1.062.212	893.427
Passivo circulante	120.001	92.369	123.626	96.043
Passivo não circulante	928.656	785.224	938.586	797.384
Total	1.048.657	877.593	1.062.212	893.427

A Companhia apresenta as informações financeiras no Comentário de Desempenho da Administração sem os efeitos do CPC 06(R2)/IFRS 16. Desta forma, os pagamentos demonstrados na movimentação acima são compostos pelas despesas efetivas de aluguel sem efeito do CPC 06(R2)/IFRS 16, no montante de R$186.897 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R$140.313 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), deduzidas pelos valores não pagos de R$8.428 e R$4.791 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente. **23.4. Compromissos futuros:** O cronograma de pagamentos dos saldos de arrendamentos está demonstrado a seguir:

	Controladora 2022	Consolidado 2022
Até 1 ano	120.001	123.626
De 1 a 2 anos	158.583	162.184
De 2 a 3 anos	148.961	151.880
De 3 a 4 anos	144.063	146.010
De 4 a 5 anos	124.516	125.210
Acima de 5 anos	352.533	353.302
Total	1.048.657	1.062.212

Ver divulgação do valor nominal na nota explicativa nº 24 c.3 (risco de liquidez).

23.5. Despesas com arrendamento: A composição das contas de resultado do exercício para os arrendamentos de direito de uso é:

	Controladora 2022	Controladora 2021
Despesas com depreciação	136.369	103.417
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação – Direito de uso	(9.798)	(7.487)
Encargos financeiros apropriados	88.401	61.028
Créditos de PIS e COFINS sobre despesa de juros – Direito de uso	(6.352)	(4.416)
	208.620	152.542

Em conformidade com o IFRS 16/CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados (fluxo real e taxa de desconto nominal). **23.6. Informações adicionais:** Embora a metodologia contábil utilizada pela Companhia esteja em linha com a regra disposta no IFRS 16/CPC06(R2), ela gera distorções na informação a ser prestada devido ao descasamento entre fluxo de caixa e valor presente, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. Deste modo, a Companhia recalculou os valores de depreciação e encargos financeiros do período total de vigência dos contratos ativos em 31 de dezembro de 2022, com base em um fluxo de caixa futuro que incorpora a expectativa inflacionária (fluxo nominal). A tabela abaixo apresenta as diferenças entre a política contábil adotada pela Administração da Companhia ("Balanço Patrimonial") e os valores considerando os fluxos de caixa com a projeção da inflação ("Nota Explicativa"), conforme sugerido pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 (critério CVM), em 31 de dezembro de 2022. A tabela abaixo evidencia as taxas reais praticadas para as projeções, vis-à-vis os prazos dos contratos:

Prazo dos contratos	Taxa real % a.a.
Até 5 anos	De 0,87% a 5,36%
De 6 a 10 anos	De 5,69% a 7,99%
De 11 a 21 anos	De 6,78% a 7,94%

	Balanço patrimonial Controladora	Balanço patrimonial Consolidado	Divulgação do critério CVM (Controladora)
Balanço:			
Direito de uso	920.490	934.566	1.078.557
Arrendamento – direito de uso (passivo)	1.022.571	1.037.350	1.287.002
Resultado:			
Depreciação	99.646	66.896	107.633
Juros	64.189	41.895	77.063
Créditos de PIS e COFINS s/ aluguel	(11.650)	(11.994)	(11.650)

A tabela a seguir detalha as diferenças entre saldos de ativo, saldos de passivo, valores de depreciação, e juros, ano a ano, entre a metodologia sugerida no Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 e a adoção escolhida pela Companhia, em plena conformidade com o IFRS 16/CPC06 (R2).

A tabela evidencia que ao final dos contratos de arrendamento ambas as formas de adoção apresentam efeito nulo no Patrimônio Líquido da Companhia.

	Adoção inicial	Dez./20	Dez./21	Dez./22	Dez./23	Dez./24	Dez./25	Dez./26	Dez./27	Dez./28	Dez./29	Dez./30
Ativo de arrendamento												
Balanço patrimonial	387.225	515.662	793.489	872.300	730.269	591.564	457.967	339.500	241.877	165.455	104.604	30.408
Nota explicativa	441.948	537.161	839.081	1.038.759	878.054	720.775	568.144	431.084	313.578	217.659	137.748	42.662
Passivo de arrendamento												
Balanço patrimonial	387.225	571.060	877.593	973.822	851.656	720.707	583.293	452.280	336.967	241.232	159.997	52.208
Nota explicativa	441.948	586.704	1.068.891	1.293.418	1.167.821	1.021.303	857.452	689.292	535.147	401.516	279.500	88.481
Despesas financeiras												
Balanço patrimonial	–	42.995	61.028	91.754	81.196	69.735	57.570	45.528	34.590	25.359	17.371	6.775
Nota explicativa	–	50.019	71.305	121.413	110.921	98.395	84.158	68.949	54.462	41.684	29.823	11.416
Despesa de depreciação												
Balanço patrimonial	–	79.862	103.417	142.666	139.863	136.837	132.420	107.621	84.858	65.533	57.108	27.772
Nota explicativa	–	92.972	109.601	161.354	158.489	155.237	151.413	126.833	105.093	84.243	76.921	44.525

24 Instrumentos Financeiros

a) Considerações gerais e políticas: A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. A Companhia não possuí instrumentos financeiros derivativos. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros: A classificação dos ativos e passivos financeiros segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido também no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo em outros resultados abrangentes em função de sua característica de negociação antes do vencimento.

continua ...

Pet Center Comércio e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 18.328.118/0001-09

… continuação Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

Sob o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. • Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **b) Categorias de instrumentos financeiros e arrendamentos a pagar de direito de uso:** A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e ou passivos financeiros e arrendamentos a pagar de direito de uso. A Companhia entende que todos os ativos e passivos financeiros possuem o valor justo próximo ao valor de custo.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos financeiros				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	172.929	659.570	185.411	673.672
Aplicações financeiras	–	12.757	–	14.532
Contas a receber	306.494	231.993	328.299	259.605
Outros créditos	–	5.000	–	–
Total ativos financeiros	479.423	909.320	513.710	947.809
Passivos financeiros e arrendamentos de direito de uso				
Passivos financeiros – custo amortizado:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	98.119	223.192	113.101	226.081
Fornecedores	334.361	296.875	366.586	339.433
Contas a pagar pela aquisição de controladas	98.086	90.224	99.587	91.725
Arrendamento a pagar – direito de uso	1.048.657	877.593	1.062.212	893.427
Total	1.579.223	1.487.884	1.641.486	1.550.666

c) Gestão de risco financeiro: Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: de mercado (risco de taxa de juros), de crédito e de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. **c.1) Risco de mercado:** A Companhia está exposta principalmente à possibilidade de flutuações na taxa de juros. O risco de taxa de juros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 decorre de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, líquidos das aplicações financeiras. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. **c.2) Risco de crédito:** A Administração classifica como baixo o risco de crédito em virtude de as vendas serem realizadas para um grande número de clientes e grande parte da carteira de clientes ser predominantemente oriunda de vendas por meio de operadoras de cartões de crédito e débito. Em relação ao saldo de caixa e equivalentes de caixa, a Companhia considera que o risco de crédito é baixo, com base nos *ratings* de crédito externo das contrapartes. A Companhia trabalha com bancos de primeira linha classificados com *ratings* entre AAA e AA. As exposições máximas ao risco de crédito podem ser observadas nas notas nº 4.2 e nº 5. **c.3) Risco de liquidez:** A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e de investimentos. O monitoramento engloba, ainda, o ciclo de caixa com dias de estoque, dias de fornecedor e dias de contas a receber. A gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de caixa e relacionamento próximo com bancos para captação de recursos por meio de linhas de crédito. A seguir, detalhes do vencimento dos passivos financeiros e passivo de arrendamento contratados (valor nominal com juros futuros).

Controladora:

Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Até 5 anos	acima de 5 anos	Total
Fornecedores	334.361	–	–	–	–	–	334.361
Empréstimos, financiamentos e debêntures	84.516	24.776	–	–	–	–	109.292
Contas a pagar pela aquisição de controladas	13.086	2.938	3.849	85.556	3.071	2.106	110.606
Arrendamento a pagar	211.456	209.874	197.140	190.659	164.789	466.556	1.440.474

Consolidado:

Operação	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Até 5 anos	acima de 5 anos	Total
Fornecedores	366.585	–	–	–	–	–	366.585
Empréstimos, financiamentos e debêntures	99.498	24.776	–	–	–	–	124.274
Contas a pagar pela aquisição de controladas	14.587	2.938	3.849	85.556	3.071	2.106	112.107
Arrendamento a pagar	216.858	214.719	201.077	193.306	165.769	467.746	1.459.475

d) Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A posição financeira líquida corresponde ao total de caixa e equivalentes de caixa, subtraído do montante de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos:

	Controladora	
	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	172.929	659.570
Aplicações financeiras	–	12.757
Empréstimos e financiamentos e debêntures	(98.119)	(223.192)
Excedente de caixa líquido	74.810	449.135

e) Gestão de risco de taxa de juros: A Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos com instituições financeiras para fazer frente à necessidade de caixa para investimentos, com juros prefixados e pós-fixados, diminuindo o risco de mercado. Análise de sensibilidade da taxa de juros: A Administração da Companhia considera baixo o risco de grandes variações no CDI que possam impactar significativamente suas operações. Entretanto, uma análise de sensibilidade foi preparada para avaliar potenciais impactos líquidos no resultado financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em caso de variações significativas. Para o cálculo, foram considerados dois cenários de aumento do CDI base médio do exercício de 12,52% ao ano, aplicado sobre os saldos mensais de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures: • Cenário I: apreciação de 50% do CDI./ • Cenário II: apreciação de 25% do CDI.

31 de dezembro de 2022	Taxa utilizada CDI Cetip	Risco	Cenário I (Alta 50%)	Cenário II (Alta 25%)
Empréstimos para capital de giro sujeitos à variação do CDI	12,52%	Alta do CDI	(150)	(76)
Debêntures	12,52%	Alta do CDI	(5.279)	(2.672)

De forma a reduzir os possíveis efeitos do aumento do CDI a Companhia mantém aplicações financeiras remuneradas também pelo CDI, conforme nota explicativa nº 4.a e 4.b, que reduz os impactos do risco de alta do CDI mencionada acima, conforme segue:

31 de dezembro de 2022	Taxa utilizada CDI Cetip	Efeito	Cenário I (Alta 50%)	Cenário II (Alta 25%)
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI	12,52%	Alta do CDI	13.084	6.622

25 Resultado por Ação

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18.1, o capital social da Companhia é constituído de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 – Lucro por Ação, na tabela a seguir está reconciliado o lucro dos exercícios de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 com os valores usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2022	2021
Numerador básico e diluído:	Básico e diluído	Básico e diluído
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia utilizado na apuração do lucro líquido básico e diluído por ação	50.590	75.036
Ações disponíveis:		
Média ponderada de ações em circulação utilizadas na apuração do lucro líquido básico por ação	460.614.981	395.742.314
Média ponderada dos direitos de ações concedidos utilizadas na apuração do lucro líquido diluído por ação	–	86.036
Média ponderada das ações disponíveis	460.614.981	395.828.350
Lucro líquido por ação – básico – R$	0,10983	0,18961
Lucro líquido por ação – diluído – R$	0,10983	0,18957

26 Informação por segmento

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como varejo e está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins comerciais e gerenciais. As informações são apresentadas de forma consistente para o principal tomador de decisões do Grupo que é o CEO – *Chief Executive Officer*, responsável pela alocação de recursos e avaliação das operações. Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta por categoria, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Receita bruta, líquida de cancelamentos	2022	2021	2022	2021
Venda de mercadorias	2.984.462	2.357.516	3.227.779	2.358.289
Venda de serviços e demais receitas	135.598	112.691	138.871	113.564
Programa de fidelização – "Vale a Pena Ser Fiel"	195	(321)	195	(321)
Total	3.120.255	2.469.886	3.366.845	2.471.532

Adicionalmente, a Companhia também acompanha suas receitas brutas com base nos seguintes canais de venda:

	Controladora		Consolidado	
Canais de venda	2022	2021	2022	2021
Digital	1.053.896	748.608	1.219.732	750.024
Físico	2.066.359	1.721.278	2.147.113	1.721.508
Total	3.120.255	2.469.886	3.366.845	2.471.532

A Diretoria

Vanessa Tondato – Contadora CRC 1SP 251.074/O-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Pet Center Comércio e Participações S.A. São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pet Center Comércio e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Pet Center Comércio e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Valor recuperável de unidade geradora de caixa que inclui ativos de vida útil indefinida (ágio e marcas):** Veja as notas explicativas nº 09 e nº 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem saldos significativos de ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio por expectativa de rentabilidade futura e marca) relativos à aquisição da Zee.Dog, os quais estão sujeitos ao teste anual de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01/IAS 36. Na determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) que inclui tais ativos, a Companhia exerce julgamento significativo na determinação de certas premissas a serem utilizadas na projeção dos fluxos de caixa futuros, que incluem crescimento dos negócios, taxa de desconto e taxa de inflação. Devido ao grau de julgamento envolvido na seleção de tais premissas para a determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros da unidade geradora de caixa por parte da Companhia, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como o assunto foi endereçado na auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) Obtenção do entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, que inclui a projeção dos fluxos de caixas futuros da unidade geradora de caixa para fins de determinação do valor recuperável do ágio e marca UGC Zee.Dog disponibilizados pela Companhia. (ii) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, para a UGC Zee.Dog, avaliamos a razoabilidade e metodologias utilizadas pela Companhia para a determinação das principais premissas relativas às taxas de crescimento dos negócios, taxa de desconto e taxa de inflação, através de procedimentos que incluíram a comparação das premissas utilizadas pela Companhia, quando disponíveis, com dados obtidos de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e taxas de desconto. (iii) Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas consideram todas as informações relevantes. Baseado nas evidências obtidas pelos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o valor recuperável da unidade geradora de caixa (UGC) Zee.Dog que contém os ativos de vida útil indefinida (ágio e marca), bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas como um todo. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:** Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 16 de março de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6

Marcelle Mayume Komukai
Contadora
CRC 1SP 249.703/O-5

Cetenco Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 61.550.497/0001-06

Relatório da Administração

Mensagem da Administração: Prezados Senhores: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

A Diretoria.

Balanços Patrimoniais – Em 31 dezembro de 2022 e 2021 *(Em Reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	(14)	52.391.646	7.011.740	54.504.700	7.135.409
Contas a Receber	(3.2.1)	10.375.920	61.390.383	11.616.511	62.666.058
Outros Ativos Circulantes	(3.2.2)	53.135.405	188.545.244	48.929.056	186.015.430
		115.902.971	**256.947.367**	**115.050.267**	**255.816.897**
Não circulante					
Empréstimos a Associadas	(6)	3.462.125	2.659.434	3.462.125	2.659.434
Contas a Receber	(3.3.1)	324.422.653	324.506.928	325.216.800	326.057.792
Depósitos Judiciais		2.283.339	2.266.448	2.283.339	2.266.448
Imobilizado	(8)	5.145.279	6.829.594	7.839.708	9.427.832
Intangível	(3.3.4)	383.518.602	383.611.790	383.518.602	383.611.790
Investimentos	(7)	518.776	2.608.058	199.144	108.094
		719.350.774	**722.482.252**	**722.519.718**	**724.131.390**
Total do ativo		**835.253.745**	**979.429.619**	**837.569.985**	**979.948.287**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	Nota	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	(9)	14.251.751	111.827.742	14.251.751	111.827.742
Fornecedores		39.611.423	44.708.566	43.686.434	49.161.839
Impostos, Taxas e Contribuições		8.751.435	8.844.023	9.296.958	8.928.526
Salários e Encargos a Recolher		7.397.521	5.803.331	7.496.159	7.649.783
IRPJ e CSLL		358.101	358.101	358.101	358.101
Provisão de Férias e Encargos		4.965.777	6.596.349	7.698.053	9.166.211
		75.336.008	**178.138.112**	**82.787.456**	**187.092.202**
Não circulante					
Parcelamentos		11.511.646	5.450.948	11.570.522	5.568.909
Contas a pagar		25.163.819	20.011.891	25.163.819	20.011.891
Aluguéis a Pagar		789.296	204.473	789.296	204.473
Empréstimos e Financiamentos	(9)	50.601.513	1.305.939	50.601.513	1.305.939
Empréstimos a Associadas		–	–	7.964.740	8.214.740
IRPJ e CSLL Diferidos	(12)	40.814.567	56.311.442	40.814.567	56.311.442
Provisão p/ Perda Investimentos	(7)	3.288.546	4.191.139	–	–
Provisões para Demandas Judiciais	(13)	9.834.363	8.910.465	9.834.363	8.910.465
		142.003.750	**96.386.297**	**146.738.820**	**100.527.859**
Patrimônio líquido					
Capital Realizado	(10)	155.035.599	155.035.599	155.035.599	155.035.599
Ajuste de Avaliação Patrimonial		383.397.312	383.397.312	383.397.312	383.397.312
Reserva de Capital		105.463.186	105.463.186	105.463.186	105.463.186
Reserva Legal		30.400.000	30.400.000	30.400.000	30.400.000
Reserva de Lucros		96.840.504	52.196.631	96.840.504	52.196.631
Reserva de Lucros a Realizar	(11)	74.708.270	119.352.143	74.708.270	119.352.143
Prejuízos Acumulados		(227.930.884)	(140.939.661)	(227.930.884)	(140.939.661)
		617.913.987	**704.905.210**	**617.913.987**	**704.905.210**
Participação dos Não Controladores		**–**	**–**	**(9.870.278)**	**(12.576.984)**
Total do passivo e patrimônio líquido		**835.253.745**	**979.429.619**	**837.569.985**	**979.948.287**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Reais)*

	Capital Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**155.035.599**	**383.397.312**	**105.463.186**	**30.400.000**	**133.491.180**	**75.407.281**	**(89.130.954)**	**794.063.604**
Realização parcial de Lucros	–	–	–	–	(14.139.037)	14.139.037	–	–
Resultado do Exercício	–	–	–	–	–	–	(51.808.707)	(51.808.707)
Distribuição de Dividendos	–	–	–	–	–	(37.349.687)	–	(37.349.687)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**155.035.599**	**383.397.312**	**105.463.186**	**30.400.000**	**119.352.143**	**52.196.631**	**(140.939.661)**	**704.905.210**
Realização parcial de Lucros	–	–	–	–	(44.643.873)	44.643.873	–	–
Resultado do Exercício	–	–	–	–	–	–	(86.991.223)	(86.991.223)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**155.035.599**	**383.397.312**	**105.463.186**	**30.400.000**	**74.708.270**	**96.840.504**	**(227.930.884)**	**617.913.987**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Reais)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Receita Operacional Líquida		122.198.455	145.245.178	122.198.455	145.245.178
Custo Operacional		(162.042.583)	(137.784.944)	(162.042.584)	(137.784.944)
Lucro Bruto		**(39.844.128)**	**7.460.234**	**(39.844.129)**	**7.460.234**
Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com Pessoal		(8.326.599)	(7.626.124)	(8.621.258)	(7.888.985)
Despesas Administrativas		(2.853.163)	(2.050.638)	(5.104.244)	(4.055.156)
Servs. Terceiros P. Jurídica		(47.878.434)	(17.521.608)	(49.183.460)	(18.470.333)
Impostos e Taxas		(5.924.489)	(694.832)	(5.993.659)	(969.797)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(44.934.079)	(12.828.557)	(47.493.454)	(11.911.503)
Depreciação e Amortização		(2.027.394)	(2.043.840)	(2.028.346)	(2.044.990)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(7)	(1.186.691)	(743.653)	–	–
		(113.130.849)	**(43.509.252)**	**(118.424.421)**	**(45.340.764)**
Resultado Financeiro		50.486.879	(20.771.410)	49.879.399	(20.582.803)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**(102.488.098)**	**(56.820.428)**	**(108.389.151)**	**(58.463.333)**
CSLL/IRPJ Diferido	(12.1)	15.496.875	5.011.721	15.496.875	5.011.721
Prejuízo Líquido do Exercício		**(86.991.223)**	**(51.808.707)**	**(92.892.276)**	**(53.451.612)**
Prejuízo por Ação		**(108,64)**	**(64,70)**	**(135,36)**	**(66,75)**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Reais)*

	2022	**2021**	**2022**	**2021**
		Controladora		**Consolidado**
Fluxos de Caixa Originados de:	**Atividades Operacionais**			
Prejuízo Líquido depois do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(86.991.223)**	**(51.808.707)**	**(92.892.276)**	**(53.451.612)**
Ajustes de Reconciliação				
Depreciação e Amortização	2.321.966	2.043.841	2.322.918	2.044.990
Valor Residual na Baixa de Ativo Imobilizado	188.277	274.570	330.924	274.570
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.186.691	743.653	–	–
Redução(Aumento) nas Contas a Receber	186.491.686	65.457.844	189.001.115	66.017.946
Aumento nos Fornecedores	639.608	5.768.459	261.346	5.826.040
Reversão parcial IRPJ/CSLL diferidos	(15.496.875)	(5.011.720)	(15.496.875)	(5.011.720)
Aumento (Redução) dos Salários a Pagar	1.594.190	1.592.471	(153.623)	2.136.868
Aumento (Redução) de Outros Impostos a Recolher	(92.588)	2.990.270	368.432	2.991.883
Redução(Aumento) parcelamento L.Prazo	6.060.698	3.047.164	6.060.698	2.988.344
Aumento(Redução) nas Contas a Pagar e Provisões	(706.673)	3.517.793	(544.260)	3.806.465
(=) Caixa Líquido Aplic. nas Atividades Operacionais	**95.195.757**	**28.615.638**	**89.258.399**	**27.623.774**
Fluxo de Caixa Originados de:	**Atividades de Financiamentos**			
Empréstimos Pagos/Efetuados	(127.521.483)	(63.712.543)	(119.354.950)	(63.462.566)
Empréstimos e Financiamentos Tomados/ Recebidos	53.532.286	56.975.169	53.532.286	56.975.169
Encargos sobre financiamento Tomados/ Recebidos	24.906.087	13.273.356	24.906.087	13.273.356
(=) Caixa Líq. Usado nas Atividades de Financiamento	**(49.083.110)**	**6.535.982**	**(40.916.577)**	**6.785.959**
Fluxo de Caixa Originados de:	**Atividades de Investimentos**			
Aquisições de Ativo Imobilizado	(732.741)	(899.770)	(972.531)	(1.214.133)
Recebimento por Venda Ativo Imobilizado	–	–	–	1.000.025
Distribuição de Dividendos	–	(37.349.710)	–	(37.349.710)
(=) Caixa Líq. Usado nas Atividades de Investimento	**(732.741)**	**(38.249.480)**	**(972.531)**	**(37.563.818)**
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**45.379.906**	**(3.097.860)**	**47.369.291**	**(3.154.084)**
Caixa e Equivalentes de Caixa				
(Início do Exercício)	7.011.740	10.109.600	7.135.409	10.289.493
(Final do Exercício)	52.391.646	7.011.740	54.504.700	7.135.409
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**45.379.906**	**(3.097.860)**	**47.369.291**	**(3.154.084)**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional: A Cetenco Engenharia S.A,.com sede na Rua Maria Paula, 36, 8º andar, São Paulo, capital, é uma sociedade anônima de capital fechado. Sua acionista controladora é a Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações, CNPJ/MF: 43.382.027/0001-07. As atividades operacionais da Companhia consistem na prestação, no país ou no exterior, de serviços de engenharia de construção civil, de obras para produção, utilização e distribuição de energia elétrica, bem como de obras hidráulicas, eletromecânicas e viárias, por empreitada ou administração, construção, incorporação, administração, compra e venda de imóveis, aluguéis em geral e a participação em outras sociedades. O desempenho econômico da sociedade está atrelado ao investimento por parte dos governos Federal, Estaduais e Municipais, em obras de infraestrutura. **2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras –** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se diversas bases de avaliação para se determinar as estimativas contábeis, incluindo fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento por parte da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos e discussões judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia também optou pela não adoção da lei 12.973/2014 no ano calendário de 2014. O conselho da administração aprovou as demonstrações financeiras em 20/03/2023. **3. Práticas Contábeis – 3.1**. **Apuração do Resultado das operações e Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes**: O resultado, apurado pelo regime de competência de exercícios, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e Não Circulantes; **3.2. Ativo Circulante: 3.2.1. Contas a Receber (Circulante)**: São relacionados a contratos de longo prazo com entidades estatais. Os resultados são reconhecidos à medida em que os serviços vão sendo executados; **3.2.2. Outros Ativos Circulantes:** Refere-se, basicamente, a créditos que a sociedade possui junto a obras, tais como aportes, adiantamentos a terceiros, despesas antecipadas, impostos a recuperar, etc. **3.3. Ativo Não Circulante: 3.3.1. Contas a Receber (Não Circulante)**: Refere-se a ações judiciais contra empresas estatais, em que a companhia já obteve decisão favorável, não restando nenhuma dúvida quanto ao seu direito ou ao seu recebimento; **3.3.2. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**: A Administração da Companhia não vem procedendo à constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre créditos contra poderes públicos, devido a atual legislação não permitir a dedução para efeitos tributários e por entender que estes não são sujeitos à falência (artigo 2º da Lei nº 11.101, de 09/02/2005); **3.3.3. Imobilizado:** é demonstrado ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edifícios – 4%, equipamentos leves – 10%, equipamentos pesados – 25%, veículos – 20%, ferramentas – 20%, aparelhos de engenharia, móveis e utensílios – 10%; **3.3.4. Intangíveis**: Refere-se a registro da marca e do seu acervo técnico, com base em laudo fundamentado elaborado por empresa especializada, conforme o pronunciamento contábil CPC 04 – Ativo Intangível; **4. Ajustes a Valor Presente de Ativos e Passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis; **5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa** – As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. **6. Transações com partes Relacionadas:** Os saldos com empresas associadas referem-se às operações normais de fornecimento de bens e serviços e contratos de mútuo, sujeitos às condições, taxas e prazos usuais no mercado.

	Controladora		Consolidado	
Empréstimos a Associadas	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Planoar Participações Ltda.	135.278	120.764	135.278	120.764
Construtora Centenário S.A.	3.326.847	2.538.670	3.326.847	2.538.670
Total Geral	**3.462.125**	**2.659.434**	**3.462.125**	**2.659.434**

7. Investimentos – São avaliadas pelo método de equivalência patrimonial:

Coligada/Controlada	% de Participação		Patrimônio Líquido		Investimentos		Resultado das Participações	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
UNICON-União de Construtoras Ltda	24,99%	24,99%	(13.159.450)	(16.771.263)	(3.288.546)	(4.191.139)	902.591	(213.970)
CENTENOR Empreend. S.A.	99,88%	99,88%	519.400	2.611.197	518.776	2.608.058	(2.089.282)	(529.683)
			(12.640.050)	**(14.160.066)**	**(2.769.770)**	**(1.583.081)**	**(1.186.691)**	**(743.653)**

8. Imobilizado – É representado por:

Controladora

	Imóveis	Máquinas e Equiptos – Construção	Ferramentas Aparelhos e Apetrechos	Veiculos	Móveis e Utensilios	Instalações Móveis	Máquinas e Equiptos de Escritório	Máquinas e Equiptos de Informática	Aparelhos Instal. de Comunicações	Aparelhos de Engenharia	Benfeitorias Propriedades Terceiros	Imobilizado dos Consórcios	Total do Imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**44.498**	**5.570.486**	**94.285**	**301.307**	**93.535**	**122.145**	**26.835**	**91.526**	**2.604**	**–**	**39.178**	**2.053.642**	**8.440.042**
Custo total	68.951	32.449.087	287.369	8.432.336	537.544	183.401	114.414	1.204.038	147.095	175.311	127.758	5.383.844	49.111.148
Depreciação acumulada	(24.453)	(26.878.601)	(193.084)	(8.131.029)	(444.009)	(61.256)	(87.579)	(1.112.512)	(144.491)	(175.311)	(88.580)	(3.330.202)	(40.671.106)
Valor Residual	**44.498**	**5.570.486**	**94.285**	**301.307**	**93.535**	**122.145**	**26.835**	**91.526**	**2.604**	**–**	**39.178**	**2.053.642**	**8.440.042**
Aquisição	–	76.718	–	191.000	3.004	9.600	1.228	53.770	1.285	–	–	612.914	949.519
Baixa Custo	–	(3.000)	–	(95.192)	(2.090)	–	(6.938)	(10.572)	–	–	–	(1.455.955)	(1.573.747)
Baixa Depreciação	–	3.000	–	25.192	1.843	–	6.938	10.572	–	–	–	1.199.690	1.247.235
Depreciação	–	(1.690.367)	(13.848)	(162.883)	(25.025)	(12.895)	(7.377)	(44.885)	(539)	–	(4.160)	(271.477)	(2.233.456)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**44.498**	**3.956.837**	**80.437**	**259.424**	**71.267**	**118.850**	**20.686**	**100.412**	**3.350**	**–**	**35.018**	**2.138.814**	**6.829.594**
Custo total	68.951	32.522.805	287.369	8.528.144	538.458	193.001	108.704	1.247.236	148.380	175.311	127.758	4.540.803	48.486.920
Depreciação acumulada	(24.453)	(28.565.968)	(206.932)	(8.268.720)	(467.191)	(74.151)	(88.018)	(1.146.825)	(145.030)	(175.311)	(92.740)	(2.401.989)	(41.657.326)
Valor Residual	**44.498**	**3.956.837**	**80.437**	**259.424**	**71.267**	**118.850**	**20.686**	**100.411**	**3.350**	**–**	**35.018**	**2.138.814**	**6.829.594**
Aquisição	–	35.495	8.479	44.150	7.190	2.275	–	1.393	–	–	–	647.220	746.202
Baixa Custo	–	(57.883)	(1.730)	(669.567)	(16.363)	–	–	–	–	–	–	(1.596.506)	(2.342.049)
Baixa Depreciação	–	57.883	1.730	669.567	6.809	–	–	18	–	–	–	1.404.296	2.140.303
Depreciação	–	(1.676.770)	(12.483)	(164.510)	(24.558)	(13.135)	(6.860)	(31.931)	(644)	–	(4.160)	(293.720)	(2.228.771)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**44.498**	**2.315.562**	**76.433**	**139.064**	**44.345**	**107.990**	**13.826**	**69.891**	**2.706**	**–**	**30.858**	**2.300.104**	**5.145.279**
Custo total	68.951	32.500.417	294.118	7.902.727	529.285	195.276	108.704	1.248.629	148.380	175.311	127.758	3.591.517	46.891.073
Depreciação acumulada	(24.453)	(30.184.854)	(217.685)	(7.763.663)	(484.940)	(87.286)	(94.878)	(1.178.738)	(145.674)	(175.311)	(96.900)	(1.291.413)	(41.745.794)
Valor Residual	**44.498**	**2.315.562**	**76.433**	**139.064**	**44.345**	**107.990**	**13.826**	**69.891**	**2.706**	**–**	**30.858**	**2.300.104**	**5.145.279**

Consolidado

	Imóveis	Máquinas e Equiptos – Construção	Ferramentas Aparelhos e Apetrechos	Veiculos	Móveis e Utensilios	Instalações Móveis	Máquinas e Equiptos de Escritório	Máquinas e Equiptos de Informática	Aparelhos Instal. de Comunicações	Aparelhos de Engenharia	Benfeitorias Propriedades Terceiros	Imobilizado dos Consórcios	Imobilizado em Andamento	Total do Imobilizado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.115.491**	**6.710.738**	**94.285**	**303.541**	**117.483**	**122.145**	**26.834**	**96.344**	**2.604**	**–**	**39.178**	**2.053.642**	**42.781**	**10.725.066**
Custo total	26.338.864	46.171.929	287.369	8.610.253	791.802	183.401	114.414	1.209.332	147.095	146.331	127.758	5.383.844	42.781	89.555.173
Depreciação acumulada	(25.223.373)	(39.461.191)	(193.084)	(8.306.712)	(674.319)	(61.256)	(87.580)	(1.112.988)	(144.491)	(146.331)	(88.580)	(3.330.202)	–	(78.830.107)
Valor Residual	**1.115.491**	**6.710.738**	**94.285**	**303.541**	**117.483**	**122.145**	**26.834**	**96.344**	**2.604**	**–**	**39.178**	**2.053.642**	**42.781**	**10.725.066**
Aquisição	70.387	88.553	–	191.000	3.004	9.600	1.228	53.770	1.285	–	–	612.914	320.827	1.352.568
Baixa Custo	(33.247)	(16.735)	–	(95.192)	(2.090)	–	(6.938)	(10.572)	–	–	–	(1.455.955)	(84.387)	(1.705.116)
Baixa Depreciação	33.247	12.439	–	25.192	1.843	–	6.938	10.572	–	–	–	1.199.690	–	1.289.921
Depreciação	–	(1.690.565)	(13.848)	(162.883)	(25.025)	(12.895)	(7.377)	(45.838)	(539)	–	(4.160)	(271.477)	–	(2.234.607)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.185.878**	**5.104.430**	**80.437**	**261.658**	**95.215**	**118.850**	**20.685**	**104.276**	**3.350**	**–**	**35.018**	**2.138.814**	**279.221**	**9.427.832**
Custo total	26.376.004	46.243.747	287.369	8.706.061	792.716	193.001	108.704	1.252.530	148.380	146.331	127.758	4.540.803	279.221	89.202.625
Depreciação acumulada	(25.190.126)	(41.139.317)	(206.932)	(8.444.403)	(697.501)	(74.151)	(88.019)	(1.148.254)	(145.030)	(146.331)	(92.740)	(2.401.989)	–	(79.774.793)
Valor Residual	**1.185.878**	**5.104.430**	**80.437**	**261.658**	**95.215**	**118.850**	**20.685**	**104.276**	**3.350**	**–**	**35.018**	**2.138.814**	**279.221**	**9.427.832**
Aquisição	–	35.495	8.479	44.150	7.190	2.275	–	1.393	–	–	–	647.220	239.791	985.992
Transferência	63.840	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(63.840)	–
Baixa Custo	–	(1.197.510)	(1.730)	(669.567)	(16.363)	–	–	–	–	–	–	(1.596.506)	–	(3.481.676)
Baixa Depreciação	–	1.054.863	1.730	669.567	6.809	–	–	18	–	–	–	1.404.296	–	3.137.283
Depreciação	–	(1.676.770)	(12.483)	(164.510)	(24.558)	(13.135)	(6.860)	(32.884)	(644)	–	(4.160)	(293.719)	–	(2.229.723)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.249.718**	**3.320.508**	**76.433**	**141.298**	**68.293**	**107.990**	**13.825**	**72.803**	**2.706**	**–**	**30.858**	**2.300.105**	**455.172**	**7.839.708**
Custo total	26.439.844	45.081.732	294.118	8.080.644	783.543	195.276	108.704	1.253.923	148.380	146.331	127.758	3.591.517	455.172	86.706.941
Depreciação acumulada	(25.190.126)	(41.761.224)	(217.685)	(7.939.346)	(715.250)	(87.286)	(94.879)	(1.181.120)	(145.674)	(146.331)	(96.900)	(1.291.412)	–	(78.867.233)
Valor Residual	**1.249.718**	**3.320.508**	**76.433**	**141.298**	**68.293**	**107.990**	**13.825**	**72.803**	**2.706**	**–**	**30.858**	**2.300.105**	**455.172**	**7.839.708**

9. Empréstimos e Financiamentos: São representados por:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
	Circulante	**Circulante**	**Circulante**	**Circulante**
Capital de Giro	13.282.411	110.800.182	13.282.411	110.800.182
Crédito Direto Consumidor – CDC (a)	969.339	1.027.560	969.339	1.027.560
	14.251.750	**111.827.742**	**14.251.750**	**111.827.742**

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
	Não Circulante	**Não Circulante**	**Não Circulante**	**Não Circulante**
Capital de Giro	50.183.985	–	50.183.985	–
Crédito Direto Consumidor – CDC (a)	417.528	1.305.939	417.528	1.305.939
	50.601.513	**1.305.939**	**50.601.513**	**1.305.939**

a) Referem-se a veículos adquiridos por meio de crédito direto ao consumidor. **10. Capital Social –** O Capital Social é totalmente nacional e integralizado é representado por 800.750 ações sem valor nominal, sendo 731.750 ações ordinárias e 69.000 ações preferenciais. **11. Reserva de Lucros a Realizar –** Evidencia a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente. **12. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos** – Refere-se ao imposto de renda apurado sobre receitas diferidas no exercício. **12.1** – **IRPJ/CSLL diferidos:** Refere-se a reversão parcial da provisão do IRPJ e da CSLL diferidos, devido a realização parcial da receita que os originaram. **13. Provisão para Demandas Judiciais** – A Companhia possui as seguintes contingências: **a)** Processos trabalhistas – Referem-se à processos movidos contra a Companhia por ex-empregados, cuja a constituição da provisão de valores e os eventuais riscos levam em consideração o estágio atual dos processos. Foram estimados o montante de R$ 6.349.711 em 31/12/2022 e de R$ 5.425.813 em 31/12/2021 . **b)** Prov. Contigências Diversas – Refere-se a processo com perda provável, foi estimado o montante de R$ 3.484.652 em 31/12/2022 e em 31/12/2021. **14. Caixa e Equivalentes de Caixa** – Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível, saldos de caixa e em poder de bancos. Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Caixa e saldos em bancos	6.821.540	5.033.590	6.843.437	5.055.634
Aplicações Financeiras	45.570.106	1.978.150	47.661.263	2.079.775
Caixa e equivalentes de caixa	**52.391.646**	**7.011.740**	**54.504.700**	**7.135.409**

15. Seguros – A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. **16. Gestão de Risco Financeiro –** Fatores de risco financeiro: (a) Considerações gerais: A Cia. participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e financiamentos. Os instrumentos financeiros operados pela Cia. tem, como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. (b) Risco de liquidez: Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **16-1. Gestão de Capital:** Os objetivos da Cia. ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade visando oferecer, futuramente, retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o respectivo custo.

Conselho de Administração

José Luís Da Cruz – Contador- CRC 1SP 171.690/O-7-SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Cetenco Engenharia S.A.
São Paulo-SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Cetenco Engenharia S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cetenco Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis da empresa UNICON – União de Construtoras Ltda., correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Como consequência, não nos foi possível formar uma opinião quanto a adequação dos valores representativos de tal investimento naquela data e do correspondente resultado registrado no exercício de 2022, com base no valor de patrimônio líquido daquela empresa, como mencionado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Descontinuidade operacional temporária da controlada Centenor Empreendimentos S.A.:** Conforme nota explicativa nº 7 a diretoria da controlada Centenor Empreendimentos S.A., diante do cenário econômico que o país se encontra, resolveu suspender temporariamente as suas atividades operacionais. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos

continua …

… continuação

Cetenco Engenharia S.A.

controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2023.

BINAH SP Auditores Independentes – CRC 2SP 009.597/O-8

Isidério Deusdado Fernandes – CRC CT 1SP 165.075/O-2

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2022

1. Aos Acionistas: Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades do ano de 2022, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), acrescidas do balanço social, de modo a divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, o compromisso com a transparência da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2. Introdução: 2.1 A Transbrasiliana: A Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia" ou "Triunfo Transbrasiliana") é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP), no km 183 + 800 metros, no município de Lins, no estado de São Paulo, e controlada indiretamente pela Triunfo Participações e Investimentos S.A. - TPI ("Triunfo" ou "Controladora"), controladora da BRVias Holding TBR S.A., Companhia aberta de capital nacional, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sob a categoria "B", sem ações negociáveis no mercado. Em setembro de 2014, a Triunfo firmou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da empresa detentora de 100% do capital social da Companhia. Dessa forma, desde 5 de janeiro de 2015, o trecho paulista da rodovia BR-153 passou a ser administrado pela Triunfo Transbrasiliana. Neste período, a Companhia realizou diversos investimentos, além de gerar emprego e renda para as cidades lindeiras. São mais de 600 profissionais, entre empregos diretos e indiretos, que atuam na operação, conservação e administração da rodovia, sendo 22 municípios lindeiros que originam os profissionais. Com suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Triunfo Transbrasiliana administra o trecho de 321,6 quilômetros de extensão da Rodovia Transbrasiliana no estado de São Paulo. Iniciando no município de Icém, divisa com o estado de Minas Gerais, e terminando na cidade de Ourinhos, divisa com o estado do Paraná, a rodovia passa por 22 municípios. Importante corredor viário para o escoamento de mercadorias e com interligações de rodovias estaduais, a via recebe em média 24,0 milhões de veículos equivalentes a cada ano. O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP – DIVISA SP/PR, até 17 de fevereiro de 2033. Uma vez extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia atualmente opera com 04 (quatro) praças de pedágio: P1 localizada no km 35+800 em Onda Verde, P2 localizada no km 98+900 em José Bonifácio, P3 localizada no km 183+800 em Lins e a P4 localizada no km 268+100 em Vera Cruz. Também estão em operação 07 (sete) Bases de Serviços Operacionais: BSO1 localizada no km 23+700 em Nova Granada, BSO2 localizada no km 71+800 em São José do Rio Preto, BSO3 localizada no km 122+500 em Ubarana, BSO4 localizada no km 173+700 em Guaiçara, BSO5 localizada no km 217+500 em Marilia, BSO6 localizada no km 278+300 em Ocauçu e BSO7 localizada no km 322+700 em Ribeirão do Sul. **2.2 Destaques do Ano:** A atividade econômica brasileira fechou o ano de 2022 avançando 2,9% do Produto Interno Bruto - PIB em relação a 2021. A taxa de desemprego de 2022 média foi de 8,1%, contra 13,2% de 2021, o que corresponde a cerca de 8,7 milhões de desempregados, afetando diretamente a renda das famílias, em consequência da lenta retomada do crescimento econômico. Como forma de mitigar os efeitos dos impactos da lenta retomada do crescimento econômico, a Companhia promoveu grandes esforços para otimizar o uso dos seus recursos. A seguir, os destaques do ano de 2022: **2.2.1 Sustentabilidade:** Na Triunfo Transbrasiliana, a sustentabilidade constituí parte fundamental da estratégia de negócios. O compromisso assumido busca contribuir para odesenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões onde a empresa está inserida, investindo em iniciativas e projetos que estejam alinhados à Política Triunfo de Sustentabilidade. A Concessionária também conta com o apoio do Instituto Triunfo, uma instituição sem fins lucrativos que, desde 2007, trabalha para que as empresas Triunfo gerem benefícios sociais e incentivem o desenvolvimento sustentável das localidades que as acolhem, identificando e viabilizando oportunidades de ampliação do legado social em três eixos estratégicos: Educação e Cidadania, Proteção à Infância e Cultura. **2.2.2 Agenda Social:** A Companhia atua por meio de campanhas de conscientização sobre a responsabilidade de cada um no trânsito. Mensalmente são realizadas campanhas educativas que abordam temas como os perigos de beber e dirigir, o risco de utilizar celular ao volante, os problemas causados com o descarte irregular de lixo na rodovia, utilização dos equipamentos de transporte de crianças, cinto de segurança, entre outros. Além disso, a Triunfo Transbrasiliana desenvolve programas e projetos que contribuem para o desenvolvimento social: • **Pacto Global da ONU:** a Companhia faz parte da Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciativa que engaja o setor empresarial em ações voltadas ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que é uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015 composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030; • **Programa na Mão Certa**: desde 2015, a Companhia é signatária do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, por meio do Programa Na Mão Certa, da Childhood Brasil. A Companhia atua levando informações e conscientizando a sociedade em geral sobre a importância do enfrentamento destas graves violações de direitos. Todos os anos a empresa recebe o reconhecimento da Childhood Brasil por suas ações em defesa da infância e contra a exploração de crianças e adolescentes em rodovias brasileiras; • **Agentes de Proteção:** a Companhia adota a causa da proteção à infância por meio do projeto "Agentes de Proteção". Lançado em 2018, com apoio do Instituto Triunfo, o projeto que é premiado e reconhecido capacita todos os profissionais da Companhia para o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias. O objetivo é capacitar 100% do quadro funcional da empresa sobre o tema enfrentamento à exploração e/ou violência sexual infantil. Em 2022, todos os profissionais da empresa foram capacitados por um treinamento de atualização. Durante o treinamento, os Agentes de Proteção aprendem sobre as diretrizes e conceitos atualizados de órgãos e entidades de proteção à infância, os tipos de canais de denúncias, esclarecem dúvidas e têm a oportunidade de recordar como devem agir em casos de possíveis crimes contra crianças e adolescentes, tanto dentro quanto fora do horário de trabalho. Além disso, os profissionais tornam-se multiplicadores do canal de denúncias voltado para violação de Direitos Humanos, o Disque 100; • **Faça Bonito:** a Companhia reforça o compromisso de promover a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Conhecido como o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o dia 18 de maio é uma data marcada por ações de conscientizações que reforçam o compromisso da Concessionária de promover a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Nessa data, a campanha Faça Bonito é divulgada em todos os canais de comunicação da empresa. A campanha é uma mobilização do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em parceria com as Redes Nacionais de Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente; • **Educação para Sustentabilidade:** em parceria com o Instituto Triunfo, o projeto Educação para Sustentabilidade estimula alunos a desenvolverem iniciativas de impacto social por meio de uma plataforma online que auxilia na criação e no planejamento estratégico de negócios empreendedores, tendo como referência os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O projeto já beneficiou alunos de Lins, São José do Rio Preto e Bady Bassitt; • **Programa Atleta do Futuro – PAF**: a Companhia acredita no esporte como fator de inclusão social, educação e cidadania e investe no Programa Atleta do Futuro – PAF, do Serviço Social da Indústria de São Paulo (SESI-SP). Desde 2018, a empresa é madrinha da iniciativa em alguns municípios lindeiros. Em 2022, a Triunfo Transbrasiliana renovou os convênios de cooperação técnica do PAF com os municípios de Guaiçara, Getulina e Lins. O Programa atende, gratuitamente, 75 alunos em Lins, 540 em Guaiçara e 320 em Getulina, oportunizando 935 vagas para crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, em diversas modalidades esportivas como: futebol, futsal, vôlei, natação e atletismo. O objetivo é promover a formação e o desenvolvimento de crianças e jovens por meio de atividades esportivas; • **Um Freio na Fome e Operação Inverno**: alinhada à sua Política de Sustentabilidade, a Triunfo Transbrasiliana mantém um diálogo aberto junto às comunidades lindeiras a fim de fomentar a melhoria da qualidade de vida nas regiões onde atua. Algumas dessas iniciativas que beneficiam os munícipios lindeiros são: as campanhas Um Freio Na Fome e Operação Inverno. Coordenadas pelo Instituto Triunfo, as campanhas anuais Um Freio Na Fome e Operação Inverno promovem a entrega de cestas básicas e cobertores, respectivamente, para famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelos Fundos Sociais de Solidariedade e/ou Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Em 2022, foram mais de duas toneladas de alimentos não-perecíveis entregues, no total, para famílias de Ribeirão do Sul e de Bady Bassitt, além de 75 cobertores entregues para famílias de Icém e 75 para famílias de Nova Granada. Para a escolha dos municípios beneficiados são levados em consideração os baixos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH locais; • **Maio Amarelo**: a Companhia planeja diversas ações de conscientização para um trânsito mais seguro. Apoiadora do Movimento Maio Amarelo, a Concessionária chama a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo. Durante todo o mês de maio, o tema se torna uma campanha educativa, com apoio da Observatório Nacional de Segurança Viária - ONSV, sobre segurança viária que é divulgada em todos os canais de comunicação da Companhia; • **Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção:** desde 2021, a Companhia é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Reconhecido mundialmente, o instituto tem como objetivo unir corporações para promover um mercado mais íntegro, ético e erradicar o suborno e a corrupção. A adesão ao Pacto é voluntária e as empresas participantes estão sujeitas a uma plataforma de monitoramento, um processo de autoavaliação anual com base no Guia Temático de Integridade, Prevenção e Combate à Corrupção, que a apoiará a aprimorar suas práticas de integridade em diferentes dimensões; • **Semana Nacional de Trânsito:** com o objetivo de educar, conscientizar e promover a reflexão dos seus usuários e a sociedade em geral sobre o papel de cada cidadão na redução de acidentes, a Companhia reforça sempre no mês de setembro uma campanha educativa voltada à Semana Nacional de Trânsito (entre 18 e 25/09), do Observatório Nacional de Segurança Viária – ONSV, que é divulgada em todos os canais de comunicação. **2.2.3 Agenda Ambiental:** A Concessionária desenvolve dez programas ambientais, que auxiliam nas principais questões de preservação ao longo do trecho paulista da BR-153. São eles: 1) Plano de Ação de Emergência (PAE); 2) Programa de Conscientização para Ocupação da Faixa de Domínio (PCONS); 3) Programa de Comunicação Social (PCS); 4) Programa de Educação Ambiental (PEA); 5) Programa de Gestão Ambiental (PGA); 6) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR); 7) Programa de Levantamento, Monitoramento e Recuperação dos Passivos Ambientais (PLMRPA); 8) Programa de Monitoramento de Atropelamento da Fauna (PMAF); 9) Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos (PMRH); 10) Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente (PRAPP). Além dos programas, a empresa possui projetos voltados às comunidades lindeiras com o objetivo de deixar um legado ambiental, como: • **Nascentes de Vida:** a Companhia prioriza o uso racional de recursos naturais e busca soluções que permitam reduzir os impactos de suas atividades a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável. Uma dessas inciativas é o programa de educação ambiental "Nascentes de Vida". O programa, que teve início em 2018 e já atendeu quase 3 mil alunos, contribui para a preservação de nascentes no Horto Municipal de Lins e conscientiza de forma interativa e pedagógica alunos da rede municipal de ensino de Lins sobre a importância de evitar a escassez da água. Em parceria com a Prefeitura Municipal de Lins, por meio das Secretarias Municipais de Educação, de Meio Ambiente e Agropecuária, em 2022, mais de 160 alunos da rede pública participaram da roda de conversa sobre o tema, de trilha ecológica para conhecer e entender a importância de uma nascente modelo no ecossistema, oficina para confecção de mini terrários e aprenderam sobre o ciclo da água e seu respectivo impacto no clima; • **Programa de Multiplicadores em Educação Ambiental:** Desde 2015, a Companhia capacita os professores da rede pública para ensinarem seus alunos sobre como devem preservar o meio ambiente através do programa "Multiplicadores em Educação Ambiental". O objetivo é incentivar o desenvolvimento de ações ambientais adequadas à realidade das comunidades. Os educadores participam de atividades teóricas e práticas sobre o meio ambiente que são divididos em quatro módulos e que resultam na edição do Caderno do Professor; • **Projeto Nossa Fauna:** o projeto tem como objetivo fomentar a preservação da biodiversidade da região, através de atividades, com informações sobre os biomas e fauna local, estimulando alunos da rede municipal de ensino a identificarem as espécies de animais e suas interações com a natureza, além de estimular o sentimento de preservação do Meio Ambiente. • **Bituqueiras ecológicas:** a Companhia possui bituqueiras ecológicas instaladas nas Praças de Pedágio, Bases de Atendimento aos Usuários e em sua Sede Administrativa. Além de estimular o descarte correto de guimbas de cigarro, todos os filtros são recolhidos e reciclados, passando por um processo em que se transformam em massa de celulose, que é a base para se fazer o papel. Na sequência, os papéis reciclados são doados para instituições e escolas, que fazem um trabalho de inclusão social e de geração de renda em comunidades. De agosto de 2021 até outubro de 2022, 18.600 bitucas foram coletadas evitando um total de 12 toneladas de lixo tóxico fossem destinados ao meio ambiente; • **Projeto Transformar**: com o projeto socioambiental "Transformar", a Companhia reutiliza materiais que se seriam descartados como faixas, banners feitos de lonas e uniformes antigos usados pelos profissionais da empresa para confecção de ecobags, estojos, nécessaires e sacolinhas de câmbio (lixeiras). Além de gerar emprego e renda para a comunidade, por meio do projeto é possível dar um destino ecologicamente correto aos resíduos que antes não seriam reaproveitados e preservar o meio ambiente; • **Reposição florestal:** a Companhia já realizou o plantio de mais de 140 mil mudas de espécies nativas em uma área degrada de aproximadamente 70 hectares, às margens do Rio Tietê, em Iacanga (SP).O rio é um dos principais do estado de São Paulo e corta o trecho sob concessão passando pelo munícipio lindeiros de Promissão. A reposição florestal, iniciada em 2019, gera impactos positivos para a região como a geração de empregos, o aumento da biodiversidade e a redução da poluição. Por meio do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), a Triunfo Transbrasiliana é responsável pela reposição florestal e manutenção da área com o objetivo de atender os indicadores de desempenho previstos no próprio projeto de recuperação. A Companhia também possui uma equipe exclusiva para o projeto, composta por profissionais que realizam serviços diários de plantio, adubação, irrigação, manutenção e conservação das mudas. **2.2.4 Agenda Econômica: T**odos os meses a Triunfo Transbrasiliana faz o repasse do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN aos 22 municípios lindeiros, que estão localizados no entorno da rodovia. O repasse, que segue a Lei Complementar nº 116 de 2003, é uma das formas de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades onde a Companhia possui suas operações e que podem ser investidos pela gestão municipal nas áreas da saúde, educação e/ou infraestrutura, por exemplo.

Durante todo o ano de 2022, a Companhia repassou R$ 10,9 milhões de impostos às cidades lindeiras. Para determinar o valor destinado a cada uma delas é realizado um cálculo de acordo com a extensão da BR-153/SP no território de cada município, independentemente da existência ou não de praça de pedágio no referido município.

Das 22 cidades lindeiras, as que mais arrecadaram o imposto no ano de 2022 foram São José do Rio Preto, Marília e Promissão com pagamentos de R$ 1.084.234,27, R$ 985.624,33 e R$ 959.090,37, respectivamente. Além do repasse do imposto, a Triunfo Transbrasiliana desenvolve diversos programas, projetos e ações que vão ao encontro das diretrizes da agenda*Environmental, Social and Governance (ESG)*e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

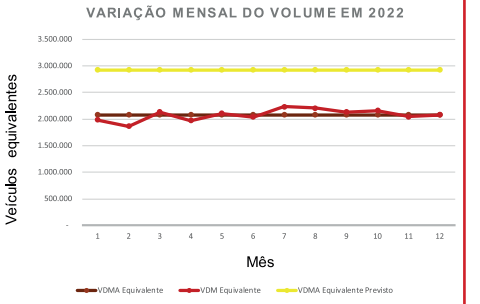
3. Prêmios e Certificações: A Triunfo Transbrasiliana se mantém disposta a estabelecer relações transparentes e éticas com as comunidades em que está inserida, por meio do diálogo aberto e do envolvimento com iniciativas de interesse da população local. Como resultado destes esforços recebe prêmios e reconhecimentos constantes. • Certificada, desde 2010, nas normas internacionais ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, respectivamente qualidade, meio ambiente e segurança do trabalho, devido ao compromisso com a sustentabilidade e a preservação da natureza. Em 2020, a Concessionária foi certificada na norma internacional 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional substituindo a OHSAS 18001. Em 2022, a Companhia passou a ser certificada na ISO 37001, norma internacional responsável por estabelecer os padrões de eficácia de um Sistema de Gestão Antissuborno (SGAS); • Premiada em 3º lugar no Ranking Benchmarking Brasil 2015, com o projeto "Multiplicadores em Educação Ambiental – Caderno do Professor". A premiação, concedida pelo programa Benchmarking Brasil, do Instituto Mais, valoriza as ações voltadas à sustentabilidade no dia a dia das organizações; • Premiada em 2016 com o Troféu Dourado pela atuação conjunta à ONG SOS Rio Dourado, em atividades e projetos ambientais realizados durante o ano. A organização não governamental, sem fins lucrativos, desenvolve ações e programas de proteção, recuperação e preservação ambiental na região de atuação da Companhia; • Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil por suas ações em defesa da infância e contra a exploração de crianças e adolescentes em rodovias brasileiras (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022); • Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil pela execução do Projeto Soluções e Ferramentas versão 1.0, com a estratégia de atuação focada em Lideranças e Público interno, voltada ao combate e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras (2018); • Certificada pela *Great Place To Work* (GPTW) como uma das melhores empresas para trabalhar (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022). A GPTW é uma renomada consultoria internacional que avalia empresas e identifica aquelas que possuem os melhores ambientes de trabalho em 50 países no mundo. A pesquisa avaliou a satisfação dos profissionais da Concessionária sobre temas como carreira, desenvolvimento e qualidade de vida; • Premiada em 2018 e 2019 pela *Great Place To Work* (GPTW) no Ranking Interior Paulista;. • Reconhecida, em 2018, como empresa parceira do 7º FESTUB – Festival de Teatro de Ubarana. A Concessionária incentiva iniciativas de interesse das comunidades onde está inserida e contribui para o desenvolvimento cultural da região; • Reconhecida, em 2019, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) de Lins com o selo "Empresa Amiga" durante o evento "Proteção em rede: o papel de cada um de nós na proteção de crianças e adolescentes". O encontro reconheceu a Companhia pelas boas práticas no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de campanhas de conscientização dos usuários e pela capacitação dos profissionais quanto a importância de reportar as ocorrências para o canal de denúncias de violações de Direitos Humanos, o Disque 100; • Reconhecida durante o Prêmio ODS Pacto Global 2019 como uma das melhores práticas do país inspiradas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O projeto "Agentes de Proteção", desenvolvido em parceria com o Instituto Triunfo no ano de 2018, capacitou os profissionais da Concessionária no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias e foi finalista da primeira edição do prêmio, na categoria Pequenas e Médias Empresas (PMEs), no Eixo Parceria; • Reconhecida, em 2019, como uma das melhores práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos com os cases "Gestão de Contratos: Efetividade e Economia"; "Danos ao Patrimônio: Recuperação de Crédito" e "Elaboração de Políticas e Procedimentos: Otimização do Trabalho" durante o V Prêmio de Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos realizado pela Inteligência Jurídica – InteliJur e Fórum de Departamentos Jurídicos e os Advogados e Prestadores de Serviços – FDJUR. O prêmio reconhece os melhores projetos desenvolvidos pelos jurídicos de empresas dentro do cenário nacional, valorizando o trabalho dos profissionais da área e promovendo a troca de experiências e conhecimentos; • Reconhecida, em 2019, com o selo "Melhores Práticas Jurídicas – prática certificada" pela Inteligência Jurídica – InteliJur; • Reconhecida como uma das empresas destaque no setor de infraestrutura pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2019. Considerado o maior levantamento de sustentabilidade corporativa do país, a publicação reconhece as empresas e iniciativas de referência no ano, em diferentes áreas. A Exame chegou à lista das 77 melhores empresas, divididas em 19 setores; • Vencedora do Prêmio Destaque Circuito de Cinema Na Mão Certa 2019, na categoria Serviços, com sessões do filme "Mundo Sem Porteira". Ao todo, 92 empresas se inscreveram na premiação que foi dividida nas categorias: Embarcador, Transportador e Serviços. A Concessionária realizou 11 sessões e contou com a participação de mais de 500 espectadores; • Vencedora do Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável 2020, na categoria Empreendedorismo Social – modalidade Médio Porte, com o projeto de proteção à infância "Agentes de Proteção". O projeto foi reconhecido como uma das melhores práticas empreendedoras sociais do país. Mais de 100 projetos inscritos, 48 foram selecionados para a etapa final e apenas 20 foram premiados; • Reconhecida em 2020, 2021 e 2022 pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) como a primeira colocada entre as cinco concessionárias federais mais bem avaliadas, no Índice de Desempenho Ambiental (IDA). A Agência analisou a evolução e o comprometimento socioambiental das concessionárias no setor de infraestrutura de transportes do país. O IDA avaliou 15 indicadores de desempenho socioambiental e 34 critérios, como: Política Ambiental Institucional, práticas voltadas à biodiversidade, tecnologias e boas práticas socioambientais inovadoras; • Signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social; • Certificada, em 2020, 2021 e 2022, pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ), como Empresa Cidadã. O reconhecimento é conferido às empresas que reportam informações contábeis e socioambientais de qualidade nos relatórios anuais da Companhia. • Vencedora da 11ª edição do Prêmio Neide Castanha em 2022 na categoria "Responsabilidade Social" com o projeto Agentes de Proteção. O Prêmio é uma homenagem a Neide Castanha, reconhecida defensora dos direitos humanos que dedicou parte de sua vida a lutar contra a violência a que são submetidas crianças e adolescentes no Brasil; • Vencedora do Prêmio Via Viva 2021 e 2022, do Ministério da Infraestrutura, no setor "Rodoviário". O reconhecimento é dado às Concessionárias que possuem boas práticas em sustentabilidade utilizando como critério o resultado do Índice de Desempenho Ambiental (IDA), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para o setor de infraestrutura de transportes;

3. Contexto Setorial: 3.1 Receitas e Mercados: Em 26 de novembro de 2020, através da publicação no Diário Oficial da União - D.O.U. da Deliberação nº 476 de 24 de novembro de 2020, a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, aprovou a 12ª Revisão Ordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de 2,69950 para R$ 2,72175 e a 12ª Revisão Extraordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de R$ R$ 2,72175 para R$ 2,40346. O Reajuste indicou o percentual positivo de 3,27% (três inteiros e vinte e sete centésimos por cento), correspondente a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, com vista a recomposição tarifária, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, de R$ 5,20 para R$ 4,70, nas praças de pedágio P1 (Onda Verde); P2 (José Bonifácio); P3 (Lins); e P4 (Marília). Ocorre que, em 27 de novembro de 2020, por meio da publicação no D.O.U. da Deliberação nº 481 de 26 de novembro de 2020, a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em virtude de determinação judicial constante nos autos da Ação Judicial nº 1065836-19.2020.4.013400 que deferiu o pedido de suspensão da redução tarifária, suspendeu a aplicação da Deliberação nº 476, de 24 de novembro de 2020 (publicada em 26 de novembro de 2020) e, por conseguinte, a prática da Tarifa Básica de pedágio nela aprovada, tendo sido inclusive referendada pela Deliberação nº 02 de 22 de janeiro de 2021 (publicada no D.O.U em 26 de janeiro de 2021), estando portanto, vigente, a Deliberação nº 989 de 12 de novembro de 2019, devidamente publicada no D.O.U em 14 de novembro de 2019, da qual a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, aprovou a 11ª Revisão Ordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de 2,84787 para R$ 2,84577 e a 11ª Revisão Extraordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de R$ R$ 2,84577 para R$ 2,69950. O Reajuste indicou o percentual positivo de 4,04% (quatro inteiros e quatro centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período, com vista à recomposição tarifária, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, antes do arredondamento, de R$ 5,22275 para R$ 5,15044. Portanto, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, ficou em R$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), nas praças de pedágio P1, em Onda Verde/SP; P2, em José Bonifácio/SP; P3, em Lins/SP; e P4, em Marília/SP. Em 15 de abril de 2021, após decisão prolatada pelo TRF da 1ª Região, que deu provimento, por unanimidade, ao Recurso de Apelação interposto pela Transbrasiliana no Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400, foi publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) a Deliberação ANTT nº 134, de 14 de abril de 2022 por meio da qual a ANTT autorizou a Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. a implementar a tarifa de pedágio de que trata a Resolução nº 4.973, de 16 de dezembro de 2015, de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) nas praças de pedágio P1, em Onda Verde/SP; P2, em José Bonifácio/SP; P3, em Lins/SP; e P4, em Marília/SP. Em 16 de novembro de 2022, através da publicação no Diário Oficial da União – D.O.U., da Deliberação nº 340 de 11 de novembro de 2022, a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, aprovou a 13ª Revisão Ordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de 2,40346 para R$ 2,41302 e a 13ª Revisão Extraordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de R$ R$ 2,41302 para R$ 3,89183. O Reajuste indicou o percentual positivo de 4,31% (quatro inteiros e trinta e um centésimos por cento), correspondente a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, com vista a recomposição tarifária. Em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, passou, a partir da zero hora do dia 18 de novembro de 2022, de R$ 7,70 para R$ 8,00, nas praças de pedágio P1 (Onda Verde); P2 (José Bonifácio); P3 (Lins); e P4 (Marília). Os temas controvertidos da 12ª e 13ª Revisões Ordinárias serão tratados nas próximas Revisões. **3.2 Meios de Cobrança:**

Meios de Cobrança - mil	2022	2021	Δ%
Veículos Pagantes	**10.817**	**10.621**	**1,8%**
Manual	5.775	5.477	5,4%
Automática	5.042	5.144	(2,0%)

A Companhia dispõe de dois meios de cobrança: a cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (Cobrança Manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos – das operadoras Sem Parar/Via Fácil, ConectCar, Move Mais, Greenpass e Veloe, nas pistas automáticas (Cobrança Automática). O tráfego das pistas manuais apresentou aumento de 298 mil veículos (5,4%). O tráfego das pistas automáticas apresentou uma queda de 102 mil veículos (-2,0%).

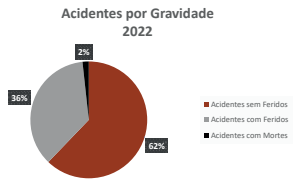
4. Indicadores Operacionais: 4.1 Caracterização do Tráfego: 4.1.1 Volume: No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.

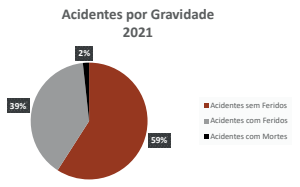


O VDMA equivalente realizado ficou abaixo do VDMA equivalente previsto no contrato de concessão, ainda em função da lenta retomada da economia em decorrência da pandemia (COVID-19), tendo em vista que, visando a contenção da doença no país, vários estados e municípios brasileiros decretaram Estado de Emergência. Em 20 de março de 2020, foi reconhecido o Estado de Calamidade Pública pelo Congresso Nacional e, dentre as várias medidas implementadas houve a determinação de fechamento de estabelecimentos comerciais e a recomendação do isolamento social. A partir de 2021 a retomada da economia vem acontecendo de lentamente. **4.2 Segurança do Trânsito: 4.2.1 Acidentes:** Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e a quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior. O gráfico abaixo apresenta o percentual dos principais acidentes por gravidade detectados no trecho concedido da rodovia.

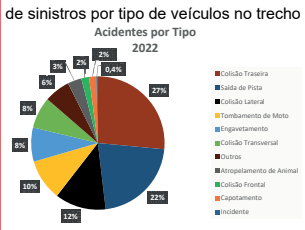
continuação ☛

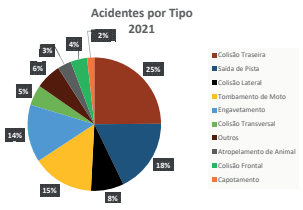
continuação



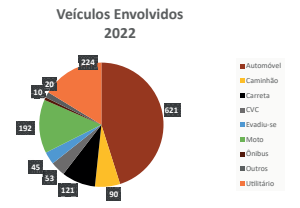


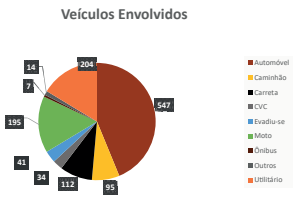
O gráfico abaixo apresenta o valor em percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia. O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de sinistros por tipo de veículos no trecho concedido da rodovia.



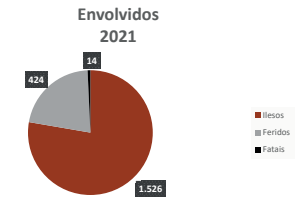


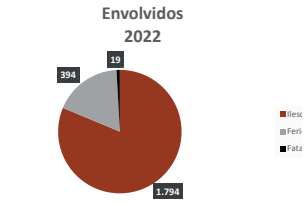
O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de pessoas envolvidas nos sinistros no trecho concedido da rodovia.





** Combinação Veicular de Carga - CVC.*
Observa-se que houve aumento do número de sinistros (fatais) no ano de 2022, comparado ao ano de 2021.





4.3 Dados de Operação da Concessão: 4.3.1 Veículos Alocados: Na tabela abaixo são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação em dezembro/2022. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor do resultado da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. **Tipos de veículos alocados na concessão:**

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/100km
Inspeção de Tráfego	5	1,55
Vigilancia Patrimonial	1	0,31
Guincho Leve	8	2,49
Guincho Pesado	2	0,62
Plataforma Elevatória	1	0,31
Resgate	8	2,49
UTI	2	0,62
Apreensão de animais	1	0,31
Combate à Incêndios	1	0,31
Total de veículos operacionais	**29**	**9,02**
Administração Operações	1	0,31
Administração Tráfego	1	0,31
Administração Pedágio	1	0,31
Administração Faixa de Domínio	1	0,31
Manutenção Predial	2	0,62
Manutenção Eletroeletrônica	5	1,55
Conservação de Rotina	5	1,55
Apoio à Conservação Rotina	8	2,49
Veículo Administrativo	5	1,55
Veículo Engenharia	2	0,62
Veículo Obras	2	0,62
Roçada Mecânica	6	1,87
Manutenção Meio Ambiente	2	0,62
Veículo ANTT	2	0,62
Transporte Roçada	10	3,11
Veículo Meio Ambiente	1	0,31
Mini Retroescavadeira	1	0,31
Retroescavadeira	1	0,31
Mini carregadeira	1	0,31
Veículo Segurança do Trabalho	1	0,31
Veículo Diretoria	3	0,93
Total de veículos de apoio	**61**	**18,97**
Total de veículos	**90**	**27,99**

4.2.2 Funcionários Alocados: São apresentados na tabela abaixo as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro/2022. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre as concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor do resultado da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise. **Tipos de funcionários alocados na operação da concessão**

Tipo de Função	Quantidade	Qtde/VDMA
Gerente de Operações e Segurança Viária	1	0,40
Supervisor de Trafego	1	0,40
Assistente de Operações	4	1,60
Inspetor de Trafego	16	6,41
Operador de Guincho Leve	35	14,01
Operador de Guincho Pesado	10	4,00
Operador de Caminhão Boiadeiro	4	1,60
Operador de Caminhão Pipa	4	1,60
Operador de Guindauto	1	0,40
Auxiliar de Operações	8	3,20
Operador de CCO	9	3,60
Atendente de 0800	4	1,60
Médico	15	6,01
Enfermeiro	10	4,00
Socorrista	121	48,44
Total de pessoal Operacional	**243**	**97,29**
Supervisor de Arrecadação	1	0,40
Controlador de Pedágio	16	6,41
Agente de Pedágio	86	34,43
Auxiliar de serviços Gerais	5	2,00
Total de Pessoal de Pedágio	**108**	**43,24**
Total	**351**	**140,53**

4.4 Aspectos Financeiros: 4.4.1 Receitas (em R$ mil): A seguir apresentamos a receita da concessionária em 2022 e o valor da receita acumulada desde o início da concessão, correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes, sejam elas Complementares, Extraordinárias, Alternativas ou provenientes de Projetos Associados.

R$ mil	2022	Acumulado
Receita com Pedágio	193.220	1.510.607
Receita extraordinária	4.469	47.832
Total	**197.689**	**1.558.439**

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2022, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

R$ mil	2022	Acumulado
Investimentos	85.671	884.726

R$ mil	2022	Acumulado
Custos Operacionais	108.984	877.412

4.4.2 Investimentos (em R$ mil):
4.4.3 Custos Operacionais (em R$ mil):
Tarifas de Pedágio:
A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R$ mil)

	Categoria de veículos												
Categoria	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**61**	**62**	**63**	**64**
Eixos	**2**	**2**	**3**	**3**	**4**	**4**	**5**	**6**	**1**	**7**	**8**	**9**	**10**
Rodagem	**Simples**	**Dupla**	**Simples**	**Dupla**	**Simples**	**Dupla**	**Dupla**	**Dupla**	**Simples**	**Dupla**	**Dupla**	**Dupla**	**Dupla**
Praça 1 - Onda Verde (Km 35,800)	8,00	16,00	12,00	24,00	16,00	32,00	40,00	48,00	4,00	56,00	64,00	72,00	80,00
Praça 2 - José Bonifácio (Km 98,900)	8,00	16,00	12,00	24,00	16,00	32,00	40,00	48,00	4,00	56,00	64,00	72,00	80,00
Praça 3 - Lins (Km 183,800)	8,00	16,00	12,00	24,00	16,00	32,00	40,00	48,00	4,00	56,00	64,00	72,00	80,00
Praça 4 - Marília (Km 268,100)	8,00	16,00	12,00	24,00	16,00	32,00	40,00	48,00	4,00	56,00	64,00	72,00	80,00

5. Desempenho Operacional: 5.1 Veículos Equivalentes Pedagiados:

Volume de Tráfego - mil	2022	2021	Δ%
Veículos Equivalentes Pagantes	**24.977**	**24.004**	**4,1%**
Leves	6.866	6.704	2,4%
Pesados	18.111	17.300	4,7%

Em 2022, foram pedagiados 25,0 milhões de veículos equivalentes, aumento de 4,1% em relação a 2021. O tráfego foi impactado pela lenta retomada da economia em virtude do término da pandemia.

6. Desempenho Econômico-Financeiro: 6.1 Valor adicionado:

R$ - mil	2022	2021	Δ%
Receita Líquida	**259.769**	**205.263**	**26,6%**
Receitas de Pedágio	193.220	172.819	11,8%
Receitas Acessórias	4.469	3.830	16,7%
Receitas de Construção (IFRS)	79.377	43.788	81,3%
Tributos incidentes	(17.297)	(15.174)	14,0%
Receita Líquida Ajustado[1]	**180.392**	**161.475**	**11,7%**

Em 2022, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R$ 104,2M, aumento de 20,2% em relação a 2021, cujo valor adicionado foi de R$ 86,8M. Esta variação deve-se principalmente a recuperação econômica. **6.2 Receita Operacional:** • **Receita de Pedágio** – A receita com pedágio em 2022 foi de R$ 193,2M, o que representou um aumento de R$ 20,4M em relação ao ano anterior, devido a alteração no valor da tarifa de pedágio para R$ 8,00 a partir do dia 18/11/2022, em função da Deliberação da ANTT nº 340 de 11 de novembro de 2022 e aumento do tráfego em 4,1% comparado ao ano anterior. • **Receitas Acessórias** – As receitas acessórias somaram R$ 4,5M em 2022, aumento de R$ 0,6M em relação à 2021, proveniente do recebimento do uso da faixa de domínio. • **Receitas de Construção –** Foram apurados como receita de construção (IFRS) para 2022 e 2021 os valores de R$ 79,3M e R$ 43,8M, respectivamente sem qualquer impacto no resultado, uma vez que esse montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção. **6.3 Custos e Despesas:**

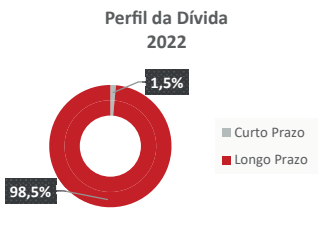
R$ - mil	2022	2021	Δ%
Custos e Despesas	**208.560**	**161.285**	**29,3%**
Pessoal	29.365	23.711	23,8%
Amortização intangível e ativos de contrato	40.396	34.908	15,7%
Serviços de terceiros	8.476	7.543	12,4%
Conserv. de revestimento vegetal	426	725	(41,2%)
Conserv. de pavimento flexível	7.751	4.534	71,0%
Serviço de atendimento hospitalar	9.050	8.586	5,4%
Custo de contrato concessão	7.934	6.791	16,8%
Provisão para manutenção	840	1.417	(40,7%)
Custo de construção	79.377	43.788	81,3%
Material, equipamentos e veículos	16.436	701	2244,7%
Remuneração dos diretores	3.218	2.977	8,1%
Serviço de consultoria jurídica	2.954	9.298	(68,2%)
Baixa e perdas com PCLD	- 5.217	-	0,0%
Depreciação do imobilizado	2.573	2.247	14,5%
Outros	4.981	14.059	(64,6%)
Custos e Despesas Ajustados[1]	**86.214**	**80.342**	**7,3%**

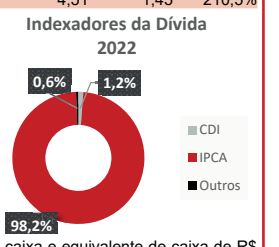
• **Custos com pessoal –** Aumento dos custos com assistência médica e dissidio coletivo. • **Serviços de terceiros –** Aumento com serviços relacionados sinalização vertical e horizontal. • **Conservação de pavimento flexível –** Aumento no custo dos insumos relacionados aos gastos com a manutenção do pavimento. • **Custo de Contrato de concessão –** Aumento dos gastos relacionados aos seguros da rodovia/garantia e a verba de fiscalização. • **Material, equipamentos e veículos –** Aumento no custo dos insumos relacionados aos gastos com a manutenção do pavimento. • **Baixa e perdas com PCLD –** Reversão de provisão para devedores duvidosos em virtude do recebimento de títulos a receber judicializados. **6.4 Resultado Financeiro**

R$ - mil	2022	2021	Dif.	Δ%
Receitas Financeiras	**2.145**	**355**	**1.790**	**504,2%**
Rendimento de aplicações financeiras	2.145	355	1.790	504,2%
Despesas Financeiras	**(38.465)**	**(13.061)**	**(25.404)**	194,5%
Juros sobre Financiamentos	(30.738)	(8.955)	(21.783)	243,2%
Outras	(7.727)	(4.106)	(3.621)	88,2%
Resultado Financeiro	**(36.320)**	**(12.706)**	**(23.614)**	**185,8%**

O resultado financeiro da Companhia em 2022 totalizou R$ 36,3M de despesas financeiras líquidas, o que representa um aumento de R$ 23,6M em relação a 2021. Este aumento ocorreu principalmente pela captação das debêntures e o aumento nas taxas de juros. **6.5 Disponibilidade e Endividamento: 6.5.1 Captações de Recursos:** Em 14 de maio de 2010, a Companhia firmou em conjunto com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R$ 272,2M. Sobre o principal da dívida incidem juros de 2,91% a.a. mais TJLP, com exigibilidade mensal. Em 14 de abril de 2022 foi realizada a quitação integral do Finem (BNDES) no valor de R$86.153 com recursos provenientes da emissão de debentures. Em 28 de janeiro de 2016, a Companhia firmou em conjunto com o ABC contrato de capital de giro no valor total de R$ 25M. Sobre o principal da dívida incidem juros CDI + 3,0% a.a., com exigibilidade trimestral e com vencimento final em 31 de outubro de 2023. Em 24 de março de 2022, foi aprovada a 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Transbrasiliana, nos termos da instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante de R$275.400 (duzentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) e prazo de vencimento de 11 (onze) anos, a contar da data de emissão, com carência de 01 (um) ano para amortização dos juros e 02 (dois) anos para amortização do principal. Sobre o principal da dívida incidem juros IPCA + 9,6% a.a.

Endividamento R$ mil	2022	2021	Δ%
Curto Prazo	**4.163**	**35.720**	**(88,3%)**
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	4.163	35.720	(88,3%)
Longo Prazo	**280.780**	**65.093**	331,4%
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	280.780	65.093	331,4%
Dívida Bruta	**284.943**	**100.813**	**182,6%**
Caixas e Equivalentes de Caixa	**23.763**	**2.115**	**1023,5%**
Dívida Líquida	**261.180**	**98.698**	**164,6%**
EBITDA	57.858	67.879	(14,8%)
Dívida Líquida/ EBITDA	4,51	1,45	210,5%





A Companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R$ 23,7M, superior ao saldo de 2021 que foi de R$ 2,1M. O saldo da dívida bruta em dezembro/2022 é de R$ 284,9M, um aumento de R$ 184,1M em relação ao saldo de dezembro/2021 motivada pela quitação do Finem (BNDES) e a captação das Debentures. A dívida está concentrada no longo prazo em que temos 98,5% do total.

6.6 Principais Investimentos:

Investimentos - R$ milhões	2022	Acumulado
Recuperação e Manutenção da Rodovia	5.022	559.002
Manutenção da Infraestrutura Operacional	623	46.349
Obras e Melhoramentos	78.949	261.960
Outros	1.077	17.416
Total	**85.671**	**884.727**

Desde o início da concessão, em 2008, a Concessionária trabalha para oferecer segurança e conforto a todos que utilizam a rodovia por meio de serviços de recuperação, manutenção, conservação, execução de obras e uma ampla estrutura de atendimento ao usuário. Serviços de fresagem e recomposição, reparos profundos, microrevestimento asfáltico à frio, sinalização vertical e horizontal, além de duplicações de trechos importantes nos municípios de Ourinhos, Marília e São José do Rio Preto, aproximadamente R$ 885 milhões de investimentos foram realizados nos treze primeiros anos da companhia.

6.7 Concessionária em números:

Tabela - Rodovias

Dados anuais

Quilômetros da rodovia	**Km 321,6.**															
Nº de veículos que transitaram	**Categoria Veiculos**	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**61**	**62**	**63**	**64**	**TOTAL**	
		6.608.656	774.706	66.932	640.834	9.464	440.808	321.555	1.227.150	275.456	196.812	4.504	243.029	136	10.810.042	
Número de praças de pedágios	São quatro praças de Pedágio em operação, P1 Km 35+800, P2 Km 98+900, P3 Km 183+800 e P4 Km 268+100.															
Tarifa	Motocicletas, Motonetas e Bicicletas Motorizadas R$ 4,00; Automóvel, Caminhonete e Furgão R$ 8,00; Caminhão leve, ônibus, Caminhão-trator e furgão R$ 16,00; Automóvel e caminhonete com semirreboque R$ 12,00; Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus R$ 24,00; Automóvel e caminhonete com Reboque R$ 16,00; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 4 eixos duplos R$ 32,00; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 5 eixos duplos R$ 40,00; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 6 eixos duplos R$ 48,00; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 7 eixos duplos R$ 56,00; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 8 eixos duplos R$ 64,00; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 9 eixos duplos R$ 72,00; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 9 eixos duplos R$ 80,00; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 10 eixos duplos R$ 80,00 e Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 11 eixos duplos R$ 88,00.															
Número de quilômetros mantidos	**Km 321,6.**															
Transito Médio Diário Equivalente	68.430															
Trânsito Médio Anual Equivalente	2.081.412															
Equipes utilizadas pela concessionária	7 Bases Operacionais, 122 Câmeras de monitoramento, 2 Estação meteorológica, 8 Guinchos leves, 2 Guinchos pesados, 4 Painéis de mansagens fixo, 5 Painéis de mensagens móvel, 2 UTI - Móvel, 8 Ambulância simples , 5 Viaturas de Inspeção 1 Viatura de vigilância patrimonial, 1 Veículo apreensão de animais, 1 Caminhão pipa e 01 Caminhão plataforma elevatória.															
Índice de qualidade de estrada	**Não se aplica**															
Receita de Pedágio	193.220															
Custos associados às receitas de pedágio	126.281															

Fator Trabalho

	Administrativo	Operação	Conservação
Número de Trabalhadores	64	381	182
Despesas de Pessoal	13.326	23.821	16.004

Fator Capital

Despesas de Depreciação/Amortização	272.085	O método de Depreciação é a Taxa fiscal. Para a amortização, é a curva de trafego respeitando o prazo de concessão da rodovia.
Ativo Líquido	612.641	
Ativo Bruto	884.726	

Série Histórica dos Invest.	Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
		124.470	23.325	16.321	53.499	62.180	109.431	90.884	97.102	47.693	34.143	51.298	26.144	17.886	44.679	85.671

Fatores Intermediários

Despesas em Administração	6.747
Despesas em Manutenção	922
Outras Despesas	1.184

Seguridade

	Acidentes por Gravidade	Quant.
Quantidade de acidentes	Acidentes com Mortes	16
	Acidentes com Feridos	286
	Acidentes sem Feridos	498
	Total	**800**

Indicadores

Receita por veículo	17,87
Custo por veículo	11,68

continuação

continuação

6.8 Balanço Social:

Balanço Social

Exercicios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em mil)

1 - Base de cálculo	2022 - Valor	2021 - Valor
Faturamento bruto	277.066	220.437
Receita liquida (RL)	259.769	205.263
Resultado operacional (RO)	46.656	43.557
Folha de pagamento bruta (FPB)	53.151	47.085
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	32.583	26.688
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	20.568	20.397

2 - Indicadores sociais internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.843	5,3%	1,1%	2.582	5,5%	1,3%
Encargos Sociais	5.808	10,9%	2,2%	4.550	9,7%	2,2%
Saúde	4.320	8,1%	1,7%	4.107	8,7%	2,0%
Segurança e Saúde no trabalho	447	0,8%	0,2%	369	0,8%	0,2%
Educação	58	0,1%	0,0%	25	0,1%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	4	0,0%	0,0%	11	0,0%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	1.757	3,3%	0,7%	1.593	3,4%	0,8%
Outros	447	0,8%	0,2%	307	0,7%	0,1%
Total - Indicadores sociais internos	**15.684**	**29,5%**	**6,0%**	**13.544**	**28,8%**	**6,6%**

3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Cultura	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros brindes	71	0,1%	0,0%	123	0,3%	0,1%
Educação	25	0,0%	0,0%	7	0,0%	0,0%
Total de contribuições à sociedade	**96**	**0,2%**	**0,0%**	**130**	**0,3%**	**0,1%**
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Total - Indicadores sociais externos	**96**	**0,2%**	**0,0%**	**130**	**0,3%**	**0,1%**

4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	336	0,6%	0,1%	0,6%	0,1%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	86	0,2%	0,0%	0,3%	0,1%
Total de investimentos em meio ambiente	**421**	**1%**	**0,2%**	**1%**	**0,2%**

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar residuos, ou	( ) Não possui metas	( ) Não possui metas
consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização	( ) Cumpre de 0 a 50%	( ) Cumpre de 0 a 50%
de recursos, a Concessionária:	( ) Cumpre de 50 a 70%	( ) Cumpre de 50 a 70%
	(X) Cumpre de 75 a 100%	(X) Cumpre de 75 a 100%

5 - Indicadores do corpo funcional	2022	2021
N° de colaboradores no final do período	392	383
Tempo de serviço	9% até seis meses	11% até seis meses
	12% de seis meses a um ano	8% de seis meses a um ano
	13% entre um e dois anos	15% entre um e dois anos
	29% entre dois e cinco anos	40% entre dois e cinco anos
	37% mais de cinco anos	26% mais de cinco anos
N° de admissões durante o período	80	75
N° de demissões durante o período	75	84
N° de estagiários (as)	0	1
N° de colaboradores terceirizados	591	420
N° de colaboradores com até 18 anos	0	0
N° de colaboradores entre 18 e 25 anos	32	37
N° de colaboradores entre 25 e 45 anos	262	255
N° de colaboradores acima de 45 anos	98	91
N° de mulheres que trabalham na concessionária	162	155
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	25%	25%
Remuneração paga a mulheres no período	5.492	4.931
N° de negros (as) que trabalham na concessionária	189	171
N° de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	12	14
Total de horas extras trabalhadas	17.035	12.690
Total de horas extras pagas	17.035	12.690
Total de INSS pagos	4.708	3.643
Total de FGTS pagos	1.099	907

5 - Indicadores do corpo funcional	2022	2021
Total de contribuição sindical paga	-	-
Total dos demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhido no período	0	0
Total de IR recolhido no período	867	4.492
Total de CSLL recolhida no período	318	1.666
Total de PIS recolhida no período	1.300	1.157
Total de COFINS recolhida no período	6.279	5.343
Total de outros tributos recolhidos no período (ISSQN)	9.718	8.675

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2022	2021
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	15,24	15,96
Número total de acidentes de trabalho	32	34
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	( ) direção
	(X) direção e gerenciais	(X) direção e gerenciais
	( ) todos os colaboradores	( ) todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerenciais	( ) direção e gerenciais
	( ) todos os colaboradores	( ) todos os colaboradores
	(X) todos + CIPA	(X) todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	( ) não se envolve	( ) não se envolve
	(X) segue as normas da OIT	(X) segue as normas da OIT
	( ) incentiva as normas da OIT	( ) incentiva as normas da OIT
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção
	( ) direção e gerenciais	( ) direção e gerenciais
	( ) todos os colaboradores	( ) todos os colaboradores
	( ) direção	( ) direção
	( ) direção e gerenciais	( ) direção e gerenciais
	(X) direção e todos os colaboradores	(X) direção e todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	( ) não são considerados	( ) não são considerados
	( ) são sugeridos	( ) são sugeridos
	(X) são exigidos	(X) são exigidos
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	( ) não se envolve	( ) não se envolve
	( ) apoia	( ) apoia
	(X) organiza e incentiva	(X) organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	100 % na Concessionária	100 % na Concessionária
	100 % no PROCON	100 % no PROCON
	100 % na justiça	100 % na justiça
7 - Valor adicionado total a distribuir:	**104.299**	**86.805**
Distribuição do Valor Adicionado	26% governo	34% governo
	0% acionistas	0% acionistas
	27% colaboradores	27% colaboradores
	38% terceiros	16% terceiros
	9% retido	23% retido

6.9 Declaração da Diretoria: Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Triunfo Transbrasiliana declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da BDO RCS Auditores Independentes SS e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. **6.10 Demais Assuntos: 6.10.1 Desequilíbrio Contratual:** São apresentados na relação abaixo os principais pleitos da Companhia junto à ANTT, que visam manter o equilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão. A citada relação não deve ser interpretada de forma exaustiva, uma vez que os pleitos formulados pela Concessionária não se limitam aos indicados neste relatório. Importante destacar que os pleitos de duplicação da Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP) decorrem da constatação da saturação do nível de serviço operacional da Rodovia e da premente necessidade de reestabelecer esse nível de serviço previsto no Contrato de Concessão, garantindo-se segurança e qualidade aos usuários, em prol do interesse público. Cumpre esclarecer que a única obra capaz de reestabelecer o nível de serviço contratual é a duplicação da rodovia, conforme relatórios e pareceres elaborados por terceiros especialistas. (i) Duplicação dos Lotes 01 (km 0+000 ao km 51+700) e 03 (km 162+000 ao km 195+200) da Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP) diante da saturação do nível de serviço operacional previsto em Contrato de Concessão (atualização do Projeto Executivo e Orçamentos a pedido da Agência, bem como a inclusão dos valores no fluxo econômico-financeiro da concessão); (ii) Duplicação dos Lotes 02 (km 99+800 ao km 162+000), 04 (km 195+200 ao km 227+961), 05 (km 268+000 ao km 280+340) e 06 (km 280+340 ao km 335+720) da Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP) diante da saturação do nível de serviço operacional previsto em Contrato de Concessão; (iii) Contorno de Marília (km 227+960 ao km 268+000); (iv) Correção da alíquota do PIS/COFINS; (v) Pagamento de Receita Acessória para uso da faixa de domínio da Concessionária Entrevias; (vi) Perda de Receita em decorrência da Greve dos Caminhoneiros; (vii) Edição da Lei Federal nº 13.103/2015 (Lei dos Caminhoneiros), que trouxe expressivo desequilíbrio ao Contrato de Concessão, como resultado do maior desgaste do pavimento; (viii) Perda de Receita em decorrência da pandemia da COVID-19. (ix) Implantação de OCR (*Optical Character Recognition*). (x) Pagamento de Receita Acessória para uso da faixa de domínio da Concessionária Eixo. (xi) Custos para implantação do SIR – Módulo "Atendimento". (xii) Custos para criação de *View* para o Centro Nacional de Supervisão Operacional – CNSO. (xiii) Pleito em razão dos impactos no aumento dos insumos (xiv) Ampliação dos gastos para manutenção e conservação do trecho duplicado (pista nova) - km 256,0 ao km 258,1 da BR-153/SP. (xv) Manutenção e conservação da obra de melhoria dos acessos: (i) Km 150+900 e (ii) Km 278+500, Km 314+180 e Km 322+870 da BR-153/SP. **6.11 Agradecimentos:** A Diretoria agradece a todos os usuários da rodovia, bem como aos acionistas, fornecedores e demais instituições governamentais, e a todos os profissionais pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades. **A Administração**

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos (Em milhares de reais, exceto o prejuízo (lucro) por ação)*

Balanço patrimonial

Ativo	NE	2022	2021 (reapresentado)
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	23.763	2.115
Aplicações financeiras vinculadas	4	-	9.831
Contas a receber	5	10.757	8.560
Impostos a recuperar		1.081	665
Despesas antecipadas		1.226	1.275
Partes relacionadas	6	-	11.313
Outros créditos		2.141	969
Total do ativo circulante		**38.968**	**34.728**
Não circulante			
Contas a receber	5	768	764
Tributos diferidos	13.a	-	1.292
Depósitos judiciais		5.279	3.158
Ativos de Direito de uso		920	426
Imobilizado	7	3.718	4.402
Intangível	8	447.635	473.830
Ativo de contrato	8	188.734	90.721
Total do ativo não circulante		**647.054**	**574.593**
Total do ativo		**686.022**	**609.321**
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	4.163	35.720
Fornecedores	11	26.407	35.916
Impostos, taxas e contribuições		3.852	6.595
Obrigações sociais		4.454	4.818
Provisão para manutenção	12	5.964	4.600
Partes relacionadas	6	597	603
Dividendos a pagar		3.659	1.438
Obrigações infraestrutura a realizar	25.c	12.527	11.564
Passivos de arrendamento		396	452
Outras contas a pagar		5.155	6.935
Total do passivo circulante		**67.174**	**108.641**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	845	65.093
Debentures	10	279.935	-
Fornecedores	11	1.675	362
Impostos, taxas e contribuições		6.127	3.035
Provisão para manutenção	12	4.334	4.172
Tributos diferidos	13.a	3.057	-
Partes relacionadas	6	16.273	134.048
Provisão para demandas judiciais	14	6.082	4.870
Passivos de arrendamento		635	62
Outras contas a pagar		8.227	9.714
Total do passivo não circulante		**327.190**	**221.356**
Patrimônio líquido	15		
Capital social		220.535	220.535
AFAC		63.421	58.221
Reservas de lucros		7.702	568
Total do patrimônio líquido		**291.658**	**279.324**
Total do passivo e patrimônio líquido		**686.022**	**609.321**

Demonstração do resultado

	NE	2022	2021
Receita operacional líquida	16	259.769	205.263
Custos dos serviços prestados	17	(188.361)	(135.646)
Lucro bruto		**71.408**	**69.617**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(24.752)	(26.060)
		46.656	**43.557**
Outros resultados operacionais	17	4.553	(127)
		51.209	**43.430**
Receita financeira		2.145	355
Despesa financeira		(38.465)	(13.061)
Resultado financeiro líquido	18	**(36.320)**	**(12.706)**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		**14.889**	**30.724**
IRPJ e CSLL correntes	13.b	(1.185)	(6.158)
IRPJ e CSLL diferidos	13.b	(4.348)	(4.428)
		(5.533)	**(10.586)**
Lucro líquido do exercício		**9.356**	**20.138**
Lucro básico e diluído por ação em Reais - R$	15.b	**0,02186**	**0,04704**

Demonstração do resultado abrangente

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	9.356	20.138
Total de resultado abrangente do exercício	**9.356**	**20.138**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	NE	Capital social	AFAC	Reserva legal	Retenção de lucros	(Prejuízos) lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**320.535**	**53.434**	**-**	**-**	**(19.393)**	**354.576**
Adiantamento para futuro aumento de capital			4.787	-	-	-	**4.787**
Redução de capital social		(100.000)		-	-	-	**(100.000)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.138	**20.138**
Destinação do lucro:	**15**		-	-	-	-	**-**
Reserva legal		-	-	37	-	(37)	**-**
Constituição de dividendos a pagar		-	-	-	-	(177)	**(177)**
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	531	(531)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado NE 2.3)		**220.535**	**58.221**	**37**	**531**	**-**	**279.324**
AFAC		-	5.200	-	-	-	**5.200**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.356	**9.356**
Destinação do lucro:	**15**	-	-	-	-	-	**-**
Reserva legal		-	-	468	-	(468)	**-**
Constituição de dividendos a pagar		-	-	-	-	(2.222)	**(2.222)**
Constituição de reserva de lucros		-	-	-	6.666	(6.666)	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**220.535**	**63.421**	**505**	**7.197**	**-**	**291.658**

Demonstração do fluxo de caixa

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**9.356**	**20.138**
Ajustes para conciliar o resultado às atividades operacionais		
Amortização e depreciação	42.603	37.155
Amortização e depreciação de arrendamentos	351	280
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(5.216)	-
Provisão para manutenção	1.526	2.446
Provisão para demandas judiciais	(4.904)	1.075
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	31.223	9.850
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	2.507	2.652
Rendimento de aplicação financeira	(2.146)	(394)
IRPJ e CSLL diferidos	4.348	4.428
Redução (aumento) no ativo:		
Contas a receber	(2.201)	(3.485)
Despesas antecipadas	49	(914)
Impostos a recuperar	(416)	258
Outros créditos	10.140	(11.193)
Depósitos judiciais	(2.121)	(115)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	(8.198)	16.993
Impostos, taxas e contribuições	(4.000)	6.152
Obrigações sociais	(364)	(1.747)
Partes relacionadas	(117.781)	2.160
Outros passivos	13.330	2.062
Amortização de juros e encargos de empréstimos e financiamentos	(4.462)	(8.965)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**(36.376)**	**78.836**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de aplicações financeiras	136.989	(2.881)
Resgate de aplicações financeiras	(147.475)	2.743
Aquisição de imobilizado	(2.070)	(1.568)
Adição ao intangível e ativo de contrato (intangível em construção)	(114.174)	(46.382)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(126.730)**	**(48.088)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	467	289
Captação de debentures	275.400	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(96.313)	(39.812)
AFAC	5.200	4.787
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**184.754**	**(34.736)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**21.648**	**(3.988)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes	**2.115**	6.103
Saldo final de caixa e equivalentes	**23.763**	2.115

Demonstração do valor adicionado

	2022	2021
Receitas	**277.066**	**220.859**
Arrecadação de pedágios	193.220	172.819
Rec. de construção - ativos da concessão	79.377	43.788
Outras receitas	4.469	4.252
Insumos adquiridos de terceiros	**(132.310)**	**(97.253)**
Custos serviços prestados	(34.097)	(37.484)
Custo de construção - ativos da concessão	(79.377)	(43.788)
Materiais, energia, serv. de terceiros e outros	(18.836)	(15.982)
Valor adicionado bruto	**144.756**	**123.605**
Retenções	**(42.603)**	**(37.155)**
Depreciação e amortização	(42.603)	(37.155)
Valor adicionado líquido	**102.153**	**86.450**
Valor recebido em transferência	**2.146**	**355**
Receitas financeiras	2.146	355
Valor adicionado total a distribuir	**104.299**	**86.805**
Distribuição do valor adicionado	**(104.299)**	**(86.805)**
A - Pessoal e encargos	**27.876**	**23.047**
Remuneração direta	17.712	13.706
Benefícios	7.613	6.998
FGTS	1.099	907
Outros	1.452	1.436
B - Impostos, taxas e contribuições	**27.617**	**29.468**
Federais	17.820	20.728
Estaduais	79	65
Municipais	9.718	8.675
C - Remuneração de capitais de terceiros	**39.450**	**14.153**
Juros	4.969	8.955
Aluguéis	985	793
Outras	33.496	4.405
D - Remunerações de capital próprio	**9.356**	**20.138**
Lucro	9.356	20.138

Notas Explicativas às demostrações financeiras

1. Contexto operacional: A Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rodovia Transbrasiliana (BR-153) KM 183 + 800 metros, Município de Lins - Estado de São Paulo e controlada indiretamente pela TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo" ou "Controladora"), controladora da acionista BRVias Holding TBR S.A. O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. Em 12 de dezembro de 2007, por meio da Resolução nº 2.479 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), homologou o resultado do Leilão de Concessão do Lote 1 à Rodovia BR-153/SP. Em 13 de fevereiro de 2008, por meio da Resolução nº 2.537 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), emitiu o Ato de Outorga em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e autorizou a assinatura do Contrato de Concessão. Dessa forma, a Companhia se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 25 anos de

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/03/2023

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

concessão em contrapartida da cobrança de pedágio. Conforme resolução nº 4.973 emitida pela ANTT, de 16 de dezembro de 2015, a ANTT aprovou o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio de R$4,30 para R$7,40, sujeito à: (i) submissão do projeto executivo para obras de duplicação, com respectiva análise e não objeção da ANTT; (ii)realização da audiência pública pela ANTT; (iii) deliberação da Diretoria Colegiada da ANTT; e (iv) comunicação prévia ao Ministério dos Transportes e ao Ministério da Fazenda à entrada em vigência da Nova Tarifa Básica. O processo foi para audiência pública em abril de 2016, tendo como finalidade a inclusão de novos investimentos no Programa de Exploração Rodoviária (PER), para obras de duplicação do trecho da Rodovia BR-153/SP entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3). Ocorre que, em dezembro de 2016, embora atendidas todas as condições legais e contratuais para inclusão de novos investimentos, a Companhia e a ANTT foram intimadas a se manifestar em face do pedido cautelar formulado pela equipe da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária - SeinfraRodovia que, por meio de representação proposta junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), pediu a suspensão cautelar da inclusão destas novas obras. A Concessionária já apresentou todos os esclarecimentos necessários e suficientes ao TCU, sendo que a ANTT, através do Ofício nº 043/2017/DG/ANTT, decidiu não incluir as obras no Contrato de Concessão até que haja conclusão definitiva da questão pelo TCU. Como o Contrato de Concessão prevê as obras de ampliação de capacidade com o objetivo de assegurar a manutenção do nível de serviço estabelecido, bem como os critérios destes investimentos, e o direito da Companhia ao correspondente reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão quando da inclusão de novas obras, a Companhia entende que a não inclusão destas obras de duplicação no Contrato de Concessão acarretaria na inexecução contratual pelo Poder Concedente. Em linha com o entendimento da Companhia, o Ministério Público Federal (MPF) - Procuradoria da República de Marília (SP) manifestou-se através do Inquérito Civil Público nº 1.34.007.000319/2014-45 com Recomendação nº 05 (PRM-MII-SP-00003316/2017) a ANTT, onde considerou que as objeções jurídicas apresentadas pela SEINFRA-Rodovia/TCU nº TC032.829/2016 não encontram amparo na ordem jurídica pátria, consoante doutrina e decisões do TCU. Nesse sentido, em face da omissão do Diretor Geral da ANTT em autorizar o início das obras, a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400 e em 15 de outubro de 2018 tomou conhecimento pelo site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região de que foi deferida a liminar pleiteada para determinar à Autoridade Impetrada (ANTT) que, no prazo de 15 (quinze) dias, autorizasseo imediato início das obras de duplicação dos Lotes 01 (km 0+000 ao km 51+700) e 03 (km 162+000 ao 195+200) da Rodovia BR-153/SP, nos termos aprovados pela própria ANTT (resolução nº 4.973 emitida pela ANTT), a fim de garantir a segurança dos usuários da Rodovia e restabelecer o nível de serviço contratual, mediante o concomitante reequilíbrio do Contrato de Concessão, por meio da revisão da tarifa de pedágio já aprovada pela ANTT e autorizada pelo Ministério da Fazenda. Em 23 de outubro de 2018, o Ministério Público Federal se manifestou nos autos do Mandado de Segurança afirmando que "mostra-se imperiosa, no caso em apreço, a execução das obras de ampliação da Rodovia BR-153/SP, nos trechos compreendidos entre a divisa de MG/SP e SP/PR, para restabelecer o nível de serviço, sobretudo em razão da proteção da segurança e da vida dos usuários" e em 06 de novembro de 2018, através da Deliberação nº 887, a ANTT autorizou o início imediato das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03 da Rodovia BR 153/SP. A liminar foi revogada e a ANTT publicou a Deliberação nº 992, de 04 de dezembro de 2018 que revogou a Deliberação nº 887, de 06 de novembro de 2018. Em 11 de fevereiro de 2020 o processo foi sentenciado e em face da decisão, publicada em 21 de fevereiro de 2020, a Companhia opôs Recurso de Embargos de Declaração visando sanar os vícios de (i) omissão, (ii) erro de fato decorrente de premissa equivocada e (iii) obscuridade. Os Embargos de Declaração opostos pela Companhia foram analisados pela mesma Juíza que proferiu a sentença e rejeitados. Diante da manutenção da decisão, a Companhia interpôs Recurso de Apelação, em 15 de junho de 2020, que será analisado pelo Tribunal Regional Federal. Em 25 de setembro de 2020, a Companhia apresentou pedido de Tutela Antecipada, requerendo o deferimento da antecipação de tutela recursal, para determinar que a ANTT expedisse a liberação para que a Companhia realizasse os investimentos relacionados à Duplicação dos Lotes 01 e 03, com o concomitante reequilíbrio do Contrato de Concessão. O pedido de antecipação da tutela foi indeferido em 07 de outubro de 2020. A Concessionária protocolou pedido de reconsideração, que também foi indeferido. Em 1º de março de 2021, a Concessionária tomou conhecimento de que o TRF da 1ª Região deu provimento, por unanimidade, ao Recurso de Apelação interposto pela Transbrasiliana no Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400, o que autoriza o início das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03 da Rodovia BR-153/SP, bem como o consequente reequilíbrio da tarifa de pedágio de modo a contemplar a inclusão de referidas obras no contrato de concessão. Em 06 de março de 2021 passou a ser aplicada, em todas as praças de pedágio administradas pela Concessionária, a tarifa de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), conforme previsto na Resolução ANTT nº 4.973, de 16 de dezembro de 2016. No âmbito de processo administrativo de proposta de aplicação de medida cautelar, a Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") deliberou por notificar a Transbrasiliana para que a Concessionária reduzisse a Tarifa Básica de Pedágio ("TBP") para R$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), contra os R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) então vigentes desde o dia 06 de março de 2021, sob pena de instauração de processo de caducidade (Deliberação ANTT nº 113, de 31 de março de 2021), por entender que o acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança não teria aplicação imediata. Embora tivesse a Companhia a mais absoluta convicção de que havia obedecido os estritos termos da decisão judicial, a Transbrasiliana acatou à deliberação da ANTT e promoveu a redução tarifária em 06 de abril de 2021, de modo que a TBP voltou a ser de R$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos). Em face da ordem emanada pela ANTT pela redução tarifária, a Transbrasiliana ajuizou Reclamação nº 1011453-72.2021.4.01.0000 perante o TRF1, obtendo decisão liminar para suspender os efeitos da Deliberação da ANTT nº 113, de 31 de março de 2021. Deste modo, a ANTT publicou a Deliberação nº 134, de 14 de abril de 2021, determinando que a Transbrasiliana implementasse a TBP de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) em todas as praças de pedágio. Assim, a partir da zero hora do dia 16 de abril de 2021 foi aplicada a TBP é de R$ 7,70 (sete reais e setenta centavos). A nova tarifa aplicada também deverá ser objeto de reajuste a ser homologado pela ANTT para o integral reequilíbrio, vez que o referido valor remonta ao ano de 2015 e encontra-se corroído pela inflação. Em 16 de novembro de 2022 foi publicada no Diário Oficial da União – DOU, a Deliberação da ANTT nº 340 de 11 de novembro de 2022, determinando a aplicação da Tarifa Básica de Pedágio de R$ 8,00 (oito reais), a partir da zero hora do dia 18 de novembro de 2022 em todas as praças de pedágio. Assim, desde a zero hora do dia 18 de novembro de 2022, a tarifa de R$ 8,00 vem sendo aplicada. O novo valor contempla a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e, também, o reequilíbrio econômico-financeiro referente a obras e serviços, sendo decorrentes exclusivamente da 13ª Revisão Ordinária da Transbrasiliana (ano de 2020), sendo importante consignar que os temas controvertidos da 12ª e 13ª Revisões Ordinárias serão tratados nas próximas Revisões. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia, em conjunto aos acionistas controladores, avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que os planos de reestruturação financeira e as gerações positivas de caixa nos últimos exercícios da Controladora são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações. **2. Base para preparação e apresentação das informações:** A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis em 14 de março de 2023. **2.1. Base de preparação e declaração de conformidade:** As Demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. As Demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. As Demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022 A Administração ainda está avaliando as seguintes normas ou alterações que forma emitidas, mas ainda não estavam vigentes em 31 de dezembro de 2022, e até o momento não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia quando da adoção, a saber: **2.2. Novas normas contábeis: 2.2.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** No exercício corrente, a Companhia e suas controladas não adotaram as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1).	• Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual.	1º de janeiro de 2022
Alterações IFRS 1 First-time Adoption of International Financial Reporting Standards	• Subsidiária como adotante pela primeira vez das normas internacionais de contabilidade	1º de janeiro de 2022
Alterações IFRS 9 Financial Instruments	•Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros)	1º de janeiro de 2022
Alterações IAS 41 Agriculture	• Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola)	1º de janeiro de 2022

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia e suas controladas ou sobre as divulgações nestas Demonstrações contábeis. **2.2.2 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2023:** A Administração ainda está avaliando as seguintes normas ou alterações que forma emitidas, mas ainda não estavam vigentes em 31 de dezembro de 2022, e até o momento não identificou impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia quando da adoção, a saber:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alteração no IAS 12	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023

2.3 Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021: Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, procedemos com as reclassificações, retrospectivamente, que não foram refletidas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021: • Redução de capital no montante de R$ 100.000, sem o cancelamento de ações, nos termos do artigo 173 e 174 da lei das Sociedades por Ações, aprovado em 13 de agosto de 2021 e registrado em 27 de outubro de 2021. • IRPJ e CSLL Diferido Ativo e Passivo estavam registrados no Ativo Não Circulante e no Passivo não Circulante. Em virtude da revisão de prática contábil para a apresentação do IRPJ e CSLL Diferidos, em consonância com o pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, itens 74 a 76, que estabelece as diretrizes para a compensação dos impostos diferidos. Os efeitos acima mencionados não impactaram a demonstração do resultado do exercício. Para a Demonstração do fluxo de caixa houve redução do capital social e aumento de partes relacionadas sem efeito caixa. Abaixo estão apresentados os efeitos comparativos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021: Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2021:

	Originalmente Divulgado	Ajustes / Reclassificações	Reapresentado
Ativo Circulante	**34.728**	**-**	**34.728**
Tributos diferidos	14.563	(13.271)	1.292
Outros ativos não circulantes	573.301	-	573.301
Total do ativo não circulante	**587.864**	**(13.271)**	**574.593**
Total do ativo	**622.592**	**(13.271)**	**609.321**
Passivo circulante	**108.641**	**-**	**108.641**
Partes relacionadas	34.048	100.000	134.048
Tributos diferidos	13.271	(13.271)	-
Outros passivos não circulantes	87.308	-	87.308
Passivo não circulante	**134.627**	**86.729**	**221.356**
Capital social	320.535	(100.000)	220.535
AFAC	58.221	-	58.221
Reserva de lucros	568	-	568
Patrimônio Líquido	**379.324**	**(100.000)**	**279.324**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**622.592**	**(13.271)**	**609.321**

3. Caixa e equivalentes de caixa:	2022	2021
Caixa geral	**796**	524
Saldos bancários	**22.703**	1.591
Aplicações financeiras	**264**	-
	23.763	2.115

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação. Trata-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Bando do Brasil com liquidez diária, sendo remunerada a taxa do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários).

4. Aplicações financeiras vinculadas:	2022	2021
Aplicações financeiras	-	9.831
	-	9.831

Tratava-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Banco do Brasil, com liquidez diária, sendo remunerada a taxa de 94% do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários), mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES, onde foi realizado o resgate total em 27 de abril de 2022 após quitação total do Finem (BNDES) em 14 de abril de 2022, conforme descrito na nota explicativa nº 09.

5. Contas a receber	2022	2021
Arrecadação de pedágio	**10.576**	6.803
Receitas acessórias	**949**	6.066
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	-	(5.216)
Total	**11.525**	7.653
Circulante	**10.757**	6.889
Não Circulante	**768**	764

(i) Em 30 de junho de 2022 a Companhia realizou a baixa total dos valores R$5.216 provisionados para crédito de liquidação duvidosa após o recebimento e finalização do processo judicial junto ao cliente em atraso das receitas acessórias.

6. Partes relacionadas: A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com os termos acordados entre as partes. Os saldos de passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com outras sociedades que estão sob controle comum de seus acionistas, conforme demonstramos a seguir:

		Saldo aberto em		Compras em	
Passivo	**Nota**	**2022**	**2021 (reapresentado)**	**2022**	**2021**
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	(i)	**15.135**	33.153	**1.781**	1.951
Construtora Triunfo S.A.	(ii)	**1.709**	1.472	**1.840**	5.148
BRvias Holding TBR	(iii)	**-**	100.000	**-**	-
Centro Tec. de Infraestrutura Viária Ltda.	(iv)	**26**	26	**-**	-
		16.870	134.651	**3.621**	7.099
Circulante		**597**	603		
Não Circulante		**16.273**	134.048		

(i) O valor devido à Triunfo é composto por despesas da Companhia pagas pela controladora, bem como de créditos cedidos para liquidação de débitos tributários, conforme nota (i) item (b) da Nota explicativa 12 - IRPJ e CSLL, e que serão reembolsados pela Companhia. **(ii)** Referente à execução dos serviços de fresagem, recuperação emergencial do pavimento e outros serviços de construção. **(iii)** Redução do capital social na controlada Transbrasiliana, conforme NE explicativas nº 2.3 e 15. **(iv)** Referente a valores a pagar oriundos do contrato de prestação de serviço com o Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária Ltda, pela prestação de serviços de engenharia, por meio da avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimento e avaliação dos elementos rodoviários de sinalização e de proteção e segurança em atendimento ao estabelecimento no PER (Programa de Exploração da Rodovia).

7. Imobilizado	**Computadores e periféricos**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Veículos**	**Outros**	**Total**
Custo						
Saldo em 2021	**2.247**	**2.398**	**447**	**8.546**	**755**	**14.393**
Adições	143	321	34	1.406	166	2.070
Baixas	(51)	(14)	(1)	(929)	(83)	(1.078)
Saldo em 2022	**2.339**	**2.705**	**480**	**9.023**	**838**	**15.385**
Depreciação						
Saldo em 2021	**(1.498)**	**(1.184)**	**(308)**	**(6.781)**	**(220)**	**(9.991)**
Adições	(312)	(256)	(45)	(1.587)	(39)	(2.239)
Baixas	17	2	3	541	-	563
Saldo em 2022	**(1.793)**	**(1.438)**	**(350)**	**(7.827)**	**(259)**	**(11.667)**
Valor residual líquido						
Saldo em 2021	**749**	**1.214**	**139**	**1.765**	**535**	**4.402**
Saldo em 2022	**546**	**1.267**	**130**	**1.196**	**579**	**3.718**
Taxas medias de depreciação %	20	10	10	20	10 a 20	

i. Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada. O custo de bens adquiridos após a adoção do custo atribuído inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

ii. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada encerramento das demonstrações contábeis e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas contábeis é contabilizado prospectivamente.

8. Intangível e Ativo de Contrato (Intangível em construção)

Custo	**Recuperação da rodovia (iii)**	**Operação da rodovia/ melhoramentos (i)**	**Total do intangível**	**Intangível em andamento (ii)**	**Infraestrutura a realizar (nota explicativa 23.c)**	**Adiantamento Obras (iv)**	**Total do intangível em construção**
Saldo em 2021	**553.980**	**133.620**	**687.600**	**87.620**	**9.442**	**-**	**97.062**
Adições	**5.661**	**4.738**	**10.399**	**76.329**		**27.446**	**103.775**
Baixas	**(936)**	**(259)**	**(1.195)**	**(854)**	**-**	**-**	**(854)**
Transferências	**292**	**4**	**296**	**(296)**			**(296)**
Saldo em 2022	**558.997**	**138.103**	**697.100**	**162.799**	**9.442**	**27.446**	**199.687**
Amortização							
Saldo em 2021	**(181.239)**	**(32.531)**	**(213.770)**	**(6.341)**	**-**	**-**	**(6.341)**
Adições	**(24.419)**	**(11.330)**	**(35.749)**	**(4.615)**	**-**	**-**	**(4.615)**
Baixas	**53**	**1**	**54**	**3**	**-**	**-**	**3**
Saldo em 2022	**(205.605)**	**(43.860)**	**(249.465)**	**(10.953)**	**-**	**-**	**(10.953)**
Valor residual líquido							
Saldo em 2021	372.741	101.089	473.830	81.279	9.442	-	90.721
Saldo em 2022	**353.392**	**94.243**	**447.635**	**151.846**	**9.442**	**27.446**	**188.734**
Taxa de amortização %	**7,36**	**7,36**					

(i) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER), por exemplo, implantação dos sistemas operacionais. **(ii)** Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER). **(iii)** Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados. **(iv)** Valores referente a adiantamento para mobilização de equipamentos e montagem do canteiro de obras para execução da obra de duplicação do KM 0+000 ao KM 51+700 e KM 74+900 ao KM 99+800 e interseções existentes em nível no Km 99+900 metros e no Km 107+700 metros.

8. Intangível e Ativo de contrato (Intangível em construção): Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, dessa forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada "Custos dos serviços prestados", nas demonstrações de resultado. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização. Caso exista algum indicador de perda de valor recuperável, o teste de *impairment* é realizado na data identificada. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2023 e no plano de negócios de longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e consideram: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual; (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos; (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão; e (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. O resultado apurado no teste de *impairment* foi superior aos saldos contábeis de ativo intangível e intangível em construção, sendo assim não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos avaliados no período. Ativo de contrato (Intangível em construção): O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das Informações Trimestrais. O valor do intangível em construção em 31 de dezembro de 2022, era de R$ 154.756 de intangível em andamento e R$ 9.442 de infraestrutura a realizar (R$ 81.279 de intangível em andamento e R$ 9.442 de infraestrutura a realizar em 31 de dezembro de 2021).

9. Empréstimos e financiamentos

Tipo de operação	Taxa de juros (% a.a.)	Indexador	Vencimento	2022	2021
Finem - BNDES (i)	2,91%	TJLP	2028	-	92.574
CCB ABC (ii)	3,0%	CDI	2023	**3.406**	6.603
CCB	12,56%	-	2025	**1.602**	1.636
Total				**5.008**	100.813
Circulante				**4.163**	35.720
Não circulante				**845**	65.093

(i) Em 14 de maio de 2010, a Companhia firmou em conjunto com o BNDES contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor total de R$272.231, com exigibilidade mensal o financiamento possui as seguintes garantias: • Cessão da totalidade dos direitos creditórios no valor de R$9.705 (nota explicativa nº 4); • Cessão da indenização que venha a ser devida pelo Poder Concedente, no caso de término antecipado do contrato de concessão; • Caução da totalidade das ações emitidas pela Concessionária. Em 14 de abril de 2022 foi realizado a quitação integral do Finem (BNDES) no valor de R$86.153 com recursos provenientes da emissão de debentures, conforme descrito na nota explicativa nº 10. **(ii)** Em 28 de janeiro de 2016, a Companhia firmou em conjunto com o ABC contrato de capital de giro no valor total de R$24.998, com exigibilidade trimestral. Os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2022,

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/03/2023

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

continuação

possuem taxa média ponderada de 15,34% a.a. (8,56% a.a. em 31 de dezembro de 2021). Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	R$
2024	513
2025	318
2026	14
	845

10. Debêntures

				Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros de emissão	2022	2021
TBR	8º	275.400	25/03/2033	275.400	(26.452)	248.948	IPCA + 9,6% a.a. 279.935	-

A Companhia realizou, em 24 de março de 2022, a oitava emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Transbrasiliana, nos termos da instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante de R$275.400 (duzentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) e prazo de vencimento de 11 (onze) anos, a contar da data de emissão e carência de 01 (um) ano para amortização dos juros e 02 (dois) anos para amortização do principal. Os recursos das Debêntures foram liberados em abril de 2022 através de duas tranches. Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	R$
2024	28.544
2025	31.025
2026	31.220
2027	30.992
2028 até 2033	158.154
	279.935

11. Fornecedores:	2022	2021
Fornecedores diversos	18.933	27.855
Retenções (i)	9.149	8.423
	28.082	36.278
Circulante	26.407	35.916
Não Circulante	1.675	362

(i) A Companhia adota como procedimento realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Esses percentuais e prazos de retenção são determinados por meio dos contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

12. Provisão para manutenção: Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A manutenção da rodovia compreende o conjunto de intervenções físicas programadas que a Concessionária deverá realizar com o objetivo de recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas da concessão dentro de padrões estabelecidos, ou, ainda, prevenir que sejam alcançados níveis indesejados. De modo geral, a manutenção inicia-se após a fase de recuperação da rodovia e desenvolve-se até o final da concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Esta etapa somente se inicia após a conclusão e o aceite da ANTT das obras que compõe a fase de Recuperação da Rodovia. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários. Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A movimentação da provisão de manutenção durante o exercício é como segue:

Resumo da movimentação	2022	2021
Saldo inicial	8.772	6.326
Adições	1.526	2.446
Saldo final	**10.298**	8.772
Circulante	5.964	4.600
Não Circulante	4.334	4.172

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Período	R$
2023	5.964
2024	2.873
2025	1.461
	10.298

13. IRPJ e CSLL: IRPJ e CSLL correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. IRPJ e CSLL correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. IRPJ e CSLL diferidos: IRPJ e CSLL diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais/bases negativas não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos/bases negativas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Conforme mencionado na nota explicativa 2.3, os Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos consonância com o pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, itens 74 a 76, que estabelece as diretrizes para a compensação dos impostos diferidos. A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R$ 23.404 acumulados até 31 de dezembro de 2022. Estes valores não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. a) IRPJ e CSLL diferidos - ativo e passivo:

Ativo	2022	2021 (reapresentado)
Provisões	**5.858**	7.019
Prejuízo fiscal e base negativa	**7.957**	7.544
	13.815	14.563
Passivo		
Intangíveis - efeito temporário		
ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	**(8.447)**	(9.096)
Outros	**(8.425)**	(4.175)
	(16.872)	(13.271)
	(3.057)	1.292

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, encontra-se a seguir demonstrada:

Ano	R$
2023	4.674
2024	3.283
Total	**7.957**

b) IRPJ e CSLL - resultado: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do IRPJ e da CSLL é demonstrada como segue:

Descrição	2022	2021
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	**14.889**	30.724
Alíquota nominal	**34%**	34%
Despesas com imposto à alíquota nominal	**(5.062)**	(10.446)
Adições permanentes	**(223)**	(83)
Adições temporárias	**(248)**	(57)
	(5.533)	(10.586)
IRPJ e CSLL correntes	**(1.185)**	(6.158)
IRPJ e CSLL diferidos	**(4.348)**	(4.428)
(=) IRPJ e CSLL no resultado	**(5.533)**	(10.586)
Alíquota efetiva	**37%**	34%

14. Provisão para demandas judiciais e administrativas: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que ocorra uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Em 31 de dezembro de 2022, está provisionado o montante de R$6.082 (R$4.870 em 31 de dezembro de 2021), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.447	423	4.870
Adições	3.696	153	3.849
Pagamentos	(1.505)	(77)	(1.582)
Reversões	(904)	(151)	(1.055)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**5.734**	**348**	**6.082**

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda é possível, de acordo com a análise dos advogados externos responsáveis e da Administração da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Essas ações totalizam R$62.061 em 31 de dezembro de 2022 (R$29.017 em 31 de dezembro de 2021).

	2022		2021	
	Quantidade	R$	Quantidade	R$
Cíveis	99	57.760	118	26.823
Trabalhistas	72	4.301	59	2.194
Total	**171**	**62.061**	177	29.017

15. Patrimônio líquido: a) Capital social (reapresentado): Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era de R$220.535 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2021) totalmente integralizado, representado por 428.071.224 (mesma quantidade em dezembro de 2021) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencentes à BRVias Holding TBR S.A. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$500.000. b) Adiantamento para futuro aumento de capital: Até 31 de dezembro de 2022, o acionista controlador da Companhia realizou adiantamentos em dinheiro à Companhia a título de futuro aumento de capital no montante de R$63.421, com previsão de ser convertido em capital social no próprio exercício. c) Resultado por ação: O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis nesse período. O resultado diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias. A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Exercício findo em	Resultado do exercício	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação básico e diluído - R$ - expresso em reais
2021	20.138	428.071.224	0,04704
2022	**9.356**	**428.071.224**	**0,02186**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidores que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária. **16. Receita operacional líquida:** A seguir a composição da receita operacional líquida:

	2022	2021
Receita de pedágios	193.220	172.819
Receitas acessórias	4.469	3.830
Receita de construção - ativos da concessão	79.377	43.788
Tributos incidentes	(17.297)	(15.174)
	259.769	**205.263**

A variação da receita de construção para o trimestre findo em 30 de setembro de 2022 se teve pelo início da obra da duplicação do KM 0+000 ao KM 51+700 e KM 74+900 ao KM 99+800. Reconhecimento e mensuração: A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Receita de pedágio: As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Na avaliação da Companhia, não há impacto material na adoção do CPC 47 para esse grupo de contratos. Receita de construção: Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida a um ativo de contrato (Intangível em construção) durante o período de construção e posteriormente, quando concluído, transferido ao ativo intangível de concessão. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela concessionária. Consequentemente, de acordo com a CPC 47, a receita desses contratos é reconhecida ao longo do tempo ao invés de ser de forma pontual. É aplicado assim, um método de porcentagem de conclusão, equivalente ao "Método de insumo" apresentado no CPC 47, para mensuração e reconhecimento dos custos e receitas relacionados às obras. A mensuração e reconhecimento pelas normas atuais é equivalente ao das novas normas, portanto, a Companhia concluiu não haver ajustes relevantes a serem reconhecidos em relação às receitas de construção, com exceção do reconhecimento de um ativo de contrato durante o período de construção. Receitas acessórias: Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia. Tributos incidentes sobre Prestação de Serviços: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social – Cumulativa	3,00%
PIS - Programa de Integração Social – Cumulativa	0,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natura	3,00% a 5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

17. Gastos por natureza: A seguir a composição das despesas por natureza:

Por natureza	2022	2021
Custo operacional		
Pessoal	29.365	23.711
Amortização intangível e ativos de contrato	40.396	34.908
Serviços de terceiros	8.476	7.543
Conserv. de revestimento vegetal	426	725
Conserv. de pavimento flexível	7.751	4.534
Serviço de atendimento hospitalar	9.050	8.586
Custo de contrato concessão	7.934	6.791
Provisão para manutenção	840	1.417
Custo de construção	79.377	43.788
Material, equipamentos e veículos	16.436	10.776
Remuneração dos diretores	3.218	2.977
Serviço de consultoria jurídica	2.954	9.298
Baixa e perdas com PCLD	(5.216)	-
Depreciação do imobilizado	2.573	2.247
Outros	4.980	3.984
	208.560	**161.285**
Por função		
Custo dos serviços prestados	188.361	135.646
Despesas operacionais	24.752	26.060
Outros resultados operacionais	(4.553)	(421)
	208.560	**161.285**

18. Resultado financeiro líquido: As receitas e despesas financeiras incorridas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram:

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	**2.145**	**355**
Total receitas financeiras	**2.145**	**355**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debentures	**(30.738)**	**(8.955)**
Outras	**(7.727)**	**(4.106)**
Total despesas financeiras	**(38.465)**	**(13.061)**
Resultado financeiro líquido	**(36.320)**	**(12.706)**

19. Instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias: Ativos financeiros Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há saldo de ativos financeiros a valor justo. Recebíveis: São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, esses ativos estão basicamente representados pelo saldo de contas a receber de clientes. Passivos financeiros Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros designados ao seu valor justo em seu reconhecimento inicial (*fair value option*): O IAS 39 permite que uma entidade designe um passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, quando: • A aplicação do *fair value option* reduz ou elimina um descasamento contábil que ocorreria caso a mensuração dos ativos e passivos financeiros fosse realizado em separado com bases diferentes; • Um grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido conjuntamente e seu desempenho é medido com base nos valores justos, de acordo com as políticas e estratégias de gestão de riscos e investimentos. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há saldos desta categoria reconhecidos na Companhia. Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, são representados pelos saldos demonstrados na rubrica de empréstimos e financiamentos. a) Classificação contábil e valores justos: Os valores justos dos ativos e passivos financeiros equivalem aos seus respectivos valores contábeis em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. b) Mensuração do valor justo: Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, e seus correspondentes valores de mercado. Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2022. c) Gerenciamento dos riscos financeiros: A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco de crédito. *Estrutura do gerenciamento de risco:* O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. *Risco de liquidez:* A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Cronograma de amortização da dívida A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Empréstimos e financiamentos	1.112	3.300	845	**5.258**
Debentures	-	-	279.935	**279.935**
Fornecedores e outras contas a pagar	7.891	23.672	8.227	**39.789**
Total	**9.003**	**26.972**	**289.007**	**324.982**

i) *Risco de mercado:* O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2022 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente, não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia também não tem ações negociadas em mercado. Risco de taxa de juros Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). *Risco de preço e valor de mercado:* A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro. iii) *Risco de crédito:* O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito. d) Análise de sensibilidade: Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, principal exposição de risco de mercado da Companhia. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essa variável são apresentadas a seguir: • Seleção dos riscos A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros CDI e TJLP. • Seleção dos cenários A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Como cenário provável (Cenário I), adotamos a taxa de juros CDI e TJLP de acordo com as informações obtidas na CETIP e BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em 31 de dezembro de 2022. Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI e TJLP, foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III). • Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa do CDI e TJLP é apresentada a seguir: Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas.

				Cenários				
				Provável (I)		Aumento do índice em 25% (II)		Aumento do índice em 50% (III)
Instrumentos	Exposição 2022	Risco	Taxa de juros efetiva	%	Valor	%	Valor	% Valor
Emprést. e financiamentos	**3.406**	Aumento CDI	13,65	13,65	465	17,06	581	20,48 698
Debentures	**279.935**	Aumento IPCA	5,64	5,64	15.788	7,05	19.735	8,46 23.683

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, pois entende que o risco atrelado a essas aplicações não são materiais nas informações financeiras em 31 de dezembro de 2022. e) Gestão do capital social: O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações. **20. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2022, estavam contratados os seguros demonstrados a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura - R$
Responsabilidade civil	Outubro/2021 a outubro/2024	15.000
Engenharia	Maio/2021 a outubro/2025	201.838
Operacionais	Maio/2022 a maio/2023	63.519
Garantia	Março/2022 a março/2023	79.975

Em virtude da aquisição de veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

21. Benefícios a empregados: Em 6 de janeiro de 2012, a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado

continuação

continuação

Triunfo Prev., cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas. A Transbrasiliana aderiu ao Plano de Previdência em julho de 2016, sendo que as contribuições da Companhia e dos funcionários no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 totalizaram R$ 372 e R$ 251, respectivamente.

22. Remuneração dos diretores: A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores:

Descrição	2022	2021
Pró-labore	1.895	1.383
Encargos sociais	572	451
Benefícios diretos e indiretos	453	298
Participação nos resultados	1.071	845
Total	**3.991**	2.977

23. Aspectos ambientais: A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

24. Risco regulatório: A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da Rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota. Importante ressaltar, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros conforme apresentado na nota explicativa nº 19.

25. Compromissos vinculados a contratos de concessão: a) Decorrente da verba de fiscalização: Refere-se à verba de fiscalização recolhida à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ao longo de todo o prazo da concessão, com o objetivo de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. O valor do pagamento anual é de R$4.200, dividido em 12 parcelas iguais e mensais e o valor é corrigido com base no mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio. Esses compromissos, com base nas estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2022, estão assim distribuídos:

Ano	Valor
2023	4.200
2024	4.200
2025 até 2032	33.598
	41.998

Não existem verbas variáveis adicionais a serem pagas à ANTT.

b) Investimentos - PER (Programa de Exploração da Rodovia): De acordo com o Programa Nacional de Concessão de Rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão, sendo que a previsão, em 31 de dezembro de 2022, os investimentos a serem realizados até o prazo final da concessão totaliza R$403.936, demonstrados conforme abertura abaixo:

Ano	Valor
2023	125.572
2024	34.647
2025	28.853
2026	19.073
2027	20.383
2028 até 2033	175.408
	403.936

c) Termo de Acordo de Conduta (TAC): A Companhia firmou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a ANTT, nos termos em que prevê a Resolução ANTT nº 4.071/2013, visando medidas de compensação de penalidades verificadas no âmbito de Processos Administrativos Simplificados (PAS) no valor de R$ 31.597 em obras ou serviços voltados à melhoria da rodovia. Do montante total de investimento em obras previstas no TAC, a Companhia realizou a compensação tarifária no valor de R$ 6.159 na 9ª Revisão Ordinária ocorrida em 18 de dezembro de 2016. Conforme Ofício nº 394/2017/GEINV/SUINF/ANTT da ANTT, concluiu-se que na 10ª Revisão Ordinária realizada em 23/12/2017, o valor de R$15.247 foi aplicado para compensação tarifária. Finalmente, resta a obrigação da Companhia pela execução da obra do dispositivo da Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) no Km 339, estimado em R$ 12.527 pela Concessionária. O cronograma da referida obra está em consonância com reprogramações aprovadas pela Agência Nacional dos Transportes Terrestres – ANTT, de modo que se encontra adimplente com o referido Termo. Cumpre informar que a obra do TAC que se refere a Melhoria de Acesso localizada no km 150+900 metros na BR-153/SP foi concluída em 07 de dezembro de 2018, conforme carta TBR 1140/2018 protocolada sob nº 50515.081696/2018-72 na data de 18 de dezembro de 2018. Adicionalmente e, consoante às reprogramações realizadas, informamos que através do Ofício SEI nº 35647/2022/SUROD/DIR-ANTT a ANTT deferiu a reprogramação do dispositivo da Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) para que conste como início de obra em Outubro/2022 e término de obra em Julho/2024, sem prejuízo de novos pedidos de reprogramação, objetivando a reprogramação das obras do Km 339 (o mais recente pedido foi apresentado dia 09/01/2023) para início em janeiro/2023 e término em outubro/2024, bem como de eventuais novos outros pedidos subsequentes que se fizerem necessários.

26. Eventos Subsequentes: Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária. Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227. Tema 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297. Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado. Tema 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227. Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração em conjunto com os seus assessores jurídicos internos e externos, avaliou os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que, dentre os processos tributários conduzidos pela Empresa, ativos e encerrados, nenhum deles foi afetado pelo recente julgamento dos Temas de Repercussão Geral n. 881 e 885 pelo STF. Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Diretoria

Marcos Paulo Fernandes Pereira
Diretor Presidente e RI

José Garcia Neto
Diretor Administrativo-Financeiro

Daniel Ramos Victorino
Diretor de Engenharia e Operações

Conselho da Administração

Carlo Alberto Bottarelli
João Villar Garcia
Roberto Solheid da Costa de Carvalho

Contador

Sandro Henrique Boni
CRC 1SP 224.261/O-1

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A.,** Lins - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Transbrasiliana – Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes NE explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Transbrasiliana – Concessionária de Rodovia S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Reapresentação dos valores correspondentes:** Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 2.3 as demonstrações contábeis, que informa que os valores correspondentes referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, apresentado para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados pelas razões mencionadas na referida Nota, conforme determinado pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro. Em 23 de março de 2022, emitimos relatório de auditoria, sem modificação, sobre o conjunto completo das demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2021. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Incorporação de efeitos da ação de revisão contratual nos estudos efetuados pela Companhia para avaliação da recuperabilidade de seu ativo intangível:** A Companhia mantém processo de revisão ordinária contratual junto a ANTT buscando, através de pleito de recomposição tarifária, o reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão. Baseada em Ofício emitido pela ANTT, que indica a estimativa de adoção da nova tarifa básica a partir de maio de 2023, a Companhia utilizou como premissa a tarifa ajustada em seus estudos e projeções a partir dessa data. O cálculo de estimativas requer julgamento relevante por parte da Administração e modificações em relação às premissas utilizadas poderia gerar efeitos significativo sobre os estudos de recuperabilidade do ativo intangível. Assim, em função de sua relevância, consideramos esse tema como Principal Assunto de Auditoria - PAA no exercício de 2022. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Inspeção de todos os documentos que envolvem e suportam a solicitação de revisão contratual; • Análise do Ofício ANTT emitido em 10 de fevereiro de 2023; • Entendimento dos argumentos apresentados pela administração em relação às premissas significativas consideradas no teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis pelo valor em uso. • Avaliação, da metodologia de teste de recuperabilidade utilizada pela Administração de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1) / IAS 36; • Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade do ativo intangível; • Verificação de informações setoriais e as principais premissas adotadas pela Administração; • Avaliação sobre as divulgações realizadas em NE explicativas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração nos estudos de recuperabilidade de seu ativo intangível de concessão de rodovias atendem aos requisitos descritos no CPC 01 (R1) / IAS 36, bem como se as respectivas divulgações da NE Explicativas nos 01 e 08 estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato a governança da Companhia e ao seu correspondente órgão regulador. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2023.

BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1
Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador CRC 1 SP 166001/O-1

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br

RCB Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 08.823.301/0001-27

Relatório de Administração

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da RCB Investimentos S.A, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2022, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou lucro de R$62.758.188, Patrimônio Líquido de R$ 60.364.197 e Ativos Totais de R$ 85.041.933. A Companhia realizou a antecipação de dividendos em agosto de 2022, com base no balanço semestral, no montante de R$ 25.000.000, conforme deliberado em Ata de Reunião do Conselho datada de 09 de agosto de 2022. Em 26 de Janeiro de 2022, o conselho de administração aprovou a distribuição de dividendos no valor de R$ 35.674.105. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 14 de março de 2023.

A Diretoria

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Reais)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	2022 Consolidado	2022 Controladora	2021 Consolidado	2021 Controladora
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	9	62.755.839	3.879.648	68.469.222	8.345.381
Contas a receber de clientes	10	214.150	–	3.152.750	–
Pagamentos antecipados	11	27.362	29	64.437	33.996
Impostos a recuperar	12	317.895	316.120	2.539.220	256.567
Outros créditos	13	8.114.898	375.550	332.447	137.576
Dividendos a receber		–	34.000.000	–	36.534.940
		71.430.144	**38.571.347**	**74.558.076**	**45.308.460**
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Outros créditos – LP	13	130.101	130.101	130.101	130.101
Depósitos judiciais	14	142.974	–	30.058	–
Permanente					
Investimentos em controladas	16	–	14.112.998	–	6.715.738
Imobilizado	17	3.983.857	1.101.968	4.465.491	1.293.657
Intangível	18	9.354.857	8.835.528	9.648.534	8.835.528
		13.611.789	**24.180.595**	**14.274.184**	**16.975.024**
Total do ativo		**85.041.933**	**62.751.942**	**88.832.260**	**62.283.484**

Passivo	Nota	2022 Consolidado	2022 Controladora	2021 Consolidado	2021 Controladora
Circulante					
Prestadores de serviços (Fornecedores)	19	260.134	64.205	434.781	59.700
Obrigações trabalhistas	20	8.300.217	1.117.012	11.469.657	2.162.239
Obrigações fiscais e tributárias	21	12.136.285	27.880	7.916.817	13.517
Outros débitos	22	390.000	525	6.094.510	9.295
Outras provisões	23	238.762	31.421	276.799	80.402
Arrendamento a pagar	24.a	1.056.944	245.572	861.067	166.442
		22.382.342	**1.486.615**	**27.053.631**	**2.491.595**
Não Circulante					
Arrendamento a pagar	24.b	2.295.360	901.130	3.098.822	1.112.100
		2.295.360	**901.130**	**3.098.822**	**1.112.100**
Patrimônio líquido					
Capital Social	25.a	13.747.072	13.747.072	13.699.162	13.699.162
Reserva de Capital	25.b	266.859	266.859	329.056	329.056
Reserva Legal	25.c	2.749.414	2.749.414	2.739.831	2.739.831
Reserva de retenção de lucros	25.d	6.046.081	6.046.081	16.209.318	16.209.318
Opção de Ações	25.e	1.880.665	1.880.665	702.422	702.422
Dividendos Propostos		35.674.106	35.674.106	25.000.000	25.000.000
		60.364.197	**60.364.197**	**58.679.789**	**58.679.789**
Acionistas não controladores					
Participação de não controladores		34	–	18	–
Total do passivo e patrimônio líquido		**85.041.933**	**62.751.942**	**88.832.260**	**62.283.484**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

	Nota	2022 Consolidado	2022 Controladora	2021 Consolidado	2021 Controladora
(+) Receita operacional líquida					
Receita Bruta	26	122.811.756	419.348	116.446.363	392.645
Deduções	26	(10.675.269)	(38.790)	(10.057.060)	(36.320)
(=) Lucro bruto		**112.136.487**	**380.558**	**106.389.303**	**356.325**
Despesas com pessoal	27	(24.467.383)	(3.469.434)	(23.894.411)	(4.649.544)
Despesas cobrança	28	(1.110.992)	(295.079)	(1.054.710)	(399.166)
Despesas administrativas	29	(4.262.751)	(724.358)	(3.076.689)	(594.243)
Demais despesas	30	(2.184.771)	34.237	(1.840.918)	29.708
(=) Lucro (prejuízo) operacional		**80.110.590**	**(4.074.077)**	**76.522.574**	**(5.256.921)**
(+/-) Resultado financeiro líquido	31	4.498.212	435.022	1.519.248	225.090
Outras receitas	32	926.504	–	926.504	–
Equivalência patrimonial	16	–	66.397.243	–	70.336.497
(=) Resultado antes IRPJ/CSLL		**85.535.306**	**62.758.188**	**78.968.326**	**65.304.666**
(+/-) Imposto sobre Lucro IRPJ e CSLL – correntes	33	(22.822.553)	–	(13.638.935)	–
IRPJ e CSLL – diferidos	33	45.469	–	(24.721)	–
(=) Lucro do exercício antes da participação de não controladores		**62.758.222**	**62.758.188**	**65.304.670**	**65.304.666**
(+/-) Participação de não controladores		(34)	–	(4)	–
(=) Lucro dos exercícios		**62.758.188**	**62.758.188**	**65.304.666**	**65.304.666**
Lucro por ação em R$		23,97	23,97	24,94	24,94
Patrimônio líquido por ação em R$		23,06	23,06	12,86	12,86

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Opção de Ações	Reserva de retenção de lucros	Dividendos Propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido controladora	Acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Em 31 de dezembro de 2020	**13.699.162**	**329.056**	**4.529.190**	**462.185**	**4.015.293**	**–**	**–**	**23.034.886**	**10**	**23.034.896**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–		65.304.666	65.304.666	–	65.304.666
Reserva Legal	–	–	(1.789.359)	–	1.789.359	–	–	–	–	–
Opção de Ações	–	–	–	240.237	–	–	–	240.237	–	240.237
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	8	8
Dividendos	–	–	–	–	(29.900.000)	–	–	(29.900.000)	–	(29.900.000)
Dividendos Propostos					(25.000.000)			(25.000.000)		(25.000.000)
Constituição de Reserva de Lucros	–	–	–	–	65.304.666	25.000.000	(65.304.666)	25.000.000	–	25.000.000
Em 31 de dezembro de 2021	**13.699.162**	**329.056**	**2.739.831**	**702.422**	**16.209.318**	**25.000.000**	**–**	**58.679.789**	**18**	**58.679.807**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	62.758.188	62.758.188	–	62.758.188
Reserva Legal			9.583		(9.583)			–		–
Opção de Ações	–	266.859	–	1.178.243	–	–	–	1.445.102	–	1.445.102
Exercício – Opções de Ações	47.910	(329.056)			(12.237.737)			(12.518.883)		(12.518.883)
Participação de não controladores	–	–	–	–	–	–	–	–	16	16
Dividendos	–	–	–	–	(25.000.000)	(25.000.000)	–	(50.000.000)	–	(50.000.000)
Dividendos Propostos	–	–	–	–	(35.674.105)	35.674.105	–	–		–
Constituição de Reserva de Lucros	–	–	–	–	62.758.188	–	(62.758.188)	–	–	–
Em 31 de dezembro de 2022	**13.747.072**	**266.859**	**2.749.414**	**1.880.665**	**6.046.081**	**35.674.106**	**–**	**60.364.197**	**34**	**60.364.231**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

	2022 Consolidado	2022 Controladora	2021 Consolidado	2021 Controladora
Lucro do exercício antes da participação de não controladores	**62.758.222**	**62.758.188**	**65.304.670**	**65.304.666**
Resultado abrangente total do exercício	**62.758.222**	**62.758.188**	**65.304.670**	**65.304.666**
Atribuível aos				
Acionistas controladores	62.758.188	62.758.188	65.304.666	65.304.666
Acionistas não controladores	34	–	4	–
Resultado abrangente total	**62.758.222**	**62.758.188**	**65.304.670**	**65.304.666**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

	2022 Consolidado	2022 Controladora	2021 Consolidado	2021 Controladora
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado dos exercícios	**62.758.188**	**62.758.188**	**65.304.666**	**65.304.666**
Ajustes ao Lucro Líquido				
Depreciação e amortização	1.071.233	(134.706)	1.555.001	456.465
Provisão PLR	(414.872)	(1.045.513)	1.503.956	279.816
Provisão auditoria	(157.075)	(49.711)	157.075	49.711
Provisão de despesas operacionais	(4.047)	(5.900)	(6.229)	(745)
Provisão Perdas Judiciais	136.531	13.776	65.357	(4.612)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(45.469)	–	24.721	–
Resultado de equivalência patrimonial	–	(66.397.260)	–	(70.336.497)
Participação de não controladores	16	–	8	–
Lucro Líquido Ajustado	**63.344.504**	**(4.861.127)**	**68.604.555**	**(4.251.196)**
(Aumento)/redução de ativos operacionais				
(Aumento)/redução em contas a receber de clientes	2.938.600	–	(3.040.591)	–
(Aumento)/redução em pagamentos antecipados	37.075	33.967	(32.821)	(33.559)
(Aumento)/redução em impostos a recuperar	2.221.325	(59.553)	(2.223.314)	51.057
(Aumento)/redução em outros créditos	(7.648.844)	(237.974)	255.257	98.223
(Aumento)/redução em depósitos judiciais	(112.916)	–	(25.376)	4.682
Aumento/(redução) de passivos operacionais				
Aumento/(redução) em prestadores de serviços (fornecedores)	(174.646)	4.506	(46.481)	(24.280)
Aumento/(redução) em obrigações trabalhistas	(2.754.569)	282	11.466	–
Aumento/(redução) em obrigações fiscais e tributárias	10.048.962	14.363	13.667.224	3
Pagamento de impostos sobre o lucro	(5.784.027)	–	(10.786.558)	–
Aumento/(redução) em outros débitos	(5.851.562)	(15.914)	4.198.842	6.235
Arrendamento a pagar	754.831	232.071	1.634.949	1.338.542
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	**57.018.732**	**(4.889.379)**	**72.217.153**	**(2.810.292)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	–	61.534.940	–	65.983.819
Aquisições de ativos imobilizados	(435.759)	(7.032)	(657.784)	(7.812)
Aquisição/(Alienação) de ativos intangíveis	65.250	–	(404.906)	–
Aquisição/(Alienação) de Imoveis de Arrendamento	74.589	333.429	(1.715.578)	(1.715.578)
Opção de Ações	(11.073.781)	(11.073.781)	240.237	240.237
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de investimento	**(11.369.701)**	**50.787.557**	**(2.538.031)**	**64.500.666**
Fluxo de Caixa das atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(50.000.000)	(50.000.000)	(54.900.000)	(54.900.000)
Pagamento de Passivos de Arrendamentos	(1.362.414)	(363.910)	(986.504)	(60.000)
Disponibilidades líquidas aplicadas pelas atividades de financiamento	**(51.362.414)**	**(50.363.910)**	**(55.886.504)**	**(54.960.000)**
Aumento das disponibilidades	**(5.713.383)**	**(4.465.733)**	**13.792.616**	**6.730.373**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º janeiro	68.469.222	8.345.381	54.676.606	1.615.008
Caixa e equivalentes de caixa em 31 dezembro	62.755.839	3.879.648	68.469.222	8.345.381
	(5.713.383)	**(4.465.733)**	**13.792.616**	**6.730.373**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Valores em Reais)*

1. Contexto operacional – A RCB Investimentos S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Praça General Gentil Falcão, nº108, 13º andar, conjunto 132, foi constituída em 28 de março de 2007 tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou cotista; investir em portfólios de empréstimos realizáveis ou não realizáveis e contas a receber. A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto. As demonstrações financeiras do exercício de 2022 da RCB Investimentos S.A. foram aprovadas pelo Conselho na Reunião de Conselho Administrativo no dia 26 de janeiro de 2023. **2. Relação de entidades controladas –** ***a) Itapeva Recuperação de Créditos Ltda.*** A Itapeva Recuperação de Créditos Ltda. ("Itapeva"), constituída em 04 de outubro de 2007, tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, conjunto 132, Brooklin Novo, CEP 04571-150 e tem por objeto social a prestação de serviços de *call center, telemarketing*, telecobrança e de teleatendimento em geral; o gerenciamento e a cobrança de portfólios de empréstimos e/ou direitos creditórios inadimplidos realizáveis ou não-realizáveis e contas a receber, que sejam de titularidade da Sociedade ou de terceiros; e a participação, na qualidade de acionista, quotista, associada ou mantenedora em outras sociedades. ***b) RCB Portfolios Ltda.*** A RCB Portfólios Ltda. ("Portfolios"), constituída em 04 de janeiro de 2016, tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, nº 108, 13º andar, conjunto 132, CEP 04571- 150, e tem por objeto social o gerenciamento de recursos financeiros provenientes dos investimentos em valores mobiliários e outros ativos financeiros realizados pela RCB Portfólios; prestação de serviços de consultoria e assessoria, a pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, na área de finanças e planejamento de negócios, para identificação, análise e avaliação de oportunidades de investimento em direitos creditórios relacionados a empréstimos ao consumidor ou comerciais ou, ainda, outros tipos de crédito de recuperação duvidosa, excluídas todas as atividades que dependam de autorização de órgãos de classe e/ou governamentais; a administração de carteira de valores mobiliários e a gestão profissional de recursos ou valores mobiliários, sujeito ao correspondente registro junto à Comissão de Valores Mobiliários e; a participação em outras Empresas cujo objeto seja relacionado ao objeto social da Empresa. **3. Base de preparação – Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC – Comitê de pronunciamentos contábeis). **4. Moeda Funcional e moeda de apresentação –** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, a qual é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos –** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou e estimativas que afetam a aplicação das politicas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: — Nota explicativa 26 – reconhecimento de receita: se a receita ao recebimento da prestação se serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo; — Nota explicativa 16 – equivalência patrimonial em investidas: determinação se a Companhia tem influência significativa sobre uma investida; — Nota explicativa 24 – prazo do arrendamento: se Companhia e suas controladas têm razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação. — Nota explicativa 35 – contingências: método utilizado pela Companhia e suas controladas para determinar a provisão de contigências judiciais. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas**: Nota explicativa 15 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; — Nota explicativa 7 – teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; **6. Base de mensuração –** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável. **7. Principais politicas contábeis –** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Base de consolidação:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ("Companhia e suas controladas") a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **b. Beneficios a empregados: Acordo de pagamentos baseados em ações (Opção de Ações)** A companhia aprovou o plano de opção de compras de ações em 13 de outubro de 2020. Os beneficiários são diretores não estatutários, superintendentes executivos e gerentes das empresas. O contrato de opção de compra de ações será formalizado mediante ao pagamento do prêmio pelo beneficiário em razão de outorga das opções de compra de ações. O valor justo na data de concessão das Opção de Ações foi mensurado pela aplicação do modelo de precificação "Black-Scholes-Merton". O preço do exercício de cada opção de compra de ações, será determinado com base no "Enterprise value", considerando EBITDA anual médio da Companhia dos dois últimos exercícios fechado anteriores à data de assinatura do contrato. As variações entre os períodos serão corrigidas pelo indexador – IPCA. O beneficiário que desejar exercer sua opção de compra, deve manifestar interesse mediante a entrega de notificação de exercício a Diretoria Estatutária, por escrito, no prazo mínimo de 45 dias antes do prazo de vencimento da opção de compra. A opção poderá ser exercida somente após o decurso do prazo (vencimento) mínimo de três anos contados da data de outorga prevista no contrato. O reconhecimento do Plano de Opção de compras de ações está de acordo com CPC 10. **c. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicaçãoes financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivo. **d. Imposto de renda e contribuição:** O Imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma Companhia sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **e. Imobilizado:** ***Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. ***Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados na medida em que for provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. ***Depreciação:*** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente e no valor depreciável, que seria o custo de aquisição subtraído de seu valor residual. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativos são as seguintes: Máquinas e Equipamentos: 5 – 10 anos**;** Instalações: 10 anos; Equipamentos de Informática: 5 anos; Móveis e Utensílios: 10 anos; Benfeitoria em propriedade de terceiros (*): 3 – 10 anos; Aparelhos de comunicação: 10 anos. (*) Vida útil calculada com base no vencimento do contrato de locação. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro. **f. Ativos intangíveis e Ágio:** O ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) é um ativo que representa benefícios econômicos futuros resultantes dos ativos adquiridos em combinação de negócios. O ágio é mantido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Para mensurar estas perdas é necessária uma avaliação de expectativa de rentabilidade futura periodicamente por uma instituição independente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificados *impairment* no valor do ágio, desta forma, nenhuma provisão foi realizada. Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável **g. Instrumentos financeiros – Ativos e Passivos financeiros:** Os instrumentos financeiros básicos e, em específico, as aplicações financeiras realizadas pela Companhia são classificadas pelo método do custo amortizado, conforme CPC 48. A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia e suas contoladas se tornam uma das partes das disposições

continua …

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/03/2023

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

RCB Investimentos S.A.

contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando as mesmas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros:** ***Caixa e equivalentes de caixa:*** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados nas obrigações de curto prazo. ***Aplicações em cotas de fundos de investimento:*** As aplicações financeiras são contabilizadas com base nos extratos de movimentação de aplicações financeiras enviados mensalmente pelas instituições financeiras e os seus resultados são reconhecidos pelo regime de competência **Passivos financeiros:** A Companhia e suas controladas reconhecem seus passivos emitidos inicialmente na data em que são originados pelo respectivo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos calculados com base "*pro rata die*" e das variações monetárias e cambiais, se houver, auferidas até a data do balanço e ajustados, quando aplicável, pelo valor presente. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas contoladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou quitadas. ***h. Capital social: Ações ordinárias:*** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opção de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. ***i. Reservas: Reserva Legal:*** A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido de cada exercício, até 20% do capital social realizado. Nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social. ***Reserva de Retenção de Lucros:*** A Reserva de Retenção de Lucros é constituída pelo montante que excede a distribuição de dividendos e opção de ações. Se a reserva legal somada à reserva de capital atingir 30% do capital social, a Companhia não é obrigada a fazer a reserva legal. **j. Redução ao valor recuperável (*impairment*) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e a expectativa atualizada de realização dos fluxos de caixa futuro do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de reserva contra recebíveis. ***Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que são os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve a indicação de perda no valor recuperável sobre os ativos financeiros e não financeiros. **k. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões de perdas judiciais registradas são revisadas trimestralmente e o conjunto de ações recebe um valor potencial de perda, que é estimado através de análises históricas e modelos internos. **l. Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, em que é reconhecido um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear. **m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os critérios utilizados pela administração para mensuração e divulgação dos ativos e passivos contingentes são: **Ativos contingentes –** Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Contingências passivas –** São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando da existência de uma obrigação presente como resultado de um evento passado e com base na opinião de assessores jurídicos e da administração for considerado provável uma saída de recurso que incorporam os benefícios econômicos para liquidar esta obrigação, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para contingências trabalhistas, as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida em primeira instância em vara trabalhista. **Obrigações legais – Fiscais e previdenciárias –** Referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qu/alquer desembolso na liquidação. **n. Dividendos:** De acordo com o Acordo de Acionista celebrado em 20 de dezembro de 2018, a Companhia distribuirá como dividendos obrigatórios, em cada exercício social, no mínimo 33% (trinta e três por cento) do lucro do exercício ajustado nos termos do Artigo 202 das Leis das Sociedades por ações. Os lucros serão distribuídos semestralmente. **o. Receitas de prestação de serviço:** Conforme o CPC 47, a Companhia e suas controladas mensuram as receitas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. Companhia e suas controladas reconhece a receita quando transfere o controle sobre serviço ao cliente. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de Serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Master Servicing	A Portfólios presta serviço de gestora de fundos de investimentos e gestora de carteiras de crédito. O trabalho inicia no momento em que a empresa traça estratégias de cobrança para que o cliente obtenha maiores resultados. Não há uma duração fixa das carteiras de créditos. As notas são emitidas mensalmente	A receita é reconhecida ao longo do tempo com base na recuperação líquida das operações.
Performance Fee	Os clientes que adquirem as carteiras créditos dos fundos podem aderir a performance fee para que a Portfólios acompanhe o retorno de cada carteira e tome as devidas decisões estratégicas que maximizem o retorno do ativo.	A receita é reconhecida após o retorno das carteiras ultrapassarem o investimento conforme tabela alinhada com o cliente.
Cobrança	A Companhia e suas controladas fornecem serviços de cobrança. Notas são emitidas conforme a prestação dos serviços, podendo ser mensurada por um % da recuperação ou por um valor fixo por negociador alocado.	A Receita e reconhecida após a realização dos serviços.
Gestão de contencioso passivo	A Itapeva fornece o serviço de gestão de cobrança dos clientes.	A Receita é reconhecida após a realização dos serviços.

8. Receitas de Recuperação de Crédito – Conforme o CPC 47, a Companhia e suas controladas mensuram as receitas de recuperação de créditos conforme o pagamento identificado de todos os devedores.

9. Caixa e equivalentes de caixa

	2022		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Caixa	3.512	–	7.597	–
Bancos	381.382	11	6.106.474	4.878
Aplicações financeiras (a)	62.370.945	3.879.637	62.355.152	8.340.503
	62.755.839	**3.879.648**	**68.469.222**	**8.345.381**

(a) As aplicações financeiras referem-se a quotas dos fundos de renda fixa, Aplicação Auto Mais, Invest Fácil e Conta Max, conforme abaixo demonstrados. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração já apropriada.

Consolidado Fundo	Saldo R$ em 31/12/2022	Saldo R$ em 31/12/2021
Itaú Soberano Renda Fixa Simples FCFI	48.404.550	57.247.132
Banco Votorantim FI Soberano RF Referenciado DI	2.986.941	2.699.374
Aplicação Auto Mais Itaú	1.982	2.047
Invest Fácil Bradesco	4.029	45.803
Santander Conta Max Empresarial	14.184	1.519
Bradesco Fic RF DI Federal Extra	10.847.132	2.347.277
Outros	112.127	12.000
Totais	**62.370.945**	**62.355.152**

Controladora Fundo	Saldo R$ em 31/12/2022	Saldo R$ em 31/12/2021
Itaú Soberano Renda Fixa Simples FCFI	2.737.624	8.177.658
Aplicação Auto Mais Itaú	992	1.033
Santander Conta Max Empresarial	14.184	1.519
Invest Fácil Bradesco	599	41.660
Bradesco Fic RF DI Federal Extra	1.126.238	118.633
Totais	**3.879.637**	**8.340.503**

10. Contas a receber de clientes

	2022		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Serviços de cobrança (a)	214.150	–	3.152.750	–
	214.150	**–**	**3.152.750**	**–**

(a) Os valores a receber referem-se à prestação de serviços de cobrança.

11. Pagamentos antecipados

	2022		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Adiantamentos de férias	26.594	–	25.747	–
Adiantamento de fornecedores	768	29	38.690	33.996
	27.362	**29**	**64.437**	**33.996**

12. Impostos a recuperar	2022		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Antecipação IRPJ e CSLL	176.332	176.332	2.480.980	199.647
IR retitdo de Aplicações Financeiras (a)	114.831	114.831	33.758	33.759
Outros	26.732	24.957	24.482	23.161
	317.895	**316.120**	**2.539.220**	**256.567**

(a) Refere-se substancialmente a créditos de imposto de renda retido na fonte, referente aos resgates de aplicações financeiras, a serem compensados pela Companhia, no decorrer de suas atividades.

13. Outros créditos	2022		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Outros créditos (a)	8.114.897	234.179	332.448	47.932
Créditos entre Companhias	–	141.371	–	89.644
Outros créditos a longo prazo (b)	130.101	130.101	130.100	130.101
	8.244.998	**505.651**	**462.548**	**267.677**

(a) Refere-se substancialmente a despesas operacionais de partes relacionadas e/ou fundos geridos pelas controladas, pagos inicialmente pelas respectivas Companhia e suas controladas e posteriormente reembolsadas pelas respectivas contra partes. (b) Refere-se a valores em depósito caução realizado pela Companhia a locatórios.

14. Deposito judicial	2022		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Deposito judicial	142.974	–	30.058	–
	142.974	**–**	**30.058**	**–**

15. Imposto de renda e contribuição social diferidos – Movimentação do controle de Crédito Tributário (não ativado) A Controladora realizou a reversão dos saldos diferidos em 2016 por não haver expectativa de lucro tributável. Conforme o CPC 32, os valores advindos de prejuízos fiscais poderão ser reconhecidos contabilmente, a partir do momento que se tenha previsibilidade de lucros tributáveis. O valor que não está mensurado ("off balance"), mas que poderá ser remensurado na Controladora nos próximos exercícios diante das exigências estabelecidas pelo CPC 32 é de R$ 9.229.436 (R$ 7.678.595 em 2021), conforme a tabela abaixo:

	Consolidado	Controladora
Saldo do imposto diferido em 2020	**6.109.042**	**6.109.042**
Constituição de Crédito Tributário	1.569.553	1.569.553
Saldo do imposto diferido em 2021	**7.678.595**	**7.678.595**
Constituição de Crédito Tributário	1.550.840	1.550.840
Saldo do imposto diferido em 2022	**9.229.435**	**9.229.435**

16. Investimentos em controladas – Referem-se a investimentos em controladas diretas cujas principais informações podem ser assim demonstradas:

Descrição	Itapeva Recuperação de Créditos	RCB Portfólios
Quantidade de ações detidas	989.999	3.981.463
% de participação	99,99%	99,99%
Capital Social	990.000	3.981.464
Resultado do Exercício	32.737.749	33.659.528
Patrimônio líquido (31/12/2022)	9.315.748	4.797.284
Participação atribuível a RCB Investimentos S.A.	**9.315.739**	**4.797.283**

A movimentação dos investimentos está assim apresentada:

	Itapeva Recuperação de Crédito	Rcb Portfólios	Total
Em 31 de Dezembro 2020	**2.417.544**	**36.480.457**	**38.898.001**
Equivalência Patrimonial	6.604.337	63.732.159	70.336.496
Dividendos Distribuidos no ano	(83.819)	(65.900.000)	(65.983.819)
Dividendos Provisionados a serem pagos	(7.360.070)	(29.174.870)	(36.534.940)
Em 31 de Dezembro 2021	**1.577.992**	**5.137.746**	**6.715.738**
Equivalência Patrimonial	32.737.716	33.659.520	66.397.235
Dividendos Distribuidos no ano	(5.000.000)	(20.000.000)	(25.000.000)
Dividendos Provisionados a serem pagos	(20.000.000)	(14.000.000)	(34.000.000)
Não controladores	21	4	25
Em 31 de Dezembro 2022 (a)	**9.315.729**	**4.797.270**	**14.112.998**

(a) A diferença entre o valor atribuível a RCB Investimentos e o valor da participação contabilizado se deve ao fato de a distribuição de dividendos das investidas ser desproporcional, dado que 100% dos dividendos aprovados são distribuídos exclusivamente para Controladora (RCB Investimentos). Essa diferença será regularizada em 2023, já que a RCB Investimentos passa a ser sócia marjoritária, conforme mencionado na nota de Eventos Subsequentes.

17. Imobilizado –

a. Composição do imobilizado – Consolidado

		2022					2021
	Taxa anual	Custo	Adições	Baixa	Depreciação	Valor liquido	Valor liquido
Benfeitorias	4%	1.156.191	4.410	–	(779.593)	381.008	454.551
Computadores e periféricos	20%	868.293	425.764	–	(708.053)	586.004	300.282
Equipamentos telefônicos	10%	118.683	–	–	(115.800)	2.883	4.323
Instalações e reformas	10%	21.402	–	–	(21.402)	–	–
Máquinas e equipamentos	10%	7.739	5.585	–	(7.493)	5.831	1.050
Móveis e utensílios	10%	339.908	–	–	(313.225)	26.683	33.380
Arrendamento	5%	5.236.374	258.840	(333.429)	(2.180.336)	2.981.449	3.671.905
Total		**7.748.590**	**694.599**	**(333.429)**	**(4.125.902)**	**3.983.858**	**4.465.491**

b. Composição do imobilizado – Controladora

		2022					2021
	Taxa anual	Custo	Adições	Baixa	Depreciação	Valor liquido	Valor liquido
Benfeitorias	4%	693.066	–	–	(693.066)	–	–
Computadores e periféricos	20%	96.205	7.032	–	(95.840)	7.397	1.200
Equipamentos telefônicos	10%	3.720	–	–	(3.720)	–	–
Instalações e reformas	10%	21.402	–	–	(21.402)	–	–
Máquinas e equipamentos	10%	7.739	–	–	(7.214)	525	1.050
Móveis e utensílios	10%	321.663	–	–	(301.153)	20.509	25.380
Arrendamento	5%	1.715.578	–	(333.429)	(308.612)	1.073.537	1.266.027
Total		**2.859.373**	**7.032**	**(333.429)**	**(1.431.007)**	**1.101.968**	**1.293.657**

18. Intangível – a. Composição do intangível – Consolidado

	2022					2021
	Custo	Adições	Baixa	Amortização	Custo líquido	Custo líquido
Pesquisas e Softwares	3.356.918	–	(65.250)	(2.772.339)	519.328	813.006
Ágio de investimentos (a)	8.835.528	–	–	–	8.835.528	8.835.528
Total	**12.192.446**	**–**	**(65.250)**	**(2.772.339)**	**9.354.856**	**9.648.534**

b. Composição do intangível – Controladora

	2022					2021
	Custo	Adições	Baixa	Amortização	Custo líquido	Custo líquido
Ágio de investimentos (a)	8.835.528	–	–	–	8.835.528	8.835.528
Total	**8.835.528**	**–**	**–**	**–**	**8.835.528**	**8.835.528**

(a) A Companhia possui o valor de R$ 8.835.528 referente ágio proveniente da aquisição pela empresa A.W.W.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. ("Empresa") do controle das empresas RCB Portfólios Ltda., Itapeva Recuperação de Créditos Ltda. e RCB Participações S.A.. Após aquisição, foi feita incorporação reversa da A.W.W.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A. pela RCB Investimentos S.A. Este ágio não foi alocado em função de ter sido justificado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia, sendo reclassificado assim no consolidado para rubrica "Intangível".

19. Fornecedores	2022		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
No país – Terceiros (a)	260.134	64.205	434.781	59.700
	260.134	**64.205**	**434.781**	**59.700**

(a). Refere-se substancialmente a valores a pagar, decorrente de serviços prestados de auditoria, consultoria jurídica, contabilidade, serviços de recrutamento entre outros, realizado por terceiros a Controladora e suas Controladas em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

20. Obrigações trabalhistas

	2022		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
INSS e FGTS	321.558	8.184	219.081	7.900
Provisão férias	1.257.645	–	924.315	–
PLR a Pagar (a)	1.893.081	–	–	–
Provisão para gratificações ("PLR")	4.827.933	1.108.827	10.326.261	2.154.340
	8.300.217	**1.117.012**	**11.469.657**	**2.162.239**

(a). Em 2022 a Companhia passou a utilizar um sistema de metas homologado pelo departamento pessoal, que permitiu identificar os valores correspondentes a PLR individual de cada colaborador no fechamento do trimestre. Diante desse novo cenário, os valores referentes ao 3º trimestre passaram a ficar disponíveis dentro do mesmo ano de competência, permitindo o reconhecimento como despesa efetiva ainda em 2022.

21. Obrigações fiscais e tributárias

	2022		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
ISS a recolher	476.117	–	1.162.656	–
Contribuições a recolher	383.928	15.546	863.081	5.505
Tributos retidos na fonte	161.338	12.334	107.053	8.012
IRPJ a recolher	8.171.412	–	4.157.612	–
CSLL a recolher	2.943.487	–	1.580.946	–
IRPJ e CSLL – Receita a Realizar	–	–	45.469	–
	12.136.282	**27.880**	**7.916.817**	**13.517**

22. Outros Débitos	2022		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Adiantamento a cliente (a)	390.000	–	6.094.510	–
Outros	–	524	–	9.295
	390.000	**524**	**6.094.510**	**9.295**

(a). O saldo em 31 de dezembro de 2022 refere-se à retenção provisória das assessórias de cobrança referente a processos trabalhistas. Já o saldo em 31 de dezembro de 2021 relaciona-se a prestação de serviço da controlada RCB Portfólios para o Bradesco. Na época, os valores recuperados oriundo da gestão de cobrança eram transferidos para uma conta interna da RCB. Em 2022 o Bradesco abriu uma conta própria para recebimento desses valores, por este motivo o saldo foi zerado.

23. Outras provisões	2022		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Outras provisões (a)	15.909	14.057	190.478	76.813
Provisões para contigências juridicas (b)	222.853	17.365	86.321	3.589
	238.762	**31.421**	**276.799**	**80.402**

(a). Os saldos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são referentes as provisões da Companhia e das empresas controladas (órgãos regulamentares, valores a identificar), inerentes as atividades da Companhia e suas controladas. (b). Os valores de provisões para contigências jurídicas são estimativas de perdas referentes a processos cíveis, conforme nota 35. Abaixo movimentação:

Controladora:

	Adições	Baixas	2022	2021
Contingência Judicial	13.776	–	17.365	3.589
	13.776	**–**	**17.365**	**3.589**

Consolidado:

	Adições	Baixas	2022	2021
RCB Portfólios Ltda.	122.756	–	205.488	82.732
RCB Investimentos S.A.	13.776	–	17.365	3.589
	136.532	**–**	**222.853**	**86.321**

24. Arrendamento – No exercicio de 2022 a companhia e suas controladas adquiriram um novo arrendamento, com prazo de 59 meses. A taxa incremental utilizada foi de 14,14% ao ano. Foram reconhecidos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento referente ao contrato.

	2022		2021	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Direitos de uso – curto prazo (a)	765.768	–	694.626	–
Direitos de uso – longo prazo (b)	1.220.951	–	1.986.722	–
Imóvel de Arrendamento – curto prazo (a)	291.177	245.572	166.441	166.442
Imóvel de Arrendamento – longo prazo (b)	1.074.409	901.130	1.112.100	1.112.100
	3.352.305	**1.146.702**	**3.959.889**	**1.278.542**

Reconhecimento de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento no exercício de 2022 e 2021, pela Itapeva Recuperação de Créditos Ltda, RCB Portfólios e RCB Investimentos SA. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontandos a taxa de juros, conforme CPC 06 (R2). (a) Pagamentos de 0 a 1 ano (b) Pagamentos de 1 a 5 anos.

25. Capital social e reservas – a. Capital social: O capital social da controladora é representado por 2.665.872 ações ordinárias subscritas e integralizadas, conforme demonstrado abaixo:

	Ações ordinárias em quantidade	
	2022	2021
Em 1º de janeiro	2.665.872	2.617.962
Emitidas em 31 de dezembro e integralizadas	**2.665.872**	**2.617.962**

Em 2022 houve a emissão de 47.910 novas ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto. As novas ações foram subscritas nos termos do plano de outorga de opção de compra de ações em 31/03/2022. As novas ações foram emitidas pelo Preço de Exercício de R$ 100,37 por ação, totalizando R$ 4.808.726,70. Para cada ação, R$ 1,00 foi destinado ao aumento do capital social e o restante, no valor de R$ 99,37, foi destinado à conta de reserva de capital com posterior recompra, de acordo com o Plano SOP (Plano de pagamento baseado em ações). **Ações ordinárias:** Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia e no Acordo de Acionistas. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. **b. Reserva de capital:** Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da reserva de capital da Companhia é composto pelo montante de R$ 266.859 (R$ 329.056 em 31 de dezembro de 2021). Parte da reserva foi utilizada para liquidação da outorga 2020. **c. Reserva Legal: Reserva legal –** É

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/03/2023

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

RCB Investimentos S.A.

constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até o limite de 20% do capital social realizado. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% (trinta por cento) do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Devido ao aumento no capital social ocasionado pelo vencimento da outorga 2020, a Companhia apropriou mais R$ 9.583 em sua Reserva Legal. O saldo acumulado de reserva legal era de R$ 2.749.414 em 31 de dezembro de 2022 (R$2.739.831 em 31 de dezembro de 2021). **d. Reserva de Retenção de Lucros:** É constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital. A destinação final será aprovada em Assembleia Geral Ordinária. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R$6.046.081 (R$16.209.318 em 31 de dezembro de 2021).

(i) Dividendos provisionados a pagar	**2022**	**2021**
USA Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	4.161.980	2.917.500
Bradesco Holding de Investimentos S.A	8.323.947	16.250.000
Wattana Empreendimentos e Participações S.A.	23.188.179	5.832.500
Total	**35.674.106**	**25.000.000**

• RCB Investimentos S.A.	**Valores em 2022**
Lucro Líquido	62.758.188
(-) Reserva Legal (5% do lucro líquido)	9.583
(=) Base para distribuição de dividendos	**62.767.771**
Dividendo mínimo obrigatório 33% após reserva legal	20.713.364
(-) Antecipação de dividendos em 2022	**(25.000.000)**
(=) Saldo disponível para Dividendos	37.767.771
(=) Dividendos Propostos	**35.674.106**
Dividendos totais 2022	**60.674.106**

A Companhia realizou a antecipação de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com base no balanço semestral, no montante de R$ 25.000.000, conforme deliberado em Ata de Reunião do Conselho datada de 09 de agosto de 2022. Em 26 de Janeiro de 2023 o Conselho de Administração aprovou em reunião o pagamento dos dividendos no montante de R$35.674.106 com base nos cálculos de dividendos do Estatuto. **• Composição dos acionistas da controladora:** A quantidade de ações emitidas pela companhia e seus respectivos titulares está assim demonstrada:

31 de dezembro de 2021	**Quantidade de ações detidas**	**% participação**
Nome do acionista		
Bradesco Holding de Investimentos S.A	1.701.676	65,00%
Wattana Empreendimentos e Participações S.A.	610.857	23,33%
USA Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	305.429	11,67%
	2.617.962	**100,00%**

31 de dezembro de 2022	**Quantidade de ações detidas**	**% participação**
Nome do acionista		
Bradesco Holding de Investimentos S.A	1.701.676	65,00%
Wattana Empreendimentos e Participações S.A.	610.857	23,33%
USA Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	305.429	11,67%
	2.617.962	**100,00%**

e. Remuneração com base em ações (Opção de Ações) (a) Objetivo e Diretrizes do plano: A Companhia aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações em 06 de Maio de 2020 na Ata de Reunião de Conselho de Administração, limitado a 157.078 ações a serem outorgadas até a data de 31 de Dezembro de 2024, tem por objetivo a criação de mecanismo que favorecem a identificação, formação e desenvolvimento dos seus profissionais, por meio de uma operação mercantil, onde serão oferecidas Opção de Ações da Companhia a valor justo, na qual o profissional realizará o pagamento a Companhia por tais opções **(b) Características do plano:** Os participantes do plano além de serem superiores ao cargo de gestão precisam estar elegíveis as características criadas pelo Conselho de Administração da Companhia ("Conselho de Administração"), formado pelos sócios, administradores e diretores executivos. O Comitê Executivo possui uma prática de avaliar os colaboradores, com o objetivo de identificar os potenciais destaques para a Companhia, sendo assim uma forma de identificar quais serão os colaboradores elegíveis ao SOP (Plano de pagamento baseado em ações). Algumas das características de análise e enquadramento pelo Conselho são as seguintes: (i) meritocracia; (ii) engajamento com a cultura e ética da Companhia; (iii) histórico do colaborador, considerando o período na Companhia; (iv) proatividade e engajado com o futuro da Companhia; e (v) dentre outros fatores qualitativos. **(c) Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos:** a) O valor justo da data de concessão das Opção de Ações foi calculado considerando o EBTIDA; (b) Valor do prêmio nas outorgadas das opções foi mensurado pelo modelo black-Scholes-Merton; (c) Variação entre os períodos, são corrigidos pelo indexador – IPCA; (d) Valores em reais – R$; (e) o registro contábil do plano de opção na data da outorga foi realizado considerando a data da aquisição do direito pelo beneficiário e seguindo as diretrizes do CPC 10, com o respectivo reconhecimento do caixa em contrapartida ao patrimônio líquido, ao valor registrado de R$ 1.880.665 (R$ 702.422 em 2021).

	Preço médio de compra por ação	**Opções**
Em 1º de Janeiro de 2020	**–**	**–**
Concedida durante o período	100,37	47.910
Prescrita durante o perído	–	–
Exercída durante o período	–	–
Expirada durante o período	–	–
Em aberto em 31 de dezembro de 2020	**100,37**	**47.910**
Concedida durante o período	195,60	35.997
Prescrita durante o perído	–	–
Exercída durante o período	–	–
Expirada durante o período	–	–
Em aberto em 31 de dezembro de 2021	**141,22**	**83.907**
Concedida durante o período	361,67	26.438
Prescrita durante o perído	–	–
Exercída durante o período	100,37	47.910
Expirada durante o período	–	–
Em aberto em 31 de dezembro de 2022	**265,92**	**62.435**

	2022	**2021**	**2020**
Total de opções do programa	157.078	157.078	157.078
Reunião do Comitê de remuneração	09/09/2022	30/08/2021	24/06/2020
Total de opções outorgadas	26.438	35.997	47.910
Total de opções em circulação	62.435	83.907	47.910
Preço de exercício da ação	361,67	195,60	100,37
Valor Justo da opção	361,67	195,60	100,37
Vencimento médio remanescente (em anos) (a)	2 anos e 3 meses	1 anos e 3 meses	–
Vencimento	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2022
Preço da recompra da ação			361,67
Duração da ação	2 anos e 6 meses	2 anos e 7 anos	1. anos e 9 meses

(a). A contar da data de 31 de dezembro de 2022.

	2022	**2021**	**2020**
Total do prêmio	1.445.101	435.564	462.185
Ajuste ano anterior	–	(195.326)	–
Baixa prêmio exercído	(266.859)	–	–
Total Instrumentos Patrimoniais	**1.178.242**	**240.237**	**462.185**
Total Instrumentos Patrimoniais Acumulado	**1.880.665**	**702.422**	**462.185**

	2022	**2021**	**2020**
Total do prêmio	1.445.101	435.564	462.185
Total prêmio pago	(1.259.093)	(435.564)	(462.185)
Correção Monetária	7.564	–	–
Valor a Receber	**193.572**	**–**	**–**

26. Receita operacional líquida – Abaixo, apresentamos a conciliação entre a receita bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2022		**2021**	
	Consolidado	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Recuperação de Crédito (a)	1.492.993	419.348	2.394.455	392.645
Receita Serviços Prestados (b)	121.318.764	–	114.051.908	–
(-) ISS, PIS e COFINS s/ receita	(10.675.269)	(38.790)	(10.057.060)	(36.320)
Total	**112.136.488**	**380.558**	**106.389.303**	**356.325**

(a). Nas receitas de recuperação de crédito estão registradas as recuperações brutas de crédito referente as carteiras adquiridas pela Companhia e suas controladas. (b). As receitas de serviços prestados são provenientes de taxas de gestão de fundos de investimento e aos serviços prestados de gestão de cobrança das carteiras de crédito, dos fundos e empresas abaixo relacionados:

Nome do Fundo	**CNPJ**
Itapeva XII Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados	30.366.229/0001-05
Itapeva XI Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados	30.366.204/0001-01
Itapeva X Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados	22.443.425/0001-08
SPDA – Habitação FIDC NP	25.316.863/0001-01
Nome da Empresa	**CNPJ**
Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12
Banco Bradescard S.A	04.184.779/0001-01
Banco Bradesco Financiamentos S.A	07.207.996/0001-50

27. Despesas com pessoal

	2022		**2021**	
	Consolidado	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Salários	6.698.483	–	5.088.202	–
INSS	1.887.711	79.079	1.413.523	74.740
Gratificações	8.966.622	2.864.711	12.713.390	4.090.821
PAT – Programa de Alimentação ao Trabalhador	1.777.627	24.034	1.001.250	17.780
Assistência Médica	1.243.590	99.857	1.002.584	88.803
FGTS	579.045	–	432.558	–
Férias	1.210.696	–	822.810	–
13º salário	808.860	–	608.797	–
Pró-labore	395.398	395.398	373.700	373.700
Outras	899.352	6.355	437.599	3.700
	24.467.383	**3.469.434**	**23.894.411**	**4.649.544**

28. Despesas de cobrança

	2022		**2021**	
	Consolidado	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Despesa com cobrança extrajudicial	440.057	198.961	612.021	328.084
Despesa com cobrança judicial	256.007	28.991	83.797	11.114
Despesa com contencioso passivo	307.688	12.842	266.526	28.300
Despesa com gestão de cobrança	12.518	50	4.967	49
Despesa de taxa de liquidação	94.722	54.235	87.399	31.619
	1.110.992	**295.079**	**1.054.710**	**399.166**

29. Despesas administrativas

	2022		**2021**	
	Consolidado	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Despesa com contabilidade e auditoria	894.790	248.430	858.511	231.563
Serviços prestados por terceiros	414.756	90.953	715.633	121.386
Despesas com comunicação/telefônia	270.696	7.235	160.591	11.107
Assessoria jurídica	448.646	336.214	153.814	77.862
Assessoria de recursos humanos	405.279	21.435	342.172	20.013
Despesa com informática	1.142.278	32.659	299.953	18.177
Outras despesas administrativas (a)	686.306	(12.568)	546.014	114.135
	4.262.751	**724.358**	**3.076.689**	**594.243**

(a). Refere-se a despesas com correio, palestras e eventos, bens de pequeno valor, locação de maquinas e equipamentos, material de limpeza, manutenção e reparo predial, dentre outras.

30. Demais despesas

	2022		**2021**	
	Consolidado	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Despesas com ocupação	308.404	(355.768)	125.059	(525.336)
Depreciação e amortização	1.542.377	271.188	1.555.001	456.465
Tributárias	277.913	50.317	147.993	39.147
Gerais	56.077	26	12.865	17
	2.184.771	**(34.237)**	**1.840.918**	**(29.708)**

31. Resultado financeiro líquido

	2022		**2021**	
Receitas financeiras	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Rendimentos de aplicação em renda fixa	5.099.646	595.783	1.887.089	284.396
Outras receitas financeiras	42.528	31.639	15.168	10.971
	5.142.174	**627.421**	**1.902.257**	**295.367**

	2022		**2021**	
Despesas financeiras	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Tarifas bancárias	(21.736)	(3.411)	(16.547)	(2.857)
Juros s/ arrendamento	(423.526)	(159.605)	(350.135)	(53.601)
Juros passivos	(18.985)	(209)	(348)	(62)
Outras despesas financeiras	(179.715)	(29.175)	(15.979)	(13.758)
	(643.962)	**(192.399)**	**(383.009)**	**(70.277)**
Resultado financeiro líquido	**4.498.212**	**435.022**	**1.519.248**	**225.090**

32. Outras Receitas

	2022		**2021**	
	Consolidado	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Reembolso de Despesa dos clientes – aluguel	926.504	–	926.504	–
	926.504	**–**	**926.504**	**–**

33. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2022		**2021**	
Impostos conforme alíquotas da legislação vigente	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**
Imposto de renda pessoa jurídica – 15%	10.049.856	–	6.003.025	–
Imposto de renda pessoa jurídica adicional – 10%	6.699.735	–	3.996.162	–
Contribuição social sobre o lucro líquido – 9%	6.072.962	–	3.639.747	–
Imposto de renda e CSLL no resultado do exercício	**22.822.553**	**–**	**13.638.935**	**–**
Corrente	22.822.553	–	13.638.935	–
Diferido sobre Receita a realizar (a)	(45.469)	–	24.721	–
Despesas dos exercícios	**22.777.084**	**–**	**13.663.656**	**–**

(a). Reversão de provisão de diferido realizada em 2021.

34. Partes relacionadas – Descrição das controladas: A composição e o percentual de participação da Companhia nas controladas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está descrita na nota explicativa nº 2. **Participação em controladas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2021 assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas controladas respeitando as condições normais de mercado, conforme apresentado abaixo:

RCB Investimentos S.A.	**Ativo/(Passivo)**		**Receitas/(Despesas)**	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Itapeva Recuperação de Créditos Ltda.				
Outros créditos	84.881	53.948	–	–
Outros débitos	(524)	(9.295)	–	–
Serviço de Cobrança	–	–	(151.050)	(216.403)
RCB Portóflios Ltda.				
Outros créditos	56.489	35.697	–	–
Total	**140.846**	**80.350**	**(151.050)**	**(216.403)**

35. Contingências – A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração define um modelo próprio de constituição de provisão para contingências perdas jurídicas. Este modelo consiste em provisionar o valor esperado de condenações a serem pagos para todas as ações judiciais movidas por terceiros e de responsabilidade da Companhia e suas controladas, com base histórica no risco de perda de cada ação e o valor médio da condenação por ação. A Companhia possui o valor de provisão para contingencia judicial no montante de R$ 17.365, confome nota explicativa nº 19 ("Outras provisões").

	2022	
	Consolidado	**Controladora**
Provisões para contigências jurídicas (a)	222.853	17.365
	222.853	**17.365**

(a). Os valores de provisões para contigências e perda jurídicas são estimativos considerando as perdas referentes a processos cíveis. Abaixo a movimentação:

Consolidado	**2022**				**2021**
	# Ações	**% Prob. Perda**	**Perda Média**	**Perda**	**Esperada**
Primeira Instância					
Indenizatória	216	32%	12.564	286.649	164.803
Revisional	6	4%	2.240	496	338
Segunda Instância					
Indenizatória	38	41%	17.815	138.508	81.978
(-) Reembolso de cedente				(202.800)	(160.797)
Provisão Total				**222.853**	**86.322**

Controladora	**2022**				**2021**
	# Ações	**% Prob. Perda**	**Perda Média**	**Perda**	**Esperada**
Primeira Instância					
Indenizatória	14	32%	4.188	17.921	3.251
Revisional	6	32%	2.240	496	338
(-) Reembolso de cedente				(1.053)	–
Provisão Total				**17.365**	**3.589**

36. Gerenciamento de Risco – Devido a natureza de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito, liquidez, mercado e risco operacional, que pode afetar de forma substancial seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos é suportado por metodológias, políticas e procedimentos que definem diretrizes para identificar, avaliar e mitigar os principais riscos e, assim, proporcionar suporte as áreas de negócio e planejamento. Entre as principais estratégias de gerenciamento de risco estão: análise swot anual, avaliação operacional trimestral, análise de liquidez (capex), ajuste periódico de provisões e implementação de politica de privacidade aderente a LGPD (Lei geral de proteção de dados pessoais). **37. Eventos subsequentes –** Em 02 de Janeiro de 2023 ocorreram as seguintes alterações nas empresas subsidiarias da RCB Investimentos: Itapeva Recuperação de Crédito e RCB Portfólios: a) A sócia minoritária (Bradesco Holding de Investimentos S.A) retirou-se da sociedade, cedendo as quotas para RCB Investimento S.A. b) Conversão das empresas de Sociedade para Sociedade limitada unipessoal. Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo as decisões posteriores sobre a chamada "coisa julgada". Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Companhia iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não gera impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Diretoria

Alexandre do Rosário Nobre – Sócio-diretor

Antônio Carvalho Morais Júnior – Contador CRC Nº 047683-O

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Conselho de Administração da **RCB Investimentos S.A.** – São Paulo-SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da RCB Investimentos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da RCB Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores independentes:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 14 de março de 2023.

KPMG **KPMG Auditores Independentes Ltda.** – CRC 2SP 014.428/O-6
Gustavo Mendes Bonini – Contador CRC 1SP 296.875/O-4

ITOCHU Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 61.274.155/0001-00

Relatório da Diretoria

Prezados senhores: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, permanecendo à disposição dos Senhores Acionistas para esclarecimentos. São Paulo, 10 de Março de 2023. *A Diretoria*

Balanço Patrimonial – Encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Reais)*

Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
Circulante			**Circulante**		
Caixa e Bancos	695.382	22.790.547	Contas a Pagar	31.460.131	18.823.397
Títulos Vinculados no Mercado Aberto	21.096.576	8.020.719	Salários e Férias a pagar	853.018	851.126
Duplicatas a Receber	46.195.823	19.690.996	Obrigações Fiscais e Sociais	1.014.539	976.651
Notas a Receber	1.130.543	1.456.858	IRPJ e CSLL a pagar	9.019.374	4.405.483
Adiantamentos Diversos	109.018	–	Emprestimos	15.027.319	9.345.911
Mercadorias Estoques	15.386.372	2.490.030	Instrumentos Financeiros Derivativos	–	766.353
Contas a Receber	7.007.948	6.737.169		**57.374.381**	**35.168.921**
Despesas Antecipadas	1.137.907	279.943			
Tributos a Compensar	15.423.424	10.779.454	**Realizável a Longo Prazo**		
Instrumentos Financeiros Derivativos	213.130	–	IRPJ e CSLL diferidos (p)	80.572	–
	108.396.123	**72.245.716**	Provisão Atuarial	510.549	403.767
Realizável a Longo Prazo				**591.121**	**403.767**
IRPJ e CSLL diferidos	504.755	728.471	**Patrimônio Líquido**		
	504.755	**728.471**	Capital	18.193.834	18.193.834
Permanente			Reserva Legal	3.638.767	3.638.767
Investimento	9.296.655	8.343.996	Retenção de Lucros	39.109.786	24.879.757
Imobilizado	710.356	966.863		**60.942.387**	**46.712.358**
Diferido	–	–			
	10.007.011	9.310.859			
Total do Ativo	**118.907.889**	**82.285.046**	**Total do Passivo**	**118.907.889**	**82.285.046**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Reais)*

	Capital	Reserva Legal	Reserva Lucros Retenção de Lucros	Lucros ou Prejuizos Acumulado	Total
Saldo em 31.12.2020	**18.193.834**	**3.638.767**	**25.785.449**	**–**	**47.618.050**
Outros resultados Abrangentes	–	–	(276.697)	–	(276.697)
Distribuição de Dividendos	–	–	(7.910.000)	–	(7.910.000)
Resultado do exercício	–	–	–	7.281.004	7.281.004
Reserva Legal	–	–	–	–	–
Destinação de lucros acumulados	–	–	7.281.004	(7.281.004)	–
Saldo em 31.12.2021	**18.193.834**	**3.638.767**	**24.879.757**	**–**	**46.712.358**
Ajustes de Exercícos Anteriores	–	–	(23.347)	–	(23.347)
Outros resultados Abrangentes	–	–	607.068	–	607.068
Distribuição de Dividendos	–	–	(5.220.000)	–	(5.220.000)
Resultado do exercício	–	–	–	18.866.308	18.866.308
Reserva Legal	–	–	–	–	–
Destinação de lucros acumulados	–	–	18.866.308	(18.866.308)	–
Saldo em 31.12.2022	**18.193.834**	**3.638.767**	**39.109.786**	**–**	**60.942.387**

Demonstrações de Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Reais)*

Receita Operacional Bruta	2022	2021
Exportação de Mercadorias	19.524.701	12.761.474
Vendas de Mercadorias	213.541.217	193.670.589
Serviços Prestados	45.330.048	45.932.045
Impostos	(46.326.205)	(43.880.750)
Receita Operacional Líquida	232.069.761	208.483.358
Custo das Mercadorias Vendidas	(162.298.696)	(163.943.358)
Lucro Bruto	69.771.065	44.540.000
(Despesas)/Outras Receitas Operacionais		
Despesas Administrativas	(45.094.202)	(40.180.371)
Despesas com Vendas e Serviços	(4.252.253)	(4.920.383)
Resultado Financeiro	2.342.080	233.404
Outras Receitas Operacionais	5.118.249	8.638.147
Lucro/(Prejuizo) Operacional	27.884.939	8.310.797
Receita Não Operacional	–	3.080.466
Despesa Não Operacional	(7.700)	–
Lucro/(Prejuizo) Antes do IRPJ e CSLL	27.877.239	11.391.263
Contribuição Social s/Lucro	(2.006.459)	(759.532)
Provisão para Imposto de Renda	(7.012.915)	(3.645.953)
IRPJ e CSLL diferidos	8.443	295.226
Lucro/(Prejuizo) Líquido do Exercício	18.866.308	7.281.004
Lucro /(Perda) por Ações	2,46	0,95

Demonstrações de Fluxo de Caixa – Metodo Indireto Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Reais)*

Atividades operacionais	2022	2021
Lucro liquido	18.866.308	7.281.004
mais: Depreciação/Amortização	365.568	686.157
menos: Ganho ou Perda na venda de Investimento	7.700	(3.080.466)
mais: Provisões e diferido	16.389	573.087
menos: Resultado de equivalencia Patrimonial	(2.707.311)	(2.198.478)
mais: Juros s/emprestimo	395.896	370.156
menos: Dividendos recebidos	(844)	(210.429)
Notas a Receber	326.315	(463.696)
Duplicatas a Receber	(26.504.824)	1.855.432
Contas a Receber	(270.780)	150.901
Adiantamentos Diversos	(109.018)	–
Mercadorias em Estoques	(12.896.343)	(1.160.220)
Tributos a Compensar	(4.621.703)	(3.558.831)
Despesas Antecipadas	(857.964)	9.742
Contas a Pagar	12.636.734	817.249
Obrigações Fiscais e Sociais	4.628.432	(1.739.029)
Recebimentos Antecipados	–	(4.210)
Provisões	1.891	168.227
Caixa líquido gerado/(consumido) nas Atividades Operacionais	**(10.723.554)**	**(503.404)**
Atividades de Investimentos		
Recebimento na Alienação de Investimento	–	4.000.194
Compra de Ativo Imobilizado	(116.321)	(395.855)
Recebimento de Dividendos	1.755.056	1.485.504
Caixa liquido gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimentos	**1.638.735**	**5.089.843**
Atividades de Financiamento		
Distribuição de dividendos	(5.220.000)	(7.910.000)
Recebimento de Emprestimos	21.229.669	32.000.000
Pagamento de Emprestimos	(15.944.158)	(23.024.244)
Caixa liquido gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento	**65.511**	**1.065.756**
Aumento/(Diminuição) liquido nas Disponibilidades	**(9.019.308)**	**5.652.195**
Saldo de Caixa Inicial	**30.811.266**	**25.159.071**
Saldo de Caixa Final	**21.791.958**	**30.811.266**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Em Reais)*

1. Contexto Operacional – A empresa tem por objetivo a representação, importação, exportação, industrialização e comércio em geral. **2. Apresentação das demonstrações financeiras –** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira. Descrição das principais práticas contábeis **a. *Aplicações financeiras:*** Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. **b. *Imobilizado:*** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens. **c. *Direitos e obrigações:*** Atualizados à taxa de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço. **d. *Instrumentos financeiros Derivativos:*** Os ativos e passivos financeiros estão demonstrados por valores justos de mercado, sendo as transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de reduzir riscos relacionados a taxas de câmbio. **e. *Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto do período é o imposto a pagar calculado sobre o lucro tributável do ano, usando as taxas de impostos em vigor na data do balanço, e qualquer ajuste de impostos a pagar relativo a anos anteriores. As taxas vigentes são: Imposto de renda – Calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. Contribuição social – Calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

3. Imobilizado	2022	2021
Edifícios	1.360.969	1.360.969
Instalações	100.160	100.160
Móveis e Utensílios	647.053	648.802
Equipamentos de Processamento Eletronico de Dados	1.021.031	1.069.613
Sistemas Aplicativos Softwares	405.811	405.811
Veículos	1.810.224	1.807.224
	5.345.249	**5.392.579**
(-) Depreciações	(4.634.893)	(4.425.716)
Líquido	**710.356**	**966.863**

4. Capital – O Capital Social de R$.18.193.834,27 está dividido em 6.879.841 ações ordinárias nominativas e 789.223 ações preferenciais nominativas.

Capital Estrangeiro	**18.193.834,27**
	18.193.834,27

Hiroshi Akiba – Diretor Presidente – CPF 106.536.971-98 | **Masakazu Obayashi** – Diretor Gerente – CPF 110.792.101-56
Planaudi Consultoria e Assessoria Contábil S/S – CNPJ 62.751.441/0001-82
Roberto Toshio Tanno – Técnico Contábil TC-CRC 1SP 075.584/O-0

Caravelas Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ nº 13.019.760/0001-92

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em conformidade com as disposições legais e estatutárias esta diretoria submete à vossa apreciação o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, colocando-se à vossa disposição para prestar os esclarecimentos necessários.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 *(Em Reais)*

Ativo	2022	2021
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	980.314	485.147
Estoques	1.246.227	1.480.454
Outros créditos	948.842	5.239.826
Não circulante	2.417	2.716
Total do ativo	**3.177.799**	**7.208.143**
Passivo	**2022**	**2021**
Circulante		
Fornecedores	3.760	-
Obrigações tributárias	-	2.569
Obrigações trabalhistas	12.555	21.954
Patrimônio líquido		
Capital social	2.083.620	7.183.620
Reserva legal	-	-
Lucros/prejuízos acumulados	1.077.865	-
Total do passivo	**3.177.799**	**7.208.143**

Demonstração do Resultado do Exercício *(Em Reais)*

	2022	2021
Receita operacional bruta	**2.200.000**	**18.000.000**
(-) Devoluções, abatimentos, impostos	-	-
Receita operacional líquida	**2.200.000**	**18.000.000**
(-) Custo dos produtos vendidos	(234.227)	(2.202.000)
Resultado operacional bruto	**1.965.773**	**15.798.000**
Despesas operacionais		
Despesas administrativas	(143.607)	(163.418)
Despesas gerais	(218.076)	(794.808)
Despesas tributárias	(364.184)	(994.352)
Receitas/despesas financeiras líquidas	43.917	(158.992)
Resultado operacional líquido	**1.283.823**	**13.686.430**
Resultado antes do IRPJ e CSLL	**1.283.823**	**13.686.430**
Contribuição social	(25.873)	(198.194)
Imposto de renda sobre o lucro	(42.057)	(362.948)
Lucro líquido do exercício	**1.215.893**	**13.125.288**
Resultado por ação	0,28	2,99

Demonstração dos Fluxos de Caixa *(Em Reais)*

	2022	2021
Saldo inicial de caixa	**485.147**	**111.192**
Recebimentos de créditos	1.255.000	18.000.000
Aumento de capital	-	650.000
Receitas financeiras líquidas	43.917	(158.992)
Entradas de caixa	**1.298.917**	**18.491.008**
Pagamentos de fornecedores	(803.750)	(2.287.188)
Restituição de capital social	-	(5.100.000)
Distribuição de dividendos	-	(10.729.865)
Saídas de caixa	**(803.750)**	**(18.117.053)**
Saldo Final de Caixa	**980.314**	**485.147**

Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados *(Em Reais)*

	2022	2021
Saldo no Início do Exercício	-	(2.395.423)
Resultado Líquido do Exercício	1.215.893	13.125.288
(-) Distribuição Dividendos	-	(10.729.865)
(=) **Lucro (Prejuízo) do Exercício**	**1.215.893**	**-**

Notas Explicativas

1. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76 com as alterações da Lei nº 11.638/07. 2. O capital social é constituido por 5.883.620 de ações nominativas, sendo 2.191.810 ordinárias e 2.191.810 preferenciais sem valor nominal.

DIRETORIA

Valnei Vargas Origuela - Diretor Presidente
Paulo Cesar de Albuquerque - Diretor
Eduardo Ferreira Santos - Diretor
Clóvis Tavares da Silva, Contador CT CRC nº 143.355-O/0

CAS Participações S/A. – CNPJ/MF nº 15.608.734/0001-25

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores expressos em Reais)*

Balanço Patrimonial

	2022	2021
Ativo Circulante	**2.452.315**	**2.119.843**
Caixa e Equivalentes	25.678	243.418
Dividendos a receber	2.426.637	1.876.424
Ativo Não-Circulante	**34.213.137**	**31.019.894**
Investimentos	34.213.137	31.019.894
Total do Ativo	**36.665.452**	**33.139.737**
	2022	**2021**
Passivo Circulante	**2.561.413**	**1.928.015**
Dividendos a pagar	2.550.142	1.916.744
Outras obrigações	11.271	11.271
Passivo Não Circulante	**–**	**–**
Patrimônio Líquido	**34.104.039**	**31.211.722**
Capital social	12.331.717	12.331.717
Transação de Capital	12.514.117	11.389.732
Reserva Legal	2.466.343	2.219.464
Reserva de Lucros	6.791.862	5.270.810
Total do Passivo	**36.665.452**	**33.139.737**

Demonstração do Resultado

	2022	2021
Receita operacional bruta	**–**	**–**
Despesas operacionais	**(31.879)**	**(31.733)**
Lucro antes das outras receitas/despesas	**(31.879)**	**(31.733)**
Receitas financeiras/não operacionais	10.479.327	8.102.235
Resultado de Equiv. Patrimonial	10.476.144	8.100.796
Receita aplicação automática C/C	3.183	1.439
Lucro líquido do exercício	**10.447.448**	**8.070.502**

Demonstração do Resultado Abrangente

	2022	2021
Lucro Líquido – DRE	**10.447.448**	**8.070.502**
Outros Resultados Abrangentes	10.447.448	8.070.502
Resultados Abrangentes	**10.447.448**	**8.070.502**

A Diretoria
Renato Vila Nova – Contador CRC 1SP 270.196/0-1

Demonstraçao das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social		Reservas			
	Capital Social Subscrito	Transação de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucro do Exercício	Total
Saldo inicial em 01/01/2021	**12.331.717**	**10.385.365**	**1.815.938**	**4.512.715**	**–**	**29.045.736**
Transação de Capital	–	1.004.367	–	–	–	1.004.367
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	8.070.502	8.070.502
Reserva Legal/Capital	–	–	403.525		(403.525)	–
Reserva de Lucros	–	–	–	3.951.975	(3.951.975)	–
Dividendos	–	–	–	(3.193.881)	(3.715.001)	(6.908.882)
Saldo em 31/12/2021	**12.331.717**	**11.389.732**	**2.219.464**	**5.270.810**	**–**	**31.211.722**
Saldo inicial em 01/01/2022	**12.331.717**	**11.389.732**	**2.219.464**	**5.270.810**	**–**	**31.211.722**
Transação de Capital	–	1.124.385	–	–	–	1.124.385
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	10.447.448	10.447.448
Reserva Legal/Capital	–	–	246.880	–	(246.880)	–
Reserva de Lucros	–	–	–	7.650.426	(7.650.426)	–
Dividendos	–	–	–	(6.129.374)	(2.550.142)	(8.679.516)
Saldo em 31/12/2022	**12.331.717**	**12.514.117**	**2.466.343**	**6.791.862**	**–**	**34.104.039**

Demonstração de Fluxo de Caixa – Método Indireto

	2022	2021
Atividade Operacionais		
Lucro Líquido – DRE	10.447.448	8.070.502
Resultado de Equiv. Patrimonial	(10.476.144)	(8.100.796)
Lucro Ajustado	(28.696)	(30.294)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	(28.696)	(30.294)
Atividades de Investimento		
Dividendos recebidos	7.857.074	6.273.721
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	7.857.074	6.273.721

	2022	2021
Atividades de Financiamento		
Pagamento de dividendos	(8.046.119)	(6.056.764)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	(8.046.119)	(6.056.764)
Aumento Líquido no Caixa e Equivalente	(217.740)	186.662
Saldo de Caixa + Equivalente de Caixa		
No início do exercício	243.418	56.756
No fim do exercício	25.678	243.418

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

1. A empresa CAS Participações S/A atua como Holding de empresas não financeiras. **2.** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aceitas e embasadas pelas Leis nº 6.404/76, nº 11.638/07 e nº 11.941/09, atendendo as normas tributárias pertinentes. **3.** A empresa optou nesse exercício pelo Lucro Presumido. **4.** O capital Social subscrito e integralizado em moeda corrente é de R$ 12.331.716,81, dividido em 1.250.220 ações. **5.** As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo divulgadas, em razão do uso da prerrogativa que consta no item 4 do CPC 36 – Demonstrações Consolidadas. **6.** Investimentos referem-se a participação de 80,21% na companhia

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 16 de março de 2023

Data, Hora e Local: No dia 16 de março de 2023, às **17:00** horas, na modalidade semipresencial, e assim considerada realizada na sede social da GPS Participações e Empreendimentos S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 ("Companhia" ou "GPS"). **Presenças:** Presentes os membros do Conselho de Administração da Companhia ("CA-GPS"), a saber, senhores José Caetano Paula de Lacerda, Marcos Luiz Abreu de Lima, Piero Paolo Picchioni Minardi, Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, Otavio Yazbek e Amaury Guilherme Bier, os quais participaram remotamente nos termos do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da GPS e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 do Regimento Interno do Conselho de Administração e o Conselheiro Suplente, Luis Carlos Martinez Romero, nos exatos termos da previsão contida no parágrafo 6º do artigo 15 do Estatuto Social da GPS e do parágrafo 2º do artigo 5º do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Convocação:** Realizada nos termos do parágrafo 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do parágrafo único do artigo 9º e do artigo 10º do Regimento Interno do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. **Ordem do Dia: PD.CA_GPS-008-2023:** análise, deliberação e aprovação da **(i)** ratificação e complementação das condições do Programa de Opções de Compra de Ações de 2023 ("PROCA-23" ou "Programa"), conforme deliberado pelo CA-GPS em Reunião Ordinária de 01 de março de 2023; e **(ii)** emissão de Ações e correspondente aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, para ulterior ratificação em Assembleia Geral da Companhia. **Discussões e Deliberações:** colocadas em discussão as matérias da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: **I**. Aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, a **PD.CA_GPS-008-2023,** ratificando e complementando, nos termos do Plano de Opções de Compra de Ações aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 14 de abril de 2022, o PROCA-23, o qual, devidamente rubricado pelo senhor Presidente e pelo senhor Secretário, ficará arquivado em livro próprio na sede da Companhia. **II**. Aprovar, por unanimidade de votos e sem ressalvas, no âmbito do referido PROCA-23 e com base no inciso (viii) do artigo 21 do Estatuto Social da Companhia **(a)** a emissão de 2.461.432 (dois milhões, quatrocentas e sessenta e uma mil, quatrocentas e trinta e duas) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, representando 0,37% (zero vírgula trinta e sete por cento) do capital social da Companhia anterior a tal emissão, pelo preço de emissão calculado com base na cotação média de preços de fechamento das ações da Companhia no período compreendido entre 08 de março de 2023 e 14 de março de 2023, de R$ 12,55 (doze reais e cinquenta e cinco centavos) por opção, e um desconto de 10% (dez por cento) a ser pago como prêmio, correspondente ao valor de R$ 1,26 (um real e vinte e seis centavos) por opção, com valor total de remuneração baseada em ações (prêmio) de R$ 3.101.404,32 (três milhões, cento e um mil, quatrocentos e quatro reais e trinta e dois centavos), para a subscrição pelos Parceiros selecionados; **(b)** o consequente aumento de capital social da Companhia, pelo CA-GPS, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R$ 30.890.971,60 (trinta milhões, oitocentos e noventa mil, novecentos e setenta e um reais e sessenta centavos); **(c)** face ao aumento de capital objeto das deliberações acima, aprovar, *ad referendum* da próxima assembleia geral da Companhia, a reforma do caput do artigo 5º do seu Estatuto Social, para refletir o aumento do capital social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.738.166.503,05 (um bilhão, setecentos e trinta e oito milhões, cento e sessenta e seis mil, quinhentos e três reais e cinco centavos), dividido em 672.170.267 (seiscentos e setenta e dois milhões, cento e setenta mil, duzentas e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal; **(d)** a inaplicabilidade do direito de preferência aos demais acionistas da Companhia nos termos do § 3º do artigo 171 da Lei nº 6.404/1976; **(e)** nos termos do artigo 106 da Lei das Sociedades Anônimas, e do PROCA-23, a subscrição das ações pelos Parceiros, mediante a assinatura dos subscritores nos respectivos boletins de subscrição, cabendo ressaltar que as ações emitidas participarão em igualdade de condições com as demais ações ordinárias da Companhia, relativamente a todos os benefícios e vantagens que vierem a ser declarados a partir da presente data. **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, com a omissão das assinaturas dos senhores Conselheiros. Os Senhores Conselheiros presentes deliberaram ainda que: (i) a assinatura da presente Ata por meio eletrônico ou digital é válida e plenamente eficaz; (ii) ainda que venham a assiná-la digitalmente em local diverso, o local de assinatura é considerado, para todos os fins, como sendo na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está localizada a sede da Companhia; e (iii) será considerada data de assinatura, para todos os fins e efeitos, a data da presente reunião, independentemente da data que constar na assinatura digital. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata para aprovação e assinatura de todos os presentes. **São Paulo, 16 de março de 2023**. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Cláudio Petruz. Membros do Conselho de Administração: José Caetano Paula de Lacerda; Marcos Luiz Abreu de Lima; Piero Paolo Picchioni Minardi; Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho; Otavio Yazbek; Amaury Guilherme Bier; e Luis Carlos Martinez Romero. *(confere com o original lavrado em livro próprio)*. **José Caetano Paula de Lacerda** – Presidente; **Cláudio Petruz** – Secretário.

Adonai Química S/A.

CNPJ/MF nº 02.703.755/0001-88 – NIRE 35.300.156.315

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de fevereiro de 2023

1) Realização e Local: 01 de fevereiro de 2023, às 11h00, na sede social da Companhia, situada na Rua Alexandre Gusmão, nº11, Condomínio Valongo Brasil, 6º andar, conjunto 612, bairro Valongo, Santos-SP, CEP 11010-340. **2) Convocação:** Dispensadas as formalidades de publicação do Edital de Convocação, em razão da presença de 100% dos acionistas, conforme parágrafo 4º, do artigo 124, da Lei nº 6404/76. **3) Presenças:** Acionistas representando 100% do capital votante e do capital total, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **4) Composição da Mesa:** Presidente: Carlos Cesar Floriano e Secretário: Joacks de Paula Lemos. **5) Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a criação do cargo de Diretor Operacional; e (II) Alteração da nomenclatura do cargo de Diretor Técnico Operacional para Diretor Técnico de Engenharia. **6) Deliberações Tomadas por Unanimidade:** Analisada e discutida a Ordem do Dia, os acionistas deliberaram e aprovaram por unanimidade de votos e sem reservas: (i) Aprovada a criação do cargo de Diretor Operacional, bem como, a alteração da nomenclatura do cargo de Diretor Técnico Operacional para Diretor Técnico de Engenharia. (ii) Em razão das aprovações acima, os seguintes artigos do Estatuto Social são alterados: (i) artigo 10ª do Estatuto Social, passa a vigorar com a seguinte redação: *"artigo 10ª. A sociedade será administrada por uma Diretoria constituída por até quatro diretores, designados como: Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Financeiro, Diretor Técnico de Engenharia e Diretor Operacional, eleitos pela Assembleia Geral."*; (ii) fica alterado o artigo 13º para a seguinte redação: *"Em suas ausências ou impedimentos ocasionais, substituem-se reciprocamente. Caso ocorra vacância de algum dos diretores, a sociedade prosseguirá administrada pelos remanescentes até que a primeira assembleia geral dos acionistas delibere a respeito."* (iii) Os acionistas deliberaram e aprovaram, por unanimidade de votos e sem reservas, nomeação para o recém-criado cargo de Diretor Operacional, com mandato até 10/05/2023, o Sr. Márcio Luiz de Jesus Mendes, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, Engenheiro Químico, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.206.931-9 -SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 134.081.248-76, residente no Município de Cubatão, Estado de São Paulo na Rua Homero José da Silva, nº51, bairro Parque São Luiz, – CEP 11.533-445. A declaração de desimpedimento do diretor ora eleito esta arquivada na sede da Companhia. (iii) Foi autorizada a publicação desta ata em forma de extrato. **7) Aprovação e Assinatura da Ata:** Esta ata foi lida, aprovada e assinada por todos os acionistas presentes: Kadosh Participações Ltda, por Alípio José Gusmão dos Santos; Aba Infra-Estrutura e Logística S/A, por Luis Antonio Floriano e Leandro Luiz Chiachio, Alípio José Gusmão dos Santos e Carlos Cesar Floriano; pelo Presidente da Assembleia: Carlos Cesar Floriano e Secretário da Assembleia: Joacks de Paula Lemos. Confere com o original lavrado em livro próprio. Mesa: **Luis Antonio Floriano** – Presidente; **Joacks de Paula Lemos** – Secretário; Acionistas: **Kadosh Participações Ltda.,** Alípio José Gusmão dos Santos; **Alípio José Gusmão dos Santos; Aba Infra-Estrutura e Logística S/A**, Luis Antonio Floriano e Leandro Luiz Chiachio; **Carlos Cesar Floriano**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 111.801/23-0 em 17/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

PLATÃO CAPITAL S.A.

CNPJ nº 49.703.913/0001-63 - NIRE nº 35.300.610.156

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 07/03/2023

Data, Hora e Local: 07/03/2023, às 10 hrs, na sede na Av. Paulista, 1471, cj 511, São Paulo - SP. **Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do §4º, do art. 124, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das S.As."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Cia. **Presença:** Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Cia. **Mesa:** Presidente: Carlos Eduardo Passarelli Scott; Secretário: Emerson Seiti Kanawa. **Ordem do Dia:** deliberar sobre a: (i) realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real adicional, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos da Cia, todas nominativas e escriturais, no montante total de R$ 82.500.00,00 ("Debêntures"); (ii) outorga e formalização, pela Cia, no âmbito da emissão das Debêntures, das garantias referentes (a) à alienação fiduciária da totalidade das ações atuais da Cia, pertencentes ao Sr. Carlos e a Platão Investimentos ("Ações Alienadas Fiduciariamente Cia"); (b) à alienação fiduciária da totalidade das ações das subsidiárias Novos Projetos, que a Cia venha a ter ("Ações Alienadas Fiduciariamente Novos Projetos"), de modo que o Emissor pretende captar novos recursos para a implementação de novos projetos que envolvem a instalação, locação, operação e manutenção de unidades de UFV por meio da constituição futura de sociedades de propósito específico ("Novos Projetos" e "SPEs Novos Projetos"); e (c) a cessão fiduciária de todos os direitos econômicos e/ou patrimoniais inerentes das Ações Alienadas Fiduciariamente Novos Projetos ("Cessão Fiduciária Novos Projetos"); (iii) autorização para a diretoria da Cia praticar todos os atos e tomar todas as providências necessários à concretização da emissão das Debêntures e à outorga das Garantias, incluindo a contratação de prestadores de serviço, bem como fixando os honorários devidos aos referidos prestadores de serviço, assim como discutir, negociar e definir os termos e condições do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Real Adicional, em 3 Séries, Para Distribuição Pública em Regime de Melhores Esforços, Sob o Rito de Registro Automático da Platão Capital S.A." ("Escritura de Emissão de Debêntures") a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LItda, CNPJ nº 22.610.500/0001-88, na qualidade de Agente Fiduciário, representante dos debenturistas ("Agente Fiduciário"), e demais documentos a ela conexos, incluindo o instrumento que formaliza as Garantias e as demais garantias a serem outorgadas no âmbito da emissão das Debêntures; e (iv) ratificar os atos eventualmente já praticados pela diretoria relacionados aos itens "i" a "iii" da Ordem do Dia acima. **Deliberações:** 1. Aprovar que esta ata seja lavrada sob a forma de sumário, como faculta o §1º do art. 130 da Lei das S.As. 2. Examinada e debatida a matéria constante do item "i" da Ordem do Dia, foi deliberada, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, a aprovação da emissão das Debêntures, com as seguintes características e condições: (i) Valor Total da Emissão: O valor total da Emissão é de R$ 82.500.000,00, sendo R$ 27.500.000,00 relativos à Primeira Série (conforme abaixo definido), R$ 27.500.000,00 relativos à Segunda Série (conforme abaixo definido) e R$ R$ 27.500.000,00 relativos à Terceira Série (conforme abaixo definido). (ii) Número de Séries: A emissão será realizada em três séries (respectivamente, "Primeira Série", "Segunda Série" e "Terceira Série"). (iii) Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 82.500 Debêntures, totalizando R$ 82.500.000,00 na Data de Emissão, sendo 27.500 Debêntures da Primeira Série, 27.500 Debêntures da Segunda Série e 27.500 Debêntures da Terceira Série. (iv) Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures será de R$ 1.000,00, na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). (v) Conversibilidade, Tipo e Forma: As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Cia. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. (vi) Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia real. (vii) Garantias: Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações, principais ou acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a ser assumidas pela Cia no âmbito da Escritura de Emissão de Debêntures, as Debêntures contarão com a: serão constituídas as seguintes garantias ("Garantias"): (a) pelos acionistas atuais da Cia, Carlos Eduardo Passarelli Scott, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, empresário, CPF/ME n.º 055.606.218-38, RG nº 7.343.376-7 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Angelina Maffei Vita, nº 314, 15º andar, apto. 151, São Paulo/SP ("Sr. Carlos") e Platão Investimentos Ltda., sociedade empresária limitada, CNPJ/ME sob o nº 35.772.014/0001-08, com sede na Av. Dr. Luiz Teixeira Mendes, nº 3096, zona 5, Maringá/PR, representada por Diogo Martins Rosa, brasileiro, casado sob regime comunhão parcial de bens, empresário, CPF/ME n.º 67.859.699-99, RG n.º 8.378.983-2 SSP/PR, residente e domiciliado à Rua Pombal, 235, Aptoº. 1302, Zona 03, Maringá/PR, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Platão Investimentos"), alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Cia ("Ações"), bem como todos os direitos e ativos relacionados às Ações, rendimentos, dividendos, lucros, ganhos, direitos, juros sobre ativo circulante líquido, juros sobre capital próprio, distribuições e outros pagamentos, valores recebidos ou a serem recebidos, distribuídos de outra forma ou pagos às acionistas, por swap, venda ou qualquer outra forma de alienação das referidas Ações ("Alienação Fiduciária de Ações"); (b) a alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão das SPEs Novos Projetos que envolvam a construção, comercialização, locação, gerenciamento, operação e manutenção de unidades de usinas fotovoltaicas de implementação da Companhia, por meio de Sociedades de Propósito Específico ("Novos Projetos", "SPEs Novos Projetos" e "Alienação Fiduciária de Ações Novos Projetos"); e (c) cessão fiduciária de todos os direitos econômicos e/ou patrimoniais inerentes das Ações Alienadas Fiduciariamente Novos Projetos, incluindo, mas sem se limitar aos dividendos, lucros, frutos, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ao Alienante. (viii) Data de Vencimento: As Debêntures terão vencimento 15/05/2033 ("Data de Vencimento"). (ix) Colocação: A distribuição das Debêntures será pública, sob regime de melhores esforços, com registro automático da oferta, nos termos da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Capitais"), da Resolução da CVM nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"). A distribuição pública será feita (a) no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (b) negociação, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente por meio da B3 e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3. (x) Distribuição Parcial: Observado o disposto no artigo 73 da Resolução 160, conforme alterada, será permitida a distribuição parcial das Debêntures no âmbito da Oferta, observado o montante mínimo de captação de R$ 27.500.000,00, na Data de Emissão das Debêntures, e, considerando o custo unitário de R$ 1.000,00, na Data de Emissão das Debêntures, correspondentes em ambos os casos a R$ 27.500.000,00 ("Captação Mínima"). As Debêntures que não forem efetivamente subscritas durante o Prazo de Colocação deverão ser canceladas. Caso a Captação Mínima não seja atingida, a Oferta será cancelada (xi) Remuneração e Atualização Monetária: Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas dos investidores, sem lotes mínimos ou máximos, organizado para definição da taxa final da Remuneração das Debêntures de cada Série ("Procedimento de Bookbuilding"). Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures de cada Série, incidirão juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, que será o preço fixo, calculado de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento ("Remuneração"). O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais ou o saldo do Valor Nominal Unitário será atualizado pela variação positiva acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a primeira Data de Integralização (inclusive) até a Data de Aniversário (exclusive) (conforme abaixo definido), calculada de forma pro rata temporis, com base em 252 Dias Úteis ("Atualização Monetária"). (xii) Periodicidade de Pagamento da Remuneração: Os valores devidos a título de Remuneração serão pagos de acordo com os valores e datas a serem definidos na Escritura de Emissão de Debêntures. (xiii) Amortização: O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado de acordo com as datas a serem definidas na Escritura de Emissão de Debêntures. (xiv) Vencimento Antecipado: As Debêntures terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos previstos na Escritura de Emissão de Debêntures. (xv) Prêmios: A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com seu consequente cancelamento ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao valor presente do fluxo nominal de prestações da Operação, utilizando-se como taxa de desconto a taxa nominal da NTN-B, de duração equivalente ao fluxo remanescente das Debêntures, acrescida de 1,00% a.a. ("Prêmio de Resgate Antecipado"). 3. Passando ao item "ii" da Ordem do Dia, os acionistas aprovaram a outorga e formalização, pela Cia, das Garantias a ela aplicáveis. 4. Passando ao item "iii" da Ordem do Dia, os acionistas da Cia autorizaram a Diretoria da Cia a praticar todos os atos e tomar todas as providências necessários à concretização da emissão das Debêntures e à outorga das Garantias a ela aplicáveis, podendo, para tanto, (a) contratar os prestadores de serviços necessários para a emissão das Debêntures e para a Oferta, fixando, inclusive, os honorários devidos aos prestadores de serviço; (b) discutir, negociar e definir os termos e condições das Debêntures, da Escritura de Emissão de Debêntures, incluindo, mas não se limitando, às hipóteses de vencimento antecipado e demais documentos a ela conexos, incluindo os instrumentos que formalizam as Garantias e as demais garantias a serem outorgadas no âmbito da emissão das Debêntures; e (c) celebrar todos os documentos, praticar todos os atos e tomar todas as providências necessárias à efetivação da emissão das Debêntures e da Oferta. 5. Passando ao item "iv" da Ordem do Dia, os acionistas da Cia ratificaram todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, tendo sido lavrada esta ata, a qual foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Assinaturas: Presidente: Carlos Eduardo Passarelli Scott, Secretário: Emerson Seiti Kanawa. Acionistas: Carlos Eduardo Passarelli Scott e Platão Investimentos Ltda. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Cia. São Paulo, 07 de março de 2023. Carlos Eduardo Passarelli Scott - Presidente, Emerson Seiti Kanawa - Secretário. Acionistas: Carlos Eduardo Passarelli Scott e Platão Investimentos Ltda.

G30 Participações S.A.

CNPJ/MF nº 12.822.076/0001-81 – NIRE 35.300.386.191

Edital de Covocação nº 01/2023

O Conselho de Administração da **G30 Participações S.A.** convoca os Acionistas para a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se na sede da empresa, Estrada da Boiada, nº 478, Sobreloja, Bairro Santa Rosa, Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, no **dia 27 de abril de 2023**, às 09h00 horas, em primeira convocação, com quórum que represente a maioria do capital votante da Companhia, ou em última convocação às 09h30, com o quórum que estiver presente, a fim de discutirem e deliberarem sobre as seguintes matérias: I) Aprovação do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras da Sociedade, referentes ao Exercício Social encerrado em 31.12.2022; II) Outros assuntos de interesse da Companhia. Vinhedo/SP, 20 de março de 2023. ***Luiz Carlos da Cunha Colombo*** *– Presidente.* (22, 23 e 24/03/2023)

Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações

CNPJ/MF nº 43.382.027/0001-07

Relatório da Diretoria

Prezados Senhores: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

A Diretoria.

Balanços Patrimoniais em 31 dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 *(Em Reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante					
Caixa e Equivalente de Caixa		4.196	4.991	94.574.567	9.097.934
Contas a Receber		–	–	11.616.511	62.666.058
Outros Ativos Circulantes		3.934.252	5.355.299	53.941.825	194.874.699
Total do Circulante		**3.938.448**	**5.360.290**	**160.132.903**	**266.638.691**
Não Circulante					
Depósito para Defesa de Recursos		–	–	2.283.339	2.266.448
Empréstimos às Associadas		–	–	135.278	120.764
Contas a Receber		–	–	325.216.800	326.057.792
Investimentos em Controladas	(7)	609.995.887	695.842.091	518.777	2.608.058
Deságio Aquisição Investimento		(882.157)	(882.157)	(882.157)	(882.157)
Investimentos em Imóveis	(8)	724.912	724.912	724.912	724.912
Imobilizado Líquido		–	–	7.839.708	9.427.834
Intangível		–	–	398.652.674	398.745.862
Total do Não Circulante		**609.838.642**	**695.684.846**	**734.489.331**	**739.069.513**
Total do Ativo		**613.777.090**	**701.045.136**	**894.622.234**	**1.005.708.204**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Circulante					
Contas a Pagar		7.504.253	8.975.978	103.846.287	72.611.894
Empréstimos e Financiamentos		–	–	14.251.751	111.827.743
Salários e Encargos		–	–	7.416.245	5.823.541
Provisão para Férias e Encargos		–	–	4.995.642	6.626.995
Impostos, Taxas e Contribuições		185.485	184.424	9.409.018	9.472.499
Total do Circulante		**7.689.738**	**9.160.402**	**139.918.943**	**206.362.672**
Não Circulante					
Empréstimos de Associadas	(6)	3.326.848	2.538.670	135.278	120.764
Empréstimos e Financiamentos		–	–	59.448.996	10.153.421
Impostos a Recolher – Refis		–	–	58.876	117.961
Parcelamentos		501.294	614.723	12.022.324	6.087.888
Contas a Pagar		3.513.572	3.440.470	34.367.799	29.142.769
Aluguéis a Pagar		–	–	789.296	204.473
Provisão para Demandas Judiciais		1.612.362	1.434.103	11.446.725	10.344.568
Provisões para perdas investimentos		13.452.527	13.072.686	3.288.546	4.191.139
Provisão IRPJ e CSLL Diferidos		–	–	40.814.567	56.311.442
Total do Não Circulante		**22.406.603**	**21.100.652**	**162.372.407**	**116.674.425**
Patrimônio Líquido					
Capital Realizado	(9)	106.640.101	106.640.101	106.640.101	106.640.101
Reserva de Capital		7.739	7.739	7.739	7.739
Reserva Legal		21.328.020	21.328.020	21.328.020	21.328.020
Reserva de Lucros		638.329.409	594.181.543	638.329.409	594.181.543
Reserva de Lucros a Realizar	(5)	73.724.886	117.872.752	73.724.886	117.872.752
Prejuízos Acumulados		(256.349.406)	(169.246.073)	(256.349.406)	(169.246.073)
Total do Patrim. Líquido		**583.680.749**	**670.784.082**	**583.680.749**	**670.784.082**
Participação dos não controladores		–	–	8.650.135	11.887.025
Total do Passivo		**613.777.090**	**701.045.136**	**894.622.234**	**1.005.708.204**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 *(Em Reais)*

	Capital Realizado	Reserva de Capital	Reserva Legal	Resultado Exercício e Prejuízos Acumulados	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31/12/2020	**106.640.101**	**7.739**	**21.328.020**	**(113.710.494)**	**131.304.837**	**617.607.523**	**763.177.726**
Transferência para Reservas de Lucros	–	–	–	–	(13.432.085)	13.432.085	–
Distribuição de Dividendos	–	–	–	–	–	(36.858.065)	(36.858.065)
Resultado do Exercício	–	–	–	(55.535.579)	–	–	(55.535.579)
Saldo em 31/12/2021	**106.640.101**	**7.739**	**21.328.020**	**(169.246.073)**	**117.872.752**	**594.181.543**	**670.784.082**
Transferência para Reservas de Lucros	–	–	–	–	(44.147.866)	44.147.866	–
Resultado do Exercício	–	–	–	(87.103.333)	–	–	(87.103.333)
Saldo em 31/12/2022	**106.640.101**	**7.739**	**21.328.020**	**(256.349.406)**	**73.724.886**	**638.329.409**	**583.680.749**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

Demonstração do Resultado para os anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 *(Em Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Receita Operacional Líquida	–	–	122.198.455	145.245.178
Custo Operacional	–	–	(162.042.583)	(137.784.944)
Lucro Bruto	**–**	**–**	**(39.844.128)**	**7.460.234**
Receitas (Despesas) Operacionais				
Participação Resultados de Controladas Coligadas	(86.226.047)	(52.291.046)	(1.186.691)	(743.654)
Despesas Operacionais				
Despesas Administrativas	(254.923)	(2.475.227)	(4.476.713)	(6.010.820)
Despesas com Pessoal	–	–	(8.621.258)	(7.888.985)
Depreciações	–	–	(2.028.347)	(2.044.990)
Servs. Terceiros P. Jurídica	(504.657)	(702.056)	(49.688.117)	(19.172.389)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	–	5.866.964	(45.016.327)	(6.071.192)
Impostos e Taxas	(23.236)	(67.958)	(6.062.948)	(1.045.147)
Receitas(Despesas) Financeiras Líquidas	(94.470)	(5.866.256)	51.092.487	(26.242.857)
	(877.286)	**(3.244.533)**	**(64.801.223)**	**(68.476.380)**
Prejuízo Antes da Contribuição Social/ Imposto de Renda	**(87.103.333)**	**(55.535.579)**	**(105.832.042)**	**(61.759.800)**
Contribuição Social e Imposto de Renda Diferidos	–	–	15.496.875	5.011.721
Prejuízo do Exercício	**(87.103.333)**	**(55.535.579)**	**(90.335.167)**	**(56.748.079)**
Prejuízo por Ação do Exercício	**(26.016,53)**	**(16.587,69)**	–	–

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

Demonstração do Fluxo de Caixa para os anos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 *(Em Reais)*

Fluxos de Caixa Originados de:	**Atividades Operacionais**			
	Controladora		**Consolidado**	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
Prejuízo do exercício	**(87.103.333)**	**(55.535.579)**	**(90.335.167)**	**(56.748.079)**
Ajustes de Reconciliação				
(+) Depreciação e Amortização	–	–	2.028.347	2.044.990
(-) Valor Residual na Baixa de Ativo Imobilizado	–	–	330.924	274.570
(+/-) Resultado de Equivalência Patrimonial	86.226.047	52.291.046	1.186.691	743.654
(-) Reversão de IRPJ/CSLL Diferidos	–	–	(15.496.875)	(5.011.721)
(-/+) Aumento/Redução nas Contas a Receber	1.421.047	328.884	192.806.522	49.161.358
(+/-) Aumento/Redução nos Fornecedores / Contas a pagar	(1.398.626)	535.154	37.044.245	20.041.052
(+/-) Aumento/Redução dos Salários a Pagar	–	–	1.592.704	1.595.449
(+/-) Aumento/Redução de Outros Impostos a Recolher	1.058	183.173	5.870.955	6.825.053
(-) Redução de Impostos a Recolher – REFIS	(113.426)	614.723	(59.085)	(58.820)
(+/-) Aumento/Redução nas Provisões	178.259	286.687	(529.196)	3.808.502
(=) Caixa Líquido Aplic. nas Atividades Operacionais	**(788.974)**	**(1.295.912)**	**134.440.065**	**22.676.008**
Fluxo de Caixa Originados de:	**Atividades de Financiamentos**			
(-) Empréstimos Pagos/Efetuados	–	–	(126.723.844)	(62.400.738)
(+) Encargos sobre financiamentos	–	–	24.906.087	13.273.356
(+) Empréstimos e Financiamentos Tomados/Recebidos	788.179	1.298.230	53.532.286	56.975.169
(=) Caixa Líq. Usado nas Atividades de Financiamento	**788.179**	**1.298.230**	**(48.285.471)**	**7.847.787**
Fluxo de Caixa Originados de:	**Atividades de Investimentos**			
(-) Aquisições de Ativo Imobilizado	–	–	(677.961)	(1.214.134)
(-) Dividendos Destinados	–	–	–	(37.485.903)
(+) Recebimento por Venda Ativo Imobilizado	–	–	–	386.218
(=) Caixa Líq. Usado nas Atividades de Investimento	**–**	**–**	**(677.961)**	**(38.313.819)**
(Redução)/Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	**(795)**	**2.318**	**85.476.633**	**(7.790.024)**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Início do Exercício)	4.991	2.673	9.097.934	16.887.958
Caixa e Equivalentes de Caixa (Final do Exercício)	4.196	4.991	94.574.567	9.097.934
(Redução)/Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	**(795)**	**2.318**	**85.476.633**	**(7.790.024)**

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional – A sociedade com sede na Rua Maria Paula, 36, 4º andar, conj. A, Bela Vista, São Paulo, Capital e tem por objeto a construção, incorporação, comércio e administração de imóveis; administração de empresas, de bens próprios ou de terceiros; importação ou exportação de equipamentos para seu uso, pertinentes ao serviço que vier a executar; participação em outras sociedades. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis** – As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas de acordo com a Lei nº 6404/76, Lei das Sociedade por Ações, observando as alterações trazidas pelas Leis nºs 11638/07 e 11941/09 e pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis", e, no ano calendário de 2014, a sociedade não fez opção pela adoção da Lei nº 12.973/14. O conselho da administração e a diretoria aprovaram as demonstrações financeiras em 20/03/2023. **3. Principais Práticas Contábeis** – **a) Investimentos**: As participações em controladas e coligadas foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; **b) Investimentos em Imóveis**: Está registrado ao custo monetariamente corrigido até 1995. e os terrenos tiveram seus valores avaliados a valor de mercado, de acordo com laudo fundamentado de empresa especializada. **4. DFC** – O DFC foi preparado pelo método indireto. **5. Reserva de Lucros a Realizar –** Evidencia a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente. **6. Transações com Partes Relacionadas** – Os saldos com empresas associadas são representados por contrato de mútuo, como segue:

Saldos a Pagar	**2022**	**2021**
Cetenco Engenharia S.A.	3.326.848	2.538.670

7. Investimentos

	Participação em Controladas/Coligadas		Resultado da Participação	
Controladas e Coligadas	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Cetenco Engenharia S.A.	609.780.596	695.626.782	(85.846.187)	(51.126.767)
Centenor Empreendimentos S.A.	5	23	(18)	(5)
Cetenco Empreendimentos e Participações Ltda	–	–	(377.416)	(1.163.111)
Porto São Bento Ltda	215.286	215.286	–	–
Planoar Participações Ltda.	–	–	(2.426)	(1.163)
Totais	**609.995.887**	**695.842.091**	**(86.226.047)**	**(52.291.046)**

Constituída provisão para perdas no investimento na controlada Planoar Participações Ltda. (R$ 158.722, em 2022 e R$ 156.295, em 2021), Minérios Centurião Ltda. (R$ 8.685.270, em 2.022 e 2.021), Cetenco Empreendimentos e Participações Ltda.(R$ 4.608.537, em 2022 e R$ 4.231.121, em 2021), devido ao Patrimônio Líquido Negativo.

8. Investimento em Imóveis:

	2022	**2021**
Terrenos	724.912	724.912

9. Capital Social: O Capital Social é totalmente nacional e integralizado.

Conselho de Administração e Diretoria

José Luís da Cruz – Contador CRC 1SP 171.690/O-7

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações – São Paulo-SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Construtora Centenário S.A. Empreendimentos e Participações em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis das empresas Cetenco Empreendimentos e Participações Ltda., Planoar Participações Ltda., Porto São Bento Ltda. e Minérios Centurião Ltda., correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo que as três últimas não estão em atividade operacional. Como consequência, não nos foi possível formar uma opinião quanto a adequação dos valores representativos de tais investimentos naquela data e do correspondente resultado registrado no exercício de 2022, com base no valor de patrimônio líquido daquelas empresas, como mencionado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2023.

Binah SP Auditores Independentes – CRC 2SP 009.597/O-8

Isidério Deusdado Fernandes – CRC CT 1SP 165.075/O-2

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br